

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

MEMÓRIAS, POLÍTICA E RELIGIÃO NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU:
RESISTÊNCIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Matheus da Silva Sampaio

Rio de Janeiro

2022

MATHEUS DA SILVA SAMPAIO

MEMÓRIAS, POLÍTICA E RELIGIÃO NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU:
RESISTÊNCIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória e Espaço

Orientador: Javier Alejandro Lifschitz

Rio de Janeiro

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO

d192 da Silva Sampaio, Matheus
Memórias, política e religião na Diocese de Nova Iguaçu: Resistências à ditadura civil-militar brasileira / Matheus da Silva Sampaio. -- Rio de Janeiro, 2022.
111

Orientador: Javier Alejandro Lifschitz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2022.

1. História do Brasil. 2. Memória Social. 3. História da Baixada Fluminense. 4. Ditadura civil-militar. I. Lifschitz, Javier Alejandro, orient.
II. Título.

MATHEUS DA SILVA SAMPAIO

Memórias, política e religião na Diocese de Nova Iguaçu: resistências à ditadura civil-militar brasileira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social
Linha de Pesquisa: Memória e Espaço

Banca Examinadora:

Javier Alejandro Lifschitz (Orientador) - UNIRIO

Orientador

Edlaine de Campos Gomes – UNIRIO

Membro Titular

Regina Célia Reyes Novaes – ISER

Membro Titular

Glenda Cristina Valim de Melo - UNIRIO

Membro Suplente

João Marcus Figueiredo Assis - UNIRIO/ CCH / PPGARQ

Membro Suplente

Aprovado em: ____/____/____

DEDICATÓRIA

Dedico a meus pais todos os agradecimentos por todo esse tempo de investimento financeiro, e sobretudo, de amor, carinho e dedicação em toda minha formação pessoal e profissional.

Sem dúvidas, sem eles nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Javier Lifschitz, que além de professor e orientador, se tornou um amigo querido. Sempre compreensivo e disposto a ajudar nas variadas dificuldades da pesquisa que ocorreram nesses anos de mestrado. Com ele aprendi bastante sobre o ofício da pesquisa, que certamente me tornou um pesquisador muito melhor do que quando entrei no mestrado. É uma grande referência enquanto pesquisador, amigo e humano.

À banca titular composta pelas Professoras Dras. Edlaine de Campos Gomes e Regina Célia Reyes Novaes pela disponibilidade e interesse em participarem desse momento tão importante. Suas contribuições foram de grande valia para a avaliação da minha pesquisa e na contribuição de novas questões. E também agradeço a Prof. Dra. Glenda Valim Cristina de Melo por ter aceitado de imediato compor a banca de mestrado.

Agradeço a João Marcus Figueiredo Assis por fazer parte dessa minha trajetória acadêmica enquanto pesquisador, desde que me ofereceu a bolsa de pesquisa nos estudos sobre Frei Tito. E toda a ajuda que me deu na preparação para a seleção de mestrado no PPGMS. É também um querido amigo que adquiri nesses anos de pesquisa.

Agradeço a meu irmão Rafael Sampaio, que sempre me influenciou a crescer e me dedicar mais nos estudos desde criança. Nas conversas esclarecedoras que sempre temos sobre os mais diversos assuntos. Além disso, pela tradução de documentos que precisei para possível uso na pesquisa.

Agradeço a minha toda a família por sempre estarem comigo me apoiando nas minhas conquistas e derrotas.

Ao Antônio Lacerda que desde a graduação me ajuda com a pesquisa, seja me aceitando como estagiário do Arquivo Diocesano, seja me apresentando as fontes impressas ou pessoas para que pudesse entrevistar no mestrado. É também um grande amigo que consegui.

Agradeço ao professor Percival Tavares por toda a ajuda que me deu desde os anos de graduação na UFF. Todas as vezes que me concedeu carona gentilmente para a UFF e serviu de incentivo na preparação para o mestrado.

À André Magnelli, que foi meu orientador na especialização em Filosofia Moderna e Contemporânea, que contribuiu para minha formação enquanto pesquisador e se tornou um ótimo amigo ao mesmo tempo.

À minha amiga Kássia, que me ajudou em alguns momentos da pesquisa.

Agradeço também a todas as pessoas não citadas, mas que fizeram parte desses anos de muito trabalho fornecendo palavras de apoio.

Agradeço muito a UNIRIO e ao Programa de Pós – Graduação em Memória Social (PPGMS) pelo acolhimento e por me permitir obter novos conhecimentos e amigos nesse período em que frequentei o mestrado.

Finalmente, agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa, pois sem ela não poderia me dedicar inteiramente a esta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa apresenta relações entre religião e política na recém criada Diocese de Nova Iguaçu, que se tornou a diocese da clandestinidade sob o bispado de Dom Adriano Hypólito. O objetivo geral é analisar e agrupar as memórias dos entrevistados e o monumento de recordação, que se tornou o folheto litúrgico *A Folha*, como memórias das resistências. A Diocese produziu diferentes formas de contestação da ditadura civil-militar brasileira, bem como da realidade desigual agravada pela mesma. Influenciada pelo Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín e Puebla, A Diocese de nova Iguaçu produziu lideranças populares em um processo de conscientização que envolveu órgãos de comunicação, pastorais sociais e movimentos formados por leigos. A pesquisa também analisa a concepção do termo “conscientização” para o bispo diocesano em seus discursos, relacionando ao pensamento de Paulo Freire sobre o mesmo conceito e com as identificações desse processo feitas pelos entrevistados nas ações da Diocese. Tais resistências ganharam destaque diante dos olhares da ditadura, resultando no sequestro do bispo diocesano, falsificação da *Folha* e explosão do sacrário da Catedral iguaçuana. O que torna a Diocese um palco que sintetiza o cenário do país ao mesmo tempo que guarda sua particularidade, sendo uma das experiências religiosas que inspiraram o surgimento da Teologia da Libertação. A metodologia utilizada visa confrontar as memórias dos entrevistados umas com as outras e com as fontes impressas, afim de problematizar as questões principais. O folheto litúrgico *A Folha* e entrevistas são as principais fontes. Além disso, *A Folha* é analisada integralmente, de forma que não se faça uma separação do que é considerado político ou religioso, pois a pesquisa propõe que não há um limite preciso entre ambos.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Teologia da libertação, Conscientização, Diocese de Nova Iguaçu

ABSTRACT

The research presents relations between religion and politics in the newly created Diocese of Nova Iguaçu, which became the underground diocese under the bishopric of Dom Adriano Hypólito. The general objective is to analyze and gather the memories of the interviewees and the monument of remembrance, which became the liturgical leaflet *A Folha*, as memories of resistances. The Diocese produced different forms of contestation of the Brazilian civil-military dictatorship, as well as the unequal reality aggravated by it. Influenced by the Second Vatican Council and the Latin American Episcopal Conferences of Medellín and Puebla, the Diocese of Nova Iguaçu produced popular leaderships in a process of awareness that involved media, social pastorals and movements formed by lay people. The research also analyzes the conception of the term “awareness” for the diocesan bishop in his speeches, relating it to Paulo Freire's thoughts on the same concept and to the identifications of this process made by the interviewees in the Diocese's actions. Such opposition gained prominence in the eyes of the dictatorship, resulting in the kidnapping of the diocesan bishop, falsification of *A Folha* and the explosion of the tabernacle of the Iguaçu Cathedral. What makes the Diocese a stage that synthesizes the country's scenario while keeping its particularity, being one of the religious experiences that inspired the emergence of Liberation Theology. The methodology used aims to confront the memories of the interviewees with each other and with the printed sources, in order to problematize the main issues. The liturgical leaflet *A Folha* and interviews are the main sources. In addition, *A Folha* is analyzed in its entirety, so that there is no separation of what its considered political or religious, as the research proposes that there is no precise limit between the two.

Keywords: Civil-military dictatorship. Liberation Theology, Awareness, Diocese of Nova Iguaçu,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ALGUMAS APROXIMAÇÕES ENTRE A BAIXADA FLUMINENSE E A HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA LOCAL: UMA RELAÇÃO INDISPENSÁVEL	16
1.1 RETORNO A UM PASSADO DISTANTE.....	16
1.2 A HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA LOCAL E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DA REGIÃO	22
1.3 “NORDESTE SEM SECA”: VIOLÊNCIA EM DESTAQUE	23
1.4 A BAIXADA FLUMINENSE APÓS O GOLPE DE 1964.....	29
1.5 TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA: O CONCÍLIO VATICANO II E O CELAM.....	35
2 MEMÓRIAS DAS RESISTÊNCIAS NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU	40
2.1 MONUMENTOS DE RECORDAÇÃO E O PASSADO	40
2.2 DOM ADRIANO E O SURGIMENTO DA “DIOCESE DA CLANDESTINIDADE”.....	43
2.3 ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU	51
2.4 <i>A FOLHA</i> E A DESIGUALDADE SOCIAL	54
2.5 A OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS MAIS POBRES	61
2.6 VALE A PENA CONSCIENTIZAR OS PEQUENOS E HUMILDES	64
3 ESPAÇO DE JUSTIÇA E REPRESSÃO	72
3.1 OS BISPOS “LIBERTADORES” DO LESTE ZERO	72
3.2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU.....	79
3.3 JUSTIÇA PARA TODOS.....	85
3.4 OPOSIÇÕES E REPRESSÃO	90
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
5 REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Memórias, política e religião na Diocese de Nova Iguaçu: resistências à ditadura civil-militar brasileira é o resultado de uma relação antiga com a religião católica, a que pertence desde os primeiros anos de vida. Pouco soube sobre a história da Igreja até chegar ao curso de graduação em história na Universidade Federal Fluminense. Ali cursei uma disciplina que trabalhava as relações entre política, religião e sociedade da modernidade até o período contemporâneo.

Já havia decidido fazer o Trabalho de Conclusão do Curso sobre a ditadura brasileira, mas ainda não tinha nada claro para a pesquisa, até que um texto da disciplina abordou os impactos da ditadura na Baixada Fluminense. Logo, cheguei à conclusão da importância de uma pesquisa sobre esse tema, porque refleti que desde o início da Educação Básica até a faculdade não havia estudado sobre a história da região em que nasci e me formei até a fase adulta atual. Quantos outros moradores da região também não passaram por isso?

A partir de uma sugestão de meu irmão, fui ao Centro de Formação, onde está localizada a Cúria da Diocese de Nova Iguaçu, em Moquetá, para pesquisar documentos sobre a resistência de Dom Adriano e da Diocese contra a ditadura. Lá encontrei Antônio Lacerda, historiador e supervisor do Arquivo Diocesano, que me apresentou o acervo e me ofereceu uma vaga de estágio no arquivo. Portanto, tive a felicidade de estagiar e estar próximo dos arquivos de minha pesquisa entre os anos de 2015 e 2016. E fiz minha monografia do curso de história *A Folha - Instrumento de comunicação da Diocese de Nova Iguaçu com o "Povo" (1976-1979)*, sob a orientação da Prof. Dra. Samantha Viz Quadrat.

Nos anos seguintes eu apresentei alguns trabalhos sobre o tema em eventos acadêmicos até que em 2017 fui convidado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis a ser bolsista entre 2017 e 2019, no projeto *Frei Tito de Alencar Lima: cultura material e articulações entre experiências político-religiosa e santidade*, onde pude adquirir mais experiência como pesquisador e refletir melhor sobre as relações entre política e religião. Além disso, fui introduzido nos estudos de memória, que me auxiliaram e influenciaram a participar da seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

No mestrado eu retomo a pesquisa sobre *A Folha*, um folheto litúrgico produzido pela Diocese de Nova Iguaçu, entre 1972-1993, sob o bispado de Dom Adriano Mandarino Hypólito.

O folheto é uma fonte pouco pesquisada, tendo sido pesquisada, exclusivamente, apenas na dissertação de mestrado de Rafael Cerqueira do Nascimento *Imagens da libertação: a atuação política da igreja católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*, defendida em 2007 pela Universidade Federal do Espírito Santo. Em sua pesquisa, Rafael define o folheto como um jornal católico que contribuiu para a elaboração de um imaginário católico na produção de uma identidade sócio - libertadora. Entende que a atuação da Diocese de Nova Iguaçu era política e criticava a sociedade capitalista e a ditadura militar enquanto lutava por justiça social.

Concordamos com o historiador que o folheto foi um jornal que se constituiu como alternativa a imprensa existente e que contribuiu na crítica da Diocese a sociedade capitalista e a ditadura civil-militar brasileira. Entretanto, entendemos também *A Folha* como *operadora da memória social*, tendo como base o pensamento do cientista social Jean Davallon, que faz parte do referencial teórico da pesquisa. Ele questiona a distância entre a realidade e o fato de significação. Lança a hipótese de que os objetos culturais como, imagens, escritos e livros entrecruzam a memória coletiva – monumento de recordação, lembrança - e a história – documento histórico, acontecimentos.

O folheto litúrgico não é utilizado em nossa pesquisa como fonte principal, pois este lugar é compartilhado com as memórias dos entrevistados. As entrevistas buscam responder lacunas sobre a importância da *Folha* como parte das atividades de contestadoras da ditadura elaboradas pela linha pastoral da Diocese de Nova Iguaçu e a relação entre religião e política na instituição religiosa da região. Os entrevistados moravam ou vivenciaram o período com alguma relação com a Diocese ou o bispo ao longo dos anos 70 e 80. Expressam as lembranças que possuem desse passado de resistência que tem a *Folha* como um monumento de recordação.

O folheto litúrgico e as memórias dos entrevistados são aglutinados na pesquisa em torno da concepção de *memórias da resistência* da cientista política Pilar Calveiro. A autora explica que essas memórias são múltiplas e são representadas nas formas de organização, potência e luta, com seus esquecimentos e silenciamentos. Elas aparecem nos relatos e, principalmente, nas práticas sociais e políticas. Possuem uma diversidade de experiências, interpretações e contesta a homogeneidade dos arquivos. A partir do pensamento de Calveiro, buscamos analisar as interpretações semelhantes e conflitantes nos relatos dos entrevistados sobre o semanário litúrgico e a linha pastoral da Diocese.

A metodologia utilizada na pesquisa está baseada na conclusão obtida após a análise das fontes impressas e das memórias dos entrevistados de que não havia uma distinção entre religião e política nas páginas do folheto, na atuação do bispo Dom Adriano e na linha pastoral da Diocese de Nova Iguaçu. As esferas política e religiosa estão imbricadas e dialogam incessantemente a todo momento. Por isso, analisamos o folheto em todas as páginas, internas e externas, sem fazer distinção do que seria propriamente político ou religioso. Os artigos escritos pelo bispo, as mensagens nos “catabis & catacreses”, as orações, os cantos, atos penitenciais, as entrevistas do bispo na seção “Ministério da Palavra” e a seção “Mensagens de Vida” e etc. contém os sentidos político e religioso.

Nossa pesquisa não analisou todas as edições publicadas do folheto litúrgico, pois achamos mais interessante abordar temas específicos que foram abordados em edições diferentes ao longo dos anos de existência do folheto e que caracterizam a linha pastoral da Diocese de Nova Iguaçu durante o bispado de Dom Adriano nos anos ditatoriais. Temas como: *Desigualdade social, opção preferencial pelos pobres, conscientização, justiça, relações entre religião e política*. Portanto, optamos por analisar as fontes de forma temática e não cronológica.

A pesquisa se utiliza também de outras fontes impressas como, por exemplo, os demais órgãos de comunicação criados pela Diocese, o *Boletim Diocesano e Informativo*. E publicações celebrativas, como o livro “Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão 1960 – 2010”, e “O Centenário Dom Adriano Hypólito: profeta da Baixada”. As fontes impressas podem ser encontradas no Arquivo Diocesano, localizado no atual Centro de Formação, em Moquetá. No centro de documentação virtual criado pelo Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) da UFRRJ. No RIMA é possível encontrar os três órgãos de comunicação digitalizados (Boletim Diocesano, A Folha e o Informativo) e outras fontes referentes a Diocese e a Baixada Fluminense. O link de acesso ao repositório está disposto nas Referências.

As entrevistas foram feitas a partir de perguntas semiestruturadas. Ou seja, algumas perguntas comuns a todos os entrevistados foram elaboradas previamente. As demais perguntas eram feitas espontaneamente, de acordo com os relatos dos entrevistados. Essa metodologia permitiu manter uma certa organização em parte das respostas que poderiam ser obtidas pelos entrevistados. É importante mencionar que, devido a realidade da pandemia do Covid-19, algumas entrevistas foram realizadas na modalidade virtual e outras foram presenciais.

O entrevistado José Abranches Sobrino afirma que migrou de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, chegando em Nova Iguaçu em 1970. Pai de cinco filhos, atuou em atividades da Diocese e fez parte do MR8, um movimento de esquerda que aglutinava comunistas, socialistas e outros. Sua esposa participou do Clube de Mães na Diocese. Atualmente ele tem 82 anos.

Maria dos Anjos de Oliveira foi atuante no catolicismo antes mesmo de vir da Paraíba para morar no Rio de Janeiro, chegando em Moquetá, bairro de Nova Iguaçu, em 1963. Ela fez parte da Juventude Agrária Católica e da Juventude Independente Católica. Ao chegar no Rio e na Diocese de Nova Iguaçu, criou e atuou na Comunidade Eclesial de Base de Moquetá, que influenciou na criação de muitas outras. Compartilhou suas experiências ao lado de Dom Helder Câmara na Ação Católica Brasileira com as demais mães que participavam do grupo. No momento da entrevista estava com 80 anos.

Nilton José dos Anjos de Oliveira é professor de filosofia e filho de Maria dos Anjos. Cresceu durante a década de 1970 em Nova Iguaçu participando e acompanhando a linha pastoral diocesana, enquanto morava com seus pais. Na juventude participou de uma CEB com seus pais na cidade iguaçuana. Possui uma ligação especial com Dom Adriano Hypólito desde que era criança e teve seu primeiro trabalho, na Educação Básica, devido a indicação do bispo. A diocese contribuiu para sua formação pessoal e profissional.

Francisco Orofino adentrou na ordem franciscana em 1976, onde se formou em teologia e filosofia pelo Instituto Franciscano de Petrópolis, no momento o local foi de grande referência teológica para toda a América Latina. Com a presença de Leonardo Boff na instituição, teve contato com inúmeros teólogos latino-americanos que faziam seminários ali. O local era referência para esses teólogos devido a Editora Vozes, instituição de grande resistência da Teologia da Libertação e contra a ditadura civil-militar. Orofino viveu o período de 1978 à 1983 em Petrópolis, teve contato com os acontecimentos da Diocese de Nova Iguaçu a distância e foi revisor do folheto antes da impressão definitiva. Foi trabalhar em Santa Catarina e chega à Diocese em 1989, mais precisamente em Nilópolis. Tem doutorado em Teologia Bíblica sendo especialista em educação popular e Bíblia, com que trabalha até hoje no Centro de Estudos Bíblicos (CEBIC).

Percival Tavares da Silva, hoje formado em filosofia e doutor em Educação, chegou de São Paulo ao Rio de Janeiro em 1984. Seu conhecimento sobre o período ditatorial na Baixada se dá principalmente por conversas com Pe. Agostinho Pretto, atuante assíduo na Pastoral Operária, e com outros agentes históricos do momento. Esteve com Dom Adriano, que o

acolheu na Diocese para compor a linha pastoral. Estudou em sua formação acadêmica temas como o Movimento Amigos de Bairro (MAB), importante movimento social vinculado a Diocese de Nova Iguaçu, que lutou por direitos básicos para os moradores locais.

Sada Baroud David é nascida em Nova Iguaçu é filha de libaneses e se formou como professora de Geografia, disciplina que lecionou na Educação Básica. É ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz, onde também foi secretária do bispo Dom Adriano, na Diocese. A instituição atuou em diversos momentos na luta pela dignidade humana em discussões pelos conjuntos habitacionais, libertação de líderes populares do campo e a favor de operários. Participou da Cáritas, e ensinava sobre educação no Centro de Formação de Líderes, na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, em Moquetá.

O primeiro capítulo foi construído de forma que estabeleça algumas relações possíveis entre o passado da região da Baixada Fluminense e o passado da Igreja Católica local. Essa relação é feita do período colonial brasileiro até a segunda metade do século XX. Revelando também a relação dos acontecimentos da história local com a história nacional e internacional. Essa relação da história local com a religião católica na região, é necessária para demonstrar que não se pode compreender a complexidade da história do território da Baixada sem refletir sobre o papel da religião católica no espaço.

O segundo capítulo aborda o referencial teórico utilizado para analisar o folheto litúrgico e as memórias dos entrevistados, de forma que as fontes mencionadas são classificadas como memórias das resistências a ditadura. As noções de objetos culturais como operadores da memória social, de Davallon, e de memórias da resistência, de Pilar Calveiro, são apresentadas no capítulo enquanto são tratados temas caros discutidos na *Folha* e presentes no pensamento do bispo e na atuação da linha pastoral diocesana: desigualdade social, opção preferencial pelos pobres, conscientização e a formação da Diocese como “Diocese da clandestinidade”.

O terceiro e último capítulo discute a composição do grupo ainda não mencionado em pesquisas, conhecido como *Leste Zero*. Formado por bispos do Leste 1, sob jurisdição do conservador Dom Eugênio Sales, tiveram de formar esse grupo para articularem estratégias de implementar a linha pastoral que guiou as atividades diocesanas da região durante e após o período ditatorial. Neste capítulo enfatizamos que Dom Adriano e Dom Waldyr contribuíram para o surgimento da Teologia da Libertação através das linhas pastorais de suas dioceses, como afirma o entrevistado Francisco Orofino, apoiado por Percival Tavares da Silva. Assim, após o

seu surgimento, se tornam defensores dela formando uma relação dialética. Os demais bispos do *Leste Zero* atuam em suas dioceses depois que a Teologia já está sistematizada.

Este último capítulo também reflete sobre a relação entre religião e política no pensamento do bispo diocesano de Nova Iguaçu e na atuação da Diocese identificando no folheto litúrgico exemplos dessa relação. Além disso, exploramos os ataques feitos pela ditadura a pessoa do bispo e a linha pastoral diocesana realizada em seu bispado.

1 Algumas aproximações entre a Baixada Fluminense e a história da Igreja Católica local: uma relação indispensável

A Diocese de Nova Iguaçu compreendia em 1969 os municípios de Nova Iguaçu, Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi e Nilópolis.¹ Atualmente, a Diocese é constituída por Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu (sede), Paracambi, Queimados e o Distrito de Conrado em Miguel Pereira.² Até a década de 1980 ela ainda possuía também os territórios de Itaguaí e Duque de Caxias. Portanto, pode-se entender que falar da Diocese no período se aproxima do que conhecemos como a região metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense nos dias atuais.³

Neste capítulo abordaremos a importância da Baixada Fluminense na sua relação com a conjuntura nacional ao longo da história. E também sua formação em consonância com a história da Igreja Católica no local. Para cumprir esse objetivo, é necessário remontar brevemente ao passado colonial da região.

1.1 Retorno a um passado distante

Desde o século XVI a região se insere nos conflitos do período entre portugueses e franceses. No início deste século as expedições portuguesas chegaram à região, hoje conhecida como Baixada Fluminense, e escravizaram mulheres indígenas da aldeia dos Jacutingas. Então, os indígenas desta tribo se aproximaram dos franceses e foram exterminados em decorrência dessa decisão, pelos portugueses.⁴

Lúcia Silva⁵ afirma que o primeiro povoado criado na região foi o de Jacutinga, na foz do Rio da Prata, logo após o extermínio da tribo. O nome da tribo permaneceu na história da região, como no caso da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga de 1657. Ao lado das demais

¹ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu. 1 de Janeiro de 1969. P. 1.

² Ver mais em: [Nova Iguaçu - Regional Leste 1 - CNBBRegional Leste 1 – CNBB \(cnbbleste1.org.br\)](http://www.cnbbleste1.org.br).

³ A noção de Baixada Fluminense utilizada nessa pesquisa está baseada na definição realizada pelo Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (OLERJ). O Observatório defende que as cidades Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e Queimados são apresentam melhor as características da falta de serviços públicos, mas também adiciona os municípios de Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba e Seropédica. Ver mais em: [Desigualdade na Baixada Fluminense – Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro \(camara.leg.br\)](http://www.camara.leg.br)

⁴ SILVA, Lúcia. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense. **Revista de História da UNIABEU**. Nilópolis: Uniabeu Belford Roxo v.9 21 JANEIRO-ABRIL de 2016.

⁵ *Id.*, 2013, p. 3.

freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Iguassu,⁶ São João de Meriti, Nossa Senhora de Marapicu e Nossa Senhora do Pilar, formou a chamada região Grande Iguaçu.⁷ A autora afirma ainda que, em 1833, o território dessa região ficou conhecido como município de Iguaçu e correspondia ao que chamamos hoje de Baixada Fluminense e à 35% da extensão territorial atual da região metropolitana. As terras das atuais cidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti, estavam inseridas nesse município.⁸

Logo nos primeiros momentos de colonização, a principal atividade econômica estabelecida pelos lusitanos na região foi o cultivo da cana de açúcar. As terras com várzeas e aluviões dos vales permitiam as plantações de cana. Assim surgiram os engenhos de açúcar, propriedades autossuficientes por contarem com criação de gado para a alimentação e tração, e lavouras de outros gêneros alimentícios.⁹

A fazenda do Iguaçu¹⁰ é um exemplo de engenhos construídos na região e autossuficientes. Tem sua origem a partir da primeira propriedade lusitana na região, que, durante a batalha com os franceses, foi doada como sesmária ao Ouvidor-Mor Cristóvão Monteiro, em 1565, por Estácio de Sá. Esse foi um período em que sesmarias foram doadas¹¹ e a ocupação foi aumentando. A fazenda se tornou um engenho, que produzia açúcar e aguardente e pertenceu a família de Monteiro até a sua morte. Então, sua viúva e seu sogro resolveram doá-la a Ordem de São Bento.¹²

Além de inspiração para os nomes dos povoados que se formavam, como ocorreu posteriormente com as cidades de Nova Iguaçu e São João de Meriti, os rios eram os principais meios de transportes para transitar com as mercadorias do interior para o litoral e para a comercialização. As mercadorias eram transportadas da baía de Guanabara ao porto do Rio de

⁶ O nome vem do Tupi-Guarani e significa “rio grande” ou “água grande”.

⁸ SILVA, Lúcia. *Baixada Fluminense como vazão demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910)*. Revista Brasileira de Estudos de População [online]. 2017, v. 34, n. 02 [Acessado 30 Novembro 2021], pp. 415-425. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0024>>. Epub May-Aug 2017. p. 416

⁹ GEIGER, Pedro Pichas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Separata da **Revista Brasileira de Geografia**, n.3, ano XVI, jul/set. 1954, p. 3.

¹⁰ Pertenceu aos monges beneditinos até 1920 e deu origem ao município de Duque de Caxias.

¹¹ Cristóvão Barros e Brás Cubas foram alguns outros beneficiados com sesmarias doadas por Mem de Sá e localizadas em torno dos rios Iguassú e Meriti.

¹² “A história da fazenda Iguassú: Os sinais do caminho no tempo”. Disponível em: <[Fazenda do Iguaçu | Museu Vivo do São Bento \(museuvivodosabento.com.br\)](https://museuvivodosabento.com.br)>. Acessado em: 05 de agosto de 2021, 15h 27.

Janeiro, pequenas localidades e portos surgiam à margem.¹³ As primeiras aglomerações da Baixada foram surgindo como vilas-entrepostos, onde os primeiros habitantes foram negociantes, botequineiros e ferradores.¹⁴

A mão de obra negra escravizada era a responsável pelo cultivo da cana de açúcar, pela derrubada das matas e pela retirada dos obstáculos dos rios. Pois, o transporte fluvial se tornou o principal meio para a distribuição de mercadorias. Os escravizados que fugiram e constituíram quilombos, tiveram uma atuação importante para a dinâmica política, econômica e social da região.

Segundo José Claudio de Souza Alves, os quilombolas formaram uma rede social de proteção, pois trocavam lenhas de mangue com os taberneiros por gêneros alimentícios, aguardente e informações sobre os futuros ataques que sofreriam. Para o sociólogo, essa relação de interesse, somada às táticas de guerrilhas, explicariam o longo período de resistência dos quilombos da região frente aos inúmeros ataques.¹⁵

No século XVIII houve a extração do ouro em Minas Gerais e a região da Baixada Fluminense está intimamente relacionada com esse momento. Pois, o “Caminho Novo”, ou “Caminho do Pilar”, foi construído e reduziu o deslocamento para Minas Gerais de 90 para 15 dias. Esse caminho se tornou “velho” quando surgiram novos caminhos, e nele foi construída a Igreja Nossa Senhora da Piedade do Caminho Velho, que viria ser chamada de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu.¹⁶

No século XIX, a região do Grande Iguazu teve duas dinâmicas econômicas distintas, segundo Lúcia Silva.¹⁷ A parte mais próxima da Baía de Guanabara priorizou o escoamento de produtos advindos do interior para seus rios e portos, enquanto a parte mais afastada substituiu a cana de açúcar pelas lavouras de café e mandioca.

Nesse período, a mercadoria predominante a ser cultivada na região foi o café, que era transportado através da estrutura fluvial-marítima. O trajeto percorrido pelo café trouxe

¹³ GEIGER; SANTOS, 1954, p. 4.

¹⁴ ALVES, José Claudio. **Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 86.

¹⁵ *Ibid.*, p. 32

¹⁶ *Ibid.*, p. 18

¹⁷ SILVA. 2017, p. 417

consideráveis ganhos para aqueles que participavam do processo. Posteriormente, o transporte fluvial entrou em declínio, devido ao assoreamento dos rios e elevação de seus leitos.¹⁸

Diante desse problema, os comerciantes se mobilizaram a favor da construção de uma estrada de ferro que pudesse ligar a vila de Iguazu à Baía de Guanabara. Foi então que começou a ser construída a primeira estrada de ferro do Brasil, resultado de esforços do Barão de Mauá. No entanto, essa obra resultou em um golpe nos negócios realizados em portos e na região da Baixada Fluminense, pois se tornou uma zona de passagem rápida.¹⁹

A construção dos trilhos resultou no desmatamento e no surgimento de pântanos, nos rios que não eram mais navegáveis e limpos. Esse desastre ambiental foi propício ao aparecimento de doenças como a cólera e a malária. A Baixada como zona de passagem e fomentadora de doenças, teria o cenário agravado com a falta de alimentos e seu alto preço. Assim, teria um lugar inóspito, com muitas pessoas abandonando e/ou demolindo suas casas.²⁰

É importante ressaltar, que essa perspectiva historiográfica, acerca do declínio do povoamento da região no final do século XIX, é problematizada por Lúcia Silva. A autora argumenta que houve um pequeno declínio populacional no período entre 1872 e 1900 e que ocorreu de forma desigual no território. Apenas os distritos de Queimados, Cava e Santa Branca tiveram significativas perdas, enquanto Jacutinga e os demais tiveram aumento superior a 100%.²¹

Nesse sentido, o advento das linhas férreas afetou a região de forma positiva, ao dinamizar “novas localidades como Brejo (Belford Roxo) e Queimados, por exemplo, consolidaram algumas existentes (Maxambomba e Arraial da Pavuna e causaram a ruína de outras, em especial Pilar e Iguazu Velha”.²² A partir de 1850, a região permaneceria sendo utilizada como local de passagem, mas houve deslocamento de povoados das margens dos rios para a margem das ferrovias. A antiga vila de Iguazu entrou em decadência após a chegada do trem, mas também por centralizar sua economia no seu porto, que teve seu desempenho comprometido com o assoreamento dos rios, segundo Lúcia Silva.²³

¹⁸ ALVES, 2020, p. 94

¹⁹ *Ibid.*, p. 95-96

²⁰ *Ibid.*, p. 96-97

²¹ Ver mais em SILVA, 2017, p. 421

²² *Id.*, 2013, cit., p. 5

²³ *Ibid.*, 2013, p. 5

A região da Baixada Fluminense só viria ganhar importância econômica novamente com o cultivo da citricultura, após o declínio do café. Depois de fazendeiros abandonarem, hipotecarem e venderem suas terras, essa nova atividade econômica surgiu como alternativa para a região, uma vez que, valorizaria as terras e demandaria pouca mão de obra.

José Cláudio Souza Alves²⁴ ainda pontua que, apesar de os laranjeiros substituírem os barões da cana e do café como elite econômica e social, não tiveram hegemonia política local. A Câmara jamais investiu na consolidação e expansão da citricultura. Apenas Nilo Peçanha destinou atenção a sua importância econômica, reduzindo o frete da laranja pela metade do preço enquanto presidente do estado do Rio de Janeiro e ao isentar seus impostos de maneira recíproca, entre Brasil e Argentina, quando presidente da República. Além disso, investiu em saneamento básico na região. No entanto, o cultivo da laranja durou apenas até meados do século XX. Pois, a peste conhecida como “mosca do mediterrâneo” somada a crise de exportação da fruta, após a II Guerra Mundial, fizeram com que o cultivo entrasse em declínio.

Podemos perceber que a região da Baixada Fluminense dialogava desde o período colonial com os acontecimentos no restante do que hoje conhecemos como Brasil. A reforma Pereira Passos, episódio tão emblemático e violento na história do Rio de Janeiro, também impactou a região. A expulsão dos mais pobres durante a expansão e urbanização da cidade do Rio de Janeiro serviu de ganho para imobiliárias venderem as terras da Baixada para essas camadas populares.²⁵

Se desde o período colonial, a região da Baixada Fluminense era utilizada como região de passagem entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, no século XX ela permaneceria sendo utilizada como passagem, mas de trabalhadores que possuem empregos no centro da cidade do Rio de Janeiro. Os segregados da urbanização do Rio de Janeiro, somados aos migrantes do Nordeste e de outras regiões do Brasil, teriam suas residências na Baixada ao mesmo tempo que trabalham na cidade do Rio.

Simões argumenta que essa segregação ocorreu devido a um modelo de modernização do Rio de Janeiro, inspirado em uma tendência europeia.²⁶ A demolição de cortiços do centro do Rio estava sendo elaborada desde as últimas décadas do século XIX, e teve a Reforma Pereira Passos, iniciada em 1903, como um evento dessa modernização segregacionista. Apesar

²⁴ ALVES, 2020, p. 102

²⁵ *Ibid.*, pp. 108-109

²⁶ SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada: Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Tese de doutorado em Geografia. UFF: Niterói, 2006. p. 77-82

disso, locais da cidade do Rio de Janeiro com menor fiscalização, como “alguns casarões degradados na Lapa, Gamboa, Saúde e próximo a Central do Brasil”,²⁷ permaneceram. Assim, na visão do autor, a Baixada Fluminense pode ser entendida como extensão da cidade do Rio de Janeiro.

A desapropriação teve como efeito o deslocamento de pessoas para os subúrbios localizados em proximidade com as estações ferroviárias através do loteamento. A própria cidade de Nilópolis teria recebido esse nome em homenagem a Nilo Peçanha, mas com o objetivo real dos proprietários de atrair a atenção aos loteamentos.²⁸ A primeira metade do século XX representou um crescimento populacional advindo da migração interessada no trabalho no centro do Rio de Janeiro.

Ricardo Simões analisa que a falta de uma agricultura forte somada ao desenvolvimento dos transportes públicos, como bondes e trens, são elementos ligados aos loteamentos de terras mais próximas do centro da cidade do Rio de Janeiro. A atual cidade de Nilópolis foi a primeira a ser loteada, e teve sua urbanização dificultada pela citricultura, assim como ocorreu com outras cidades da região.

O autor afirma ainda que esse é um processo de surgimento dos bairros caracterizados pela baixa qualidade de vida, e que reproduz os problemas da cidade do Rio de Janeiro, os mesmos causadores de sua criação. A precariedade das habitações ao lado da falta de saneamento básico, continuaram afetando os mais pobres. Quem se beneficiou desse modelo de habitação foi a burguesia, pois ficou distante de epidemias, endemias e violência, enquanto os problemas da cidade do Rio foram exportados para a periferia e favelas.²⁹ Ao longo da primeira metade do século XX a população da Baixada foi crescendo. “Havia saído dos 140.600 habitantes, em 1940, para os 360.800, em 1950”.³⁰

O aumento populacional entre as décadas de 1940 e 1950 estão relacionados com o declínio da citricultura na região. Como foi dito anteriormente, a Baixada Fluminense, sobretudo Nova Iguaçu, ganhou destaque com a exportação de laranjas. No entanto, o declínio ocorreu devido a peste conhecida como mosca do mediterrâneo e devido a II Guerra Mundial.

²⁷ *Ibid.*, p. 80

²⁸ ALVES, 2020 p. 111

²⁹ SIMÕES, 2006, p. 89.

³⁰ ALVES, cit, p.116

A decadência do cultivo resultou em prejuízos para os donos das terras, que decidiram pelo loteamento.

Neste momento, faz-se necessário entender em que medida a história da região está relacionada com a história da Igreja Católica local. Assim, nas próximas páginas, buscamos discutir as relações que permearam entre ambas, ao longo da história do Brasil e da região, principalmente.

1.2 A história da Igreja Católica local e sua relação com a história da região

Desde os tempos de colonização a Igreja Católica está relacionada a história do que hoje conhecemos como Brasil. No entanto, essa relação deve ser discutida levando-se em conta as particularidades dos locais ao longo do tempo. Assim, neste primeiro momento, trabalharemos essa relação até meados do século XX na Baixada Fluminense.

Essa relação da Igreja com a história do que conhecemos hoje como Baixada Fluminense existiu desde o início da colonização. Ao longo dos séculos XVI e XVII, a ocupação da região foi se desenvolvendo e a Igreja Católica foi adquirindo cada vez mais espaço através de compras e doações. O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, localizado nos arredores do rio Iguassú, comprou terras³¹ e formou um engenho, que tinha como atividade o cultivo da cana de açúcar. No ano de 1669, o Mosteiro de São Bento tinha 10.950 braças de terra que constituíam a fazenda do Iguassú.³²

A expansão da Igreja Católica ocorria em consonância com a ocupação gradativa do território. Capelas foram construídas desde o século XVI, à medida que o povoamento se consolidava ao redor de rios e dos vales do Meriti, Sarapuí, Saracuruna, Jaguaré, Pilar e zonas de Marapicu. Também em Jacutinga, Mantiqueira e Inhomirim, local onde surgiu a capela de Nossa Senhora da Estrela dos Mares.

Outro fator importante para relacionar as histórias da Baixada Fluminense e da Igreja Católica local é sua característica de agregar a população, como argumenta Simões. Ele afirma que a economia não foi um elemento capaz de promover uma aproximação da população local.

³¹ MATUS, Moduan. **História de Nova Iguaçu: recortes de uma cronologia ilustrada de 510 anos**. p. 14-15

³² *Ibid.*, p. 19

Então, esse papel ficou a cargo da Igreja, que tinha na colonização um projeto de expansão, reunir em suas capelas os fiéis dispersos nos engenhos e fazendas.³³

Fania Fridman contribui para o entendimento da religião católica durante o processo de colonização na região. A autora discute o processo de elevação de povoados a freguesias como parte do projeto pombalino na intensificação do domínio territorial e político. Afirma que *freguesia* é “uma designação portuguesa de paróquia, é um território submetido a jurisdição espiritual de um cura que também exerce a administração civil”.³⁴ Portanto, mais que uma forma administrativa do espaço, representa a presença da religião no local.

Ainda sobre as freguesias, indicam a existência de ao menos dez casas ou famílias, mercado local com atividades urbanas e rurais, explica Fridman. Além da política, a religião está interligada a dinâmica urbana das aglomerações. E mesmo com a política laicizante do período pombalino, os negócios públicos continuaram misturados com os negócios eclesiástico.³⁵

Por último, as diferentes localidades possuíam também diferentes santos padroeiros, como nos casos de “Nossa Senhora da Piedade, adorada pelos viajantes e aventureiros em busca de ouro, [...] tornou – se padroeira das freguesias de Iguassu, Inhomirim e Magé, demonstrando que estas paragens eram pousos daqueles que seguiam para as minas pelo Caminho Novo”.³⁶ Portanto, os nomes dados às diferentes freguesias da América portuguesa, incluindo a Baixada Fluminense, não foram aleatórios. Eles revelam intenções e atividades importantes em suas respectivas regiões do período.

1.3 “Nordeste sem seca”:³⁷ violência em destaque

Em meados do século XX a imprensa classificava a Baixada Fluminense como “nordeste sem seca”, devido a violência presente. Essa é a pesquisa de Ana Lúcia Enne, que busca analisar a representação da Baixada Fluminense na grande imprensa do Rio de Janeiro,

³³ O autor afirma que não há muitos registros históricos sobre essa questão. Ver mais em SIMÕES, M R. **A cidade estilhaçada: Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Tese de doutorado em Geografia. UFF: Niterói, 2006. p. 62

³⁴ FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do setecentos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. V1, cit., p. 95

³⁵ *Ibid.*, p. 97

³⁶ *Ibid.*, cit, p. 104.

³⁷ ENNE, A. L. S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **Ciberlegenda** (UFF) n. n. 14. 2004.

nas últimas cinco décadas do século XX, através de quatro jornais: “Jornal do Brasil, O Globo, O Dia e A Última Hora”.³⁸

Até o momento acompanhamos o desenvolvimento da Baixada Fluminense desde o período do Brasil colônia, percebendo a sua importância em diversos eventos e questões centrais da história do Brasil. Vimos que o século XX se inicia com a Baixada sendo utilizada como depósito das camadas populares expulsas da cidade do Rio de Janeiro, durante o processo de modernização da cidade. Além disso, houve a migração de brasileiros de diferentes regiões do país, principalmente da região Nordeste, para trabalharem nesse processo de modernização e atraídos pelos loteamentos das terras antes destinadas ao cultivo de laranja.

Assim, a década de 1940 é um momento em que ocorrem os loteamentos, o surgimento de novas cidades desmembradas de Nova Iguaçu e uma intensa migração para a região da Baixada. No entanto, a chegada dos migrantes não se deu de forma simples, mas propiciando conflitos com antigos moradores da região, que acusavam os recém chegados de trazerem problemas para a qualidade de vida.³⁹ Apesar dos loteamentos e migrações terem seu início antes dos anos 50, nessa década houve um grande crescimento demográfico na Baixada Fluminense, onde muitos municípios tiveram taxas elevadíssimas nesse período.⁴⁰

Para Pierre Costa, esse crescimento se deu através de três elementos principais: a construção da nova Rodovia Rio-São Paulo, os baixos preços nos lotes ofertados e a possibilidade de neles construir imóveis com mínima ou total ausência burocrática. Assim, entre os anos de 1950 e 1960, municípios da Baixada como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e S. João de Meriti cresceram cerca de 161%, 145%, 105% e 149% respectivamente.⁴¹ O que expressa o potencial atrativo que a região possuía para os migrantes, que buscavam moradias próximas às oportunidades de emprego da Capital.

De volta a questão dos problemas resultantes desse crescimento demográfico na região, como mencionamos, houve conflitos por terras entre os moradores tradicionais e os migrantes. Mário Grynszpan trata desse tema em sua pesquisa⁴² analisando a mobilização camponesa no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1964. Assim, identifica uma relação

³⁸ *Ibid.*, 2004.

³⁹ ENNE, A. L. S. 2004.

⁴⁰ COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ) – De cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político: do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970**. Tese de Doutorado. UFF, 2009, p. 152-153.

⁴¹ *Ibid.* 2009, p. 153.

⁴² GRYSZPAN, Mário. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1987.

existente entre essa mobilização e diversos grupos e partidos políticos. Para o autor, a década de 1950 é o momento em que os camponeses se afastam da imagem de grupo ligado a messianismos, para se firmarem como novo ator do cenário político brasileiro. Mas acabam por serem atraídos para as disputas entre grupos e partidos políticos.

Grynszpan demonstra que a década de 1950 acontece a chegada de ocupantes na Baixada Fluminense, mas também é o momento de despejos de lavradores, que podiam estar na região até mesmo desde os anos de 1920. O período dos despejos também era um período de valorização das terras locais, uma vez que elas haviam recebido obras públicas, como saneamento básico e construção de estradas. Essa valorização atraiu pessoas conhecidas como grileiros, que tinham o objetivo “a especulação e loteamento das terras para venda”.⁴³

Esse conflito envolveu principalmente dois grupos,⁴⁴ os lavradores, que passaram a se identificarem como posseiros, e os grileiros, “falsos proprietários interessados em *despejá-los*”.⁴⁵ Esses últimos tiravam proveito da indefinição sobre os limites e titulação das terras, realidade comum na Baixada. Problema que afetava também o Ministério da Agricultura, pois não tinha uma noção precisa sobre os limites das terras pertencentes à União.⁴⁶

Os lavradores passaram a se mobilizar contra os despejos seguindo algumas estratégias como forma de resistência. Um modo de resistência nos anos 50, foram as lutas jurídicas das organizações camponesas contra os despejos, com base no instituto do *usocapião*. Nesse enfrentamento, os advogados tiveram um papel crucial para os lavradores. Além disso, os lavradores eram aconselhados a permanecerem o máximo de tempo possível nas terras, mesmo sofrendo investidas e violências de grileiros.

Outra forma de resistência aos despejos foi a necessidade de mascarar as ocupações recentes, direcionando lavradores para áreas em que havia resistências ou para terras que estavam sendo griladas. E quando novos posseiros estavam sendo grilados, outra estratégia era mostrar que não eram posses recentes, os lavradores eram orientados a construir casas rapidamente.

⁴³ *Ibid.* cit., p. 41

⁴⁴ Lavradores, parceiros, moradores ou arrendatários eram classificados como posseiros e alvos de despejos. Enquanto aqueles que despejavam os posseiros nem sempre eram grileiros ou falsos proprietários, apesar de serem classificados assim. Ver mais em GRYSZPAN, Mário. 1990, p. 293.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 286.

⁴⁶ Os seguintes elementos de resistência das organizações camponesas contra grileiros foram pesquisados em: GRYSZPAN, Mário., 1990. p. 292-296.

Os posseiros ainda buscaram expor para a população os problemas vivenciados nessas expulsões, realizadas por jagunços e policiais. Para isso fizeram denúncias em jornais e manifestações, atraindo solidariedade de setores urbanos para si e dificultando possíveis decisões da justiça favoráveis aos grileiros. Assim, a partir dessas ações políticas, o problema se torna uma questão social, que está relacionada a questão agrária, tão discutida em todo o país nesse período.

Portanto, as décadas de 1950 e 1960 possuem, entre outras características, essas violências em destaque nos principais veículos jornalísticos do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. No entanto, a violência era um elemento comum entre a região metropolitana, segundo Lúcia Enne. Apesar de algumas matérias positivas sobre a Baixada, a predominância na década de 1960 foi destacar as violências locais, criando uma imagem negativa.⁴⁷

A autora demonstra que a violência na região se deu pelas lutas camponesas e também pelas ações clientelistas de personagens como Tenório Cavalcante, um migrante advindo do Nordeste, que enriqueceu e adquiriu um protagonismo político através de relações clientelistas estabelecidas por ele na Baixada Fluminense. Essas relações envolviam “relações pessoais, de amizade, parentesco e patronagem, trançada pela reciprocidade, a dependência, a lealdade e a deferência, tendo no líder seu fio central”.⁴⁸

Natalício Tenório de Cavalcante Albuquerque teve um longo histórico na política brasileira, que remonta a década de 1930, quando foi eleito vereador pelo União Progressista Fluminense (UPF) em Duque de Caxias, enquanto ainda era um distrito da cidade de Nova Iguaçu. Durante o Estado Novo fez inimizades com o interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto e seu secretário, coronel Agenor Barcelos Feio, acusados de serem mandantes de atentados contra Tenório Cavalcante.

Com o fim do Estado Novo, foi eleito para a Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro pela União Democrática Nacional (UDN), em 1947, chegando a ganhar destaque como deputado federal no cenário político nacional durante a década de 1950. Nos anos de 1960, após romper com a UDN, concorreu ao Governo do Estado da Guanabara, recém criado após a transferência da capital para Brasília.

⁴⁷ ENNE, A. L. S. 2009.

⁴⁸ Grande parte da discussão feita aqui sobre Tenório Cavalcante está apoiada no texto: GRZYNSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 14, ano 5, out./1990.

Grynszpan demonstra que a violência fazia parte da vida de Tenório desde o início de sua vida, sendo a causa da morte de seu pai. No Rio de Janeiro, se insere em uma rede de alianças coronelistas comuns na história do Brasil nos anos iniciais da Primeira República, tendo seus inimigos o Estado e policiais, mas não chefes de outras milícias. Aos poucos, passou a oferecer proteção aos demais migrantes e ofereceu proteção a outros políticos. Isso demonstra que possuía boas relações com indivíduos e grupos com posições inferiores e superiores à sua. Como em “fins dos anos 20, quando o presidente Washington Luís foi a Caxias visitar as obras da Rio-Petrópolis, hospedando-se na casa de Manoel Isaías Lomba, futuro sogro de Tenório, foi este quem ficou encarregado de manter a segurança”.⁴⁹

Apesar de ter sido associado à violência por seus opositores, Tenório Cavalcante soube utilizar outros instrumentos para adquirir influências. Polido e conhecedor de regras de etiqueta social, aumentou sua influência também através do matrimônio com a sobrinha-neta do coronel João Telles Bittencourt, em 1931.⁵⁰ Assim, seu matrimônio lhe adquiriu vantagens, sobretudo nas relações ascensão pessoais, conseguindo se afirmar diante da elite local, afirma Grynszpan.⁵¹

José Claudio Souza Alves esclarece que a projeção nacional do nome de Tenório Cavalcante não ocorreu tanto por seu desempenho, mas pela violência local. Tenório esteve em conflito com os delegados de Caxias nesse período, inclusive denunciando por arbitrariedades. Com o delegado Albino Amparato os conflitos continuaram, até que durante uma homenagem feita a Duque de Caxias, Tenório sofreu um atentado e sua filha relacionou o delegado à agressão. O acontecimento estampou capas de jornais no dia seguinte, informando o afastamento de Amparato do cargo. Dias depois, o delegado foi encontrado morto a tiros com o junto do corpo do pistoleiro Bereco, o que resultou em acusação de Amaral Peixoto a Tenório pela autoria do crime. Esse caso demonstra a projeção de Tenório Cavalcante pelo envolvimento dos deputados Nereu Ramos, Afonso Arinos e do ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, dois personagens de destaque no cenário político nacional, no caso, suspendendo a operação de investigação na casa de Tenório.⁵²

⁴⁹ FORTES, 1986 *apud* GRYNSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 14, ano 5, out./1990. cit (s/p). Disponível em: < [OS IDIOMAS DA PATRONAGEM: \(anpocs.com\)](http://anpocs.com) >

⁵⁰ *Ibid.*, 1986, p. 62.

⁵¹ GRYNSZPAN, M. 1990.

⁵² ALVES, 2020, p. 140.

Tenório Cavalcante demonstrou constantemente ambiguidade em seus posicionamentos políticos. Enquanto membro do partido udenista, um partido conservador, possuía forte ligação com as massas populares como base eleitoral. Para as eleições de 1958, percebeu que o eleitorado se inclinava para o trabalhismo, então passou a defender grandes reformas e manter seu clientelismo na Baixada. Assim, foi se aproximando da esquerda, ao participar de manifestações do 1º de Maio ao lado de Luís Carlos Prestes, se alistando no Exército da Legalidade de em apoio a posse de Jango.⁵³

Ele percebeu que mudanças estavam ocorrendo e utilizou sua experiência com grupos armados e apoiou os lavradores nas lutas camponesas, como oportunidade para ganhar votos. Esse apoio ocorreu por perceber o surgimento desse grupo como importante ator político no período, portanto, passou a agir estimulando ocupações, enviando homens para invadir terras, pressionando em Brasília para que terras fossem desapropriadas e entregues a lavradores.⁵⁴ Formado em direito, advogou a favor de posseiros contra os despejos, como afirma Grynszpan:

Foi mais claramente na disputa pela governança fluminense, em 1962, que Tenório, candidato pelo Partido Social Trabalhista - PST, começou a se aproximar dos posseiros. A cobertura que o seu jornal, *Luta Democrática*, fazia dos conflitos no campo do Estado do Rio, antes lacunar, passou então a tornar-se sistemática. O periódico assumiu, de forma explícita, uma postura favorável às associações de lavradores e à FALERJ, defendendo suas ações e seus interesses. Mais ainda, o próprio Tenório começou a intervir diretamente em algumas lutas, prestando seus serviços de advogado, providenciando a soltura de lavradores presos, pressionando autoridades por soluções favoráveis aos lavradores e denunciando violências na tribuna da Câmara.⁵⁵

Podemos perceber, então, como Tenório Cavalcante dialogava com pessoas de menor ou maior influência, participava das principais questões políticas e sociais do país e da região da Baixada Fluminense, a partir de Duque de Caxias. Toda sua atuação gerou uma imagem⁵⁶ mítica sobre si mesmo, imagem que foi difundida no seu jornal *Luta Democrática*, e “incorporada pela imprensa local e pelos grandes jornais da capital”.⁵⁷

Este é o período em que a imagem de lugar violento se consolida na Baixada Fluminense, apelidada de “faroeste fluminense”.⁵⁸ Ainda foi deflagrado um “quebra-quebra”, ligado às revoltas populares ocorridas em todo o estado, que resultou em depredações e saques no dia 5 de julho de 1962. Isso porque a falta de alimentos para a população mais pobre foi

⁵³ *Ibid.*, p. 142.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 143.

⁵⁵ GRYSZPAN, 1990, cit, p. 300

⁵⁶ Tenório era comumente representado portando uma capa preta, com sua metralhadora “Lurdinha” e lembrado como pessoa do “corpo fechado”, por sobreviver a tentativas de assassinato.

⁵⁷ ENNE, A. L. S. 2004, cit. (s/p)

⁵⁸ *Ibid.*, (s/p)

agravada após comerciantes burlarem o tabelamento dos preços de alimentos e organizarem um mercado paralelo.⁵⁹ Esse momento de revoltas serviu de justificativa para que comerciantes locais contratassem milicianos para protegerem suas propriedades. O que marcaria o surgimento dos “grupos de extermínios” na Baixada Fluminense,⁶⁰ causadores de diversos atos de violência local durante a ditadura civil-militar brasileira.

1.4 A Baixada Fluminense após o golpe de 1964⁶¹

Após o golpe de 1964, os problemas sociais e as relações políticas na Baixada Fluminense ganharam contornos diferentes com a participação dos militares. As diferentes localidades da região sentiram os efeitos do Golpe de forma singular, revelando os inúmeros problemas causados e/ou intensificados pelos militares.

A prefeitura da cidade de Nova Iguaçu sofreu duas intervenções no período da ditadura, em 1966 e 1969. Em ambos os casos havia instabilidade política devido a denúncias contra prefeitos e funcionários. Essas intervenções possuem semelhanças por começarem com denúncias de irregularidades do prefeito em suas atribuições; afastamento das funções por um período, após votação na Câmara Municipal de Nova Iguaçu; condução e execução aceleradas do processo de cassação; cassação definitiva.

A Câmara Municipal de Nova Iguassú faz saber ao povo o seguinte:

1º) Desde o dia 2 do corrente [abril de 1964], acha-se em sessão permanente, valendo dizer que **os sr. Vereadores acham-se em estado de alerta**, averiguando os fatos e acontecimentos políticos do momento, os quais vêm acompanhando com toda atenção.

2º) **Até agora a Câmara não sofreu coação alguma**, e a mais ampla liberdade tem se oferecido aos sr. Edís.

O sr. Presidente cumpre ainda o seu dever ao esclarecimento mais o seguinte: - **Em sessão permanente nada pode deliberar**, segundo a lei do Regimento que nos regem. **Havendo um fato grave ou uma motivação importante sobre os quais tenha a Câmara que deliberar, então, atendendo a um requerimento assinado, no mínimo, por sete Vereadores, o sr. Presidente convocaria uma sessão extraordinária, com um fim específico**, consoante manda a Lei e o Regimento, para os sr. Vereadores, em plenário, decidirem ou liberarem.

O povo pode confiar em sua Câmara, nos srs. Vereadores, pois estamos **nós todos atentos, acompanhando os acontecimentos, esperando apenas que os subsídios**

⁵⁹ ALVES, 2020, p. 146.

⁶⁰ *Ibid.*, (s/p)

⁶¹ O principal referencial teórico utilizado para a contextualização nesse subtítulo foi o livro “SALES J.; FORTES, Alexandre (Orgs). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. 1ª Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

nos cheguem para que, dentro da lei e do nosso regimento, possamos tomar as providências que nos caibam, livres e conscientes, no momento exato.⁶²

Na nota acima percebemos uma necessidade de explicação da Câmara para a população local sobre a mudança no cenário político nacional. Alofs Batista comenta que as instituições e personalidades políticas se dividiram entre aproximação e distanciamento do movimento ocorrido no dia 31 de março de 1964, mas que os discursos foram mudando com o passar do tempo ao longo do mês de abril.

Darcílio Ayres Raunhette, deputado estadual pela UDN, é um exemplo de liderança política que optou por discursar a favor do golpe, em uma entrevista feita também ao jornal *Correio da Lavoura*. E a Câmara Municipal de Nova Iguaçu passou a apoiar os padrões percebidos no governo ditatorial, aproximação exemplificada nas cassações de Elzio Ramalho e de Ismael Ramos, deputado e vereador filiados ao Partido Social Trabalhista (PST). A cassação ocorreu no mesmo momento em que o ministério de Castelo Branco estava tomando posse.

Elzio Ramalho era secretário do Congresso de Associações de Bairro de Nova Iguaçu, em 1960. Ele também foi presidente da seção iguaçuana do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP). teve seu nome veiculado no jornal *Novos Rumos*,⁶³ sob afirmação de que sua candidatura e de Ismael Ramos eram apoiadas por comunistas do Rio de Janeiro para as eleições de 1962. Essas relações com o comunismo teriam influenciado nas perdas dos mandatos de ambos.

Essas cassações antecederam o que viria a ser um dos efeitos de maior destaque da ditadura civil-militar na região, o afastamento e cassação do então prefeito de Nova Iguaçu, Aloízio Pinto de Barros. Ele foi eleito em 1962 com expressivo número de votos em comparação com outros candidatos. Membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), possuía uma maioria na Câmara por contar com apoio dos trabalhistas e uma governabilidade importante por aproximação com vereadores dos partidos PTB, Partido Social Trabalhista (PST), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano (PR), Partido Social

⁶² Câmara Municipal [Nova Iguaçu], 4 de abril de 1964 (“Esclarecimentos ao Povo”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 5 de abr. 1964, p.2, grifos do autor). Ver mais em: BATISTA, Alofs. *Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista*. In: SALES J.; FORTES, Alexandre (Orgs). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. 1ª Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 133-134.

⁶³ Jornal de circulação nacional criado em 28 de fevereiro de 1959 e editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), denominado na época como Partido Comunista do Brasil. O Jornal foi extinto em 19 de abril de 1964 após o golpe que iniciou a ditadura. Ver mais em: BATISTA, 2016, p. 136.

Progressista (PSP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Apenas três vereadores da UDN restaram para fazerem oposição ao seu mandato.

Ao tomar posse, herdou os problemas financeiros da gestão do prefeito anterior, Sebastião Arruda Negreiros. Além disso, ocorreu uma greve dos servidores com atrasos de três meses no pagamento durante o ano de 1962. Outro problema que Aloizio Barros teve de lidar foi na crise a que passava o Hospital Iguassú,⁶⁴ com atrasos de mais de seis meses do pagamento. A problemas como esses foram somados outros relacionados a ditadura, como investigações sobre servidores municipais e a tentativa de associar o prefeito vigente aos indivíduos cassados, já mencionados.

Em 1964 o prefeito iguaçuano fez um pronunciamento no jornal Correio da Lavoura enfatizando o apoio que ele teria de diversos segmentos da população iguaçuana e seu comprometimento com a democracia. No entanto, esse discurso não foi bem acolhido por Geraldo Miquelotti, presidente do comitê iguaçuano da UDN. Miquelotti expressou, também nas páginas do Correio da Lavoura, que a UDN deveria responder ao pronunciamento de Barros e destacou as relações próximas do prefeito com Ismael Ramos e com Frederico Fernandes Pereira, o colocando em situação de fragilidade novamente.

Posteriormente, o prefeito Aloizio Barros pediu afastamento do cargo para participar da prova de títulos para o cargo de tabelião do Cartório do 4º Ofício de Nova Iguaçu por trinta dias e que retomaria às suas funções como prefeito após esse prazo. Assim, João Luiz do Nascimento atuou como seu vice-prefeito por mais de um mês e se dedicou a estabelecer alianças com o legislativo municipal para que pudesse permanecer no cargo, afirmava Castelo Preto.⁶⁵ A Câmara voltou de recesso e julgou entre os meses de outubro e novembro o fato de que Barros exerceria as duas funções, como tabelião e prefeito de Nova Iguaçu. Então, no dia da posse como tabelião do 4º Ofício de Nova Iguaçu, Aloizio Barros foi afastado pelo período de 90 dias da sua função como prefeito e foi cassado do cargo.

A decisão pelo afastamento do prefeito Aloizio Barros foi de 13 vereadores a favor, dos 19 vereadores que compunham a Câmara de Nova Iguaçu. Mesmo recorrendo, não conseguiu reverter a situação, e João Luiz do Nascimento permaneceu no cargo de prefeito até 1966, após o estabelecimento do bipartidarismo. No entanto, João Luiz não teve um mandato fácil, pois foi

⁶⁴ Hospital erguido na cidade de Nova Iguaçu em 1930 e fechado há 12 anos. Atualmente para por uma modernização que buscará manter a arquitetura histórica da instituição.

⁶⁵ BATISTA, 2016. p.146.

alvo de várias denúncias de má administração. Mais tarde ele deixou o cargo de prefeito do município para pleitear uma vaga como deputado na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, pela ARENA.

Por um período de um mês, o presidente da Câmara de Vereadores, José de Lima, atuou como prefeito do município de Nova Iguaçu. Ele permaneceu no cargo até a chegada do primeiro interventor da ditadura no município, Joaquim de Freitas. A nomeação do interventor foi feita pelo presidente da República e expõe motivos externos a política local, pois o substituto natural já estava no cargo. Essa atitude representou um enfraquecimento do legislativo local e um fortalecimento da presença ditatorial na região.

O ano de 1965 foi marcado pela criação do Ato Institucional nº 2 durante o governo do presidente Castelo Branco. O Ato extinguiu os partidos políticos existentes, permitindo apenas dois: o partido do regime militar conhecido como Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o partido de oposição, chamado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Assim,

Composto de 33 artigos, o AI-2 redefiniu de forma autoritária os termos do AI-1, estabelecendo a eleição indireta para a presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos então existentes, o aumento do número de ministros do STF de 11 para 16 — o que garantia ao governo a maioria nesse tribunal e obscurecia a distinção entre justiça ordinária e justiça revolucionária —, a reabertura do processo de punições dos adversários do regime e a impossibilidade de reeleição do presidente da República. Ainda segundo o documento, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o presidente poderia decretar o estado de sítio por 180 dias sem consulta prévia ao Congresso, ordenar a intervenção federal nos estados, decretar o recesso do Congresso e demitir funcionários civis e militares “incompatíveis com a revolução”, além de emitir atos complementares e baixar decretos-leis sobre “assuntos de segurança nacional”.⁶⁶

Nesse sentido, é possível identificar que o AI-2 pavimentou o caminho para as diversas violências e autoritarismos que a ditadura realizou. O discurso de que os militares permaneceriam na presidência da República temporariamente se fragilizava a cada momento que passava. O bipartidarismo representou a tentativa de controle sobre a diversidade de posicionamentos políticos da oposição ao regime no país.

Nesse período o bipartidarismo imposto pela ditadura não estava consolidado no território. Isso só ocorreu a partir do fim do mês de abril, resultando de intensas disputas políticas iguaçuana. E após o estabelecimento das legendas, houve políticos que mudaram de posicionamentos, como no caso do deputado Darcílio Ayres Raunhetti. Foi udenista, disputou cargo de deputado estadual nas eleições de 1966 pelo MDB, e tentou indicar sua candidatura

⁶⁶ Disponível em: < [ATOS INSTITUCIONAIS | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)>.

ou a de seu irmão, Fábio Raunhetti, para prefeito. Mas suas intenções foram derrotadas pelo grupo de Cruz Nunes e Ary Schiavo, presidente e vice-presidente da célula do partido no local. Depois, passou a se tornar membro do partido da ditadura.

A filiação ao MDB ou a ARENA esteve relacionada também a atores políticos locais influentes do pré-Golpe. Getúlio Barbosa de Moura e Mário Guimarães são personagens de relevância na política local no período que antecedeu a ditadura. Por isso, Allofs argumenta que as decisões de Mário Guimarães e Getúlio de Moura em se afiliarem ao MDB e ARENA respectivamente, influenciou a outros políticos a escolherem qual destes se tornarem membros.⁶⁷

Para as eleições de 1966, Ary Schiavo disputou a prefeitura de Nova Iguaçu pelo MDB contra José Haddad, que pertencia ao ARENA. Schiavo venceu as eleições e seu partido conseguiu eleger doze dos dezenove vereadores, o que garantiria uma governabilidade boa, teoricamente. Na prática a relação entre prefeito e vereadores não foi confortável como parecia, pois o prefeito encaminhou aos vereadores uma proposta de crédito extraordinário em razão das catástrofes dos temporais do fim de fevereiro de 1967. Mas não foi aprovado pelos vereadores, insatisfeitos com o prefeito por ter negado os pedidos de aumento das passagens municipais, pedido por vereadores emedebistas. Os três vereadores votaram com os vereadores arenistas contra a proposta, derrotando a proposta de Ary Schiavo. A governabilidade que parecia certa para o prefeito foi acumulando derrotas até a sua cassação, advinda após denúncias de irregularidades na sua gestão.

Após a cassação, o vice-prefeito Antônio Joaquim Machado assumiu o mandato até que também foi acusado por má administração em 1968. Na tentativa de evitar sua cassação, mudou do MDB para o ARENA em vão, pois ainda assim foi cassado e substituído pelo presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. No cargo de prefeito, Nagi Almawi permaneceu durante o ano de 1968, momento do AI-5, onde houve o fechamento do legislativo, forte censura e repressão no país e também na região. Ao fim do seu governo, entregou o cargo para o segundo interventor na prefeitura e nono prefeito desde o início da ditadura, em 1964.

João Ruy de Queiroz Pinheiro, conhecido também como Professor Ruy de Queiroz possuiu relações com pessoas influentes na região, como o seu cunhado José Ribamar Zamith, capitão e comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil na Vila Militar. Esse também foi um período em que um cenário de poder em Nilópolis entre as famílias

⁶⁷ BATISTA, Allofs. 2016. p. 157.

libanesas David e Abraão e a família Beija-Flor, envolvendo contravenções e a Escola de Samba de Beija-Flor.

Ruy de Queiroz permaneceu como interventor no cargo da prefeitura por um período menor que um ano. Das três eleições seguintes, o primeiro vencedor foi o ex-vereador Bolivard Gomes Assumpção, que ficou por dois anos para adequar o calendário às demais cidades. A seguir dois interventores assumiram a prefeitura representando o ARENA, Joaquim de Freitas eleito em 1973, e também novamente Ruy de Queiroz, eleito em 1976. Após o afastamento de Joaquim de Freitas por má administração, seu vice João Batista Barreto Lubanco assumiu. Advogado e ex-interventor estadual em São João de Meriti, Lubanco foi o décimo primeiro prefeito desde o início da ditadura até 1975.

Allofs Batista afirma que a predominância da ARENA no cargo do chefe do Executivo iguaçuano representou uma vitória para o partido e também a predominância daqueles políticos que não estavam no cenário político anterior ao golpe, com exceção de Bolivard Gomes Assunção⁶⁸. A partir do golpe de 1964 até o ano de 1969, nove prefeitos foram alternados na cidade de Nova Iguaçu, durante a fase inicial da ditadura. Onze prefeitos até o ano de 1974 e quinze prefeitos até o fim do governo ditatorial.

Duque de Caxias é uma outra cidade da Baixada Fluminense importante para pensarmos as ações ditatoriais na região. Em 1968 ela se tornou área de segurança nacional, por ser uma das cidades mais importantes e populosas do estado. Os militares passaram a indicar os prefeitos da cidade durante a ditadura, afirma José Claudio Souza Alves.⁶⁹

Outro exemplo dos efeitos da ditadura militar na Baixada Fluminense ocorreu através da atuação de grupos de extermínios. Perguntado sobre o fortalecimento desses grupos Alves afirma que:

Os militares queriam um controle maior da Baixada. Eles deram o ensejo ao surgimento de um mecanismo muito mais detalhado, muito mais fino, no entanto muito mais brutal e criminoso, que foi o surgimento dos grupos de extermínio na Baixada como forma de controle. Os militares permitiram que agentes de segurança envolvidos principalmente na Polícia Militar e Civil constituíssem esquadrões da morte e grupos de extermínio na lógica de eliminar “bandidos”.⁷⁰

Esses grupos deram outra forma a violência na região, diferentemente da violência na luta por terras das décadas de 1950 e 1960. Eles representam uma violência permitida pelo

⁶⁸ BATISTA, 2016. p. 165.

⁶⁹ Acessado em 20 de setembro de 2021. Disponível em: [‘Nós vivemos sob o efeito das estruturas que a ditadura criou e que nunca foram modificadas’ | Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio \(fiocruz.br\)](#)

⁷⁰ *Ibid.*

governo militar, mas que circulava na discrição. As execuções sumárias funcionavam a partir de três suportes:

Primeiro quem operava a estrutura, quem executava, eram policiais militares, civis, bombeiros, agentes públicos da área de segurança do Estado. Depois existia o financiamento, que era feito por empresários e comerciantes que buscavam proteção para os seus negócios. Era uma estrutura financiada por setores privados, comércio e indústria. Por último, a estrutura do próprio regime militar: os militares davam o apoio político para que esses grupos funcionassem. Essa estrutura só funcionou porque contava com essas três dimensões, principalmente, porque agentes públicos do Estado tinham todo o poder possível para cometer esses crimes sem serem atingidos, sem serem submetidos à lei.⁷¹

Então, esses grupos eram compostos de membros de variadas instituições públicas que podem fazer o uso da força. E eram financiados por setores civis da sociedade para suas operações violentas contra outras camadas da população e com todo o respaldo dos militares que ocupavam o governo federal. A violência produzida por esses grupos de extermínio cresceu consideravelmente com o passar dos anos em Nova Iguaçu. Em 1966 houve 18 mortes, chegando a 42 em 1968 e 199, em 1974.⁷²

1.5 Transformações na Igreja: O Concílio Vaticano II e o CELAM

Diante dos problemas que já existiam na Baixada Fluminense, agravados pela ditadura, uma mudança ocorre dando novas formas de resistência a violência e aos demais problemas do período. Essa mudança está relacionada a um grande evento religioso ocorrido em meados do século XX, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1959-1965). Esse evento proporcionou uma transformação importante na Igreja Católica, impactando a América Latina, principalmente.

No fim dos anos de 1950 João XXIII se torna Papa, considerado para cumprir uma função de transição. No entanto, causou surpresa ao convocar um novo Concílio, em 1959, que se trata de uma grande tentativa de mudança nas estruturas e posicionamentos da Igreja Católica, tão criticada no período por filosofias como o marxismo e existencialismo.⁷³ Além da atmosfera filosófica do período, o maior conhecimento dos problemas sociais e econômicos do mundo, difundidos pelos meios de comunicação, teriam provocado essa reflexão em setores da

⁷¹ *Ibid.*

⁷² MATUS, 2018, pp. 150-176. O autor ainda comenta que em 1980 surgiu outro grupo de extermínio, conhecido como a Mão Branca.

⁷³ Ver mais em BEOZZO; LORSCHIEDER. **500 anos de Evangelização da América Latina-desafios e perspectivas**. Ed. Vozes Ltda. Petrópolis – RJ. 1992 p. 13.

Igreja e também o surgimento do Concílio.⁷⁴ Lorscheider aponta que é possível sintetizar o Concílio Vaticano II através de duas palavras: *aggiornamento* e *diálogo*.⁷⁵

Aggiornamento pode ser definido como atualização, renovação, rejuvenescimento da Igreja, segundo Lorscheider. O autor descreve essa característica como a necessidade da Igreja e se atentar ao momento em que o mundo se encontra, mas que não significa uma sujeição da mesma ao mundo ou uma absorção do mundo feita pela Igreja Católica. O termo representa a atenção a “escutar, ir ao encontro, abrir-se às justas exigências do mundo”.⁷⁶ Portanto, a Igreja identificou estruturas antigas na sua formação e pretendeu modifica-las, melhorando a identificação com o mundo daquele período. Assumindo as justas exigências⁷⁷ que o mundo necessitava.

Além das mudanças internas ocorridas por esse rejuvenescimento, outra atitude necessária, e característica do Concílio, seria o *diálogo*. Essa segunda atitude característica do Concílio Vaticano II, enfatiza a iniciativa que Deus teria dado em direção ao ser humano, então, “nós, cristãos, devemos pois tomar a iniciativa em nosso diálogo com os homens e não esperar que eles venham e nos chame para o diálogo. *Devemos testemunhar o cristo no mundo*, entrando em diálogo com toda a humanidade”.⁷⁸

Essa característica exprime a necessidade de comunicação que a Igreja Católica deveria manter com a sociedade. O diálogo deveria ser realizado com diferentes religiões, com os ateus e com outras vertentes do cristianismo. A exemplo disso podemos mencionar o convite feito às Igrejas Ortodoxas, visando superar as distâncias desde a separação em 1054. E também a tentativa de superação da reforma protestante, como podemos ver abaixo.

O Vaticano II procurou dar passos para superar a secular ruptura entre o Oriente e o Ocidente cristãos, consumada em 1.054, convidando as Igrejas Ortodoxas e as antigas Igrejas Orientais a participarem do Concílio, enviando observadores. [...] ⁷⁹

Buscou igualmente superar a divisão oriunda da reforma protestante de 1517, criando o Secretariado para a União dos Cristãos e convidando também observadores das igrejas protestantes. Assinalou, desse modo, a tardia entrada oficial da Igreja Católica na grande corrente do movimento ecumênico contemporâneo. [...] ⁸⁰

⁷⁴ *Ibid.*, p. 17

⁷⁵ *Ibid.*, p. 15

⁷⁶ *Ibid.*, p. 16.

⁷⁷ Estas seriam: democracia, liberdade, justiça social, direitos fundamentais da pessoa humana, personalidade, responsabilidade, respeito às livres iniciativas e outras. Ver mais em: BEOZZO; LORSCHIEDER. 1992, p. 16.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 23

⁷⁹ BEOZZO, O. **Padres Conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1962-1965)**. p. 23.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 24

O teólogo Francisco Orofino⁸¹ possui uma visão um tanto diferente do Concílio, mesmo que não seja oposta ao que foi visto até este momento. Para ele, a proposta da Igreja com o Vaticano II está relacionada aos três grandes eixos da década de 1960. O primeiro grande eixo é a *descolonização*, como podemos ver abaixo:

O Vaticano II significa o fim, ou ao menos, isso vai levar cinquenta anos, decreta o fim do catolicismo de matriz europeia. Ou seja, antes os europeus faziam todo um movimento missionário, que pra você ser católico tem que ser europeu, inclusive no nome. Então, isso foi o fim da colonização. A Igreja, a partir do Concílio Vaticano II, ela se desgruda do projeto colonizador europeu.⁸²

Orofino, então, coloca o Concílio como um evento divisor de águas na história da Igreja Católica, enfatizando uma posição de independência da Igreja na América Latina diante da Igreja europeia. Mais adiante ele argumenta sobre os outros dois eixos, a *desclericalização* e a *descentralização*:

A segunda coisa é que o Vaticano II, ele tem o eixo chamado de desclericalização. O que significa isso? Significa que o Vaticano II começa a investir no protagonismo do laicato. E o terceiro grande eixo do Vaticano II é o da descentralização. O que é a descentralização? A descentralização é pedir que a Igreja Católica tenha o rosto do país em que ela está. Se antes tinha que ter um rosto europeu, a partir do Vaticano II se pede que ela tenha o rosto do país em que ela está. A Igreja Católica no Brasil tem que ter o rosto brasileiro, a Igreja Católica no México tem que ter o rosto mexicano, a Igreja Católica na Argentina tem que ter um rosto argentino. E quem deu partida a esse processo foi justamente a América Latina.⁸³

Podemos perceber, então, que um processo de autonomização da Igreja latino-americana se desenrola desde o Concílio Vaticano II, ao menos. A desclericalização proporcionou uma maior participação dos leigos nas atividades da Igreja, sobretudo com o surgimento das pastorais sociais, formadas por leigos, para atender as necessidades da população local, que frequente as comunidades ou não.

A descentralização é importante e complementar a esses dois eixos por enfatizar a necessidade da Igreja atuar de acordo com as demandas dos locais em que estão inseridas. Visto que cada espaço possui suas peculiaridades políticas, sociais e econômicas. Logo, a Diocese deve identificar essas demandas específicas de sua jurisdição e atuar sobre elas, com o objetivo de sanar os problemas.

⁸¹ É doutor em Teologia Bíblica pela PUC-Rio. Trabalha com a Leitura Popular da Bíblia em comunidades na Baixada Fluminense. É assessor nacional do CEBI tendo várias publicações voltadas para a formação de lideranças leigas nas Comunidades Eclesiais de Base. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

⁸² OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

⁸³ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

A descentralização pode ser identificada na convocação da Conferência Episcopal de Medellín - CELAM, de 1969. Nesse evento a Igreja latino-americana discutiu como aplicar as diretrizes do Concílio Vaticano II à realidade do continente. Bispos de diversos países locais participaram com o objetivo de discutir soluções para os diversos problemas da região. Portanto, essa grande reunião na Conferência de Medellín resultou na criação de um documento.

Neste documento é possível perceber uma ênfase em criticar a realidade de miséria nos países pertencentes ao terceiro mundo, como é o caso da América Latina. Temas como justiça social, libertação, mudança do homem e das estruturas de opressão e a opção preferencial pelos pobres são centrais em todo o documento. Há exemplo disso no excerto abaixo:

Por isso, para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o «Reino de justiça, de amor e de paz». A origem de todo desprezo ao homem, de toda injustiça, deve ser procurada no desequilíbrio interior da liberdade humana, que necessita sempre, na história, de um permanente esforço de retificação. A originalidade da mensagem cristã não consiste tanto na afirmação da necessidade de uma mudança de estruturas, quanto na insistência que devemos por na conversão do homem. Não teremos um continente novo, sem novas e renovadas estruturas, mas sobretudo, não haverá continente novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis. Somente a luz de Cristo esclarece o mistério do homem. Sob essa luz, toda a obra divina, na história da salvação é uma ação de promoção e de libertação humana que tem como único objeto o amor. O homem é «criado em Cristo Jesus», feito nele «criatura nova» (2 Cor 5,17). [...] ⁸⁴

É notável a preocupação com as camadas mais pobres do chamado terceiro mundo, tidos como oprimidos diante do sistema capitalista. A atuação de setores da Igreja Católica contra essa realidade é anterior ao Concílio Vaticano II e ao CELAM de Medellín. Esses eventos concedem maior força e alcance a essa atuação católica na América Latina. No entanto, é interessante notar que a Igreja latino-americana se comportou de diferentes maneiras nesse período, apesar dessa mudança proposta por esses eventos.

Ainda no Concílio Vaticano II essa atenção, ou melhor, opção preferencial pelos mais pobres, já era possível de ser identificada na reunião que ficou conhecida como “O pacto das Catacumbas”. Ocorrido em uma caverna, esse pacto foi feito por aproximadamente cinquenta bispos nas Catacumbas de Santa Domitila, em Roma, em 1965. Nesse compromisso, os bispos:

assumem o Concílio como um caminho de conversão e de compromisso pessoal com os pobres, seus sofrimentos, suas necessidades, suas lutas e esperanças. Não pregam para os outros, mas examinam a si mesmos e à sua Igreja. Assumem o propósito de

⁸⁴ MEDELLÍN. Documento de Medellín - **Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II**. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de 1968. Texto Integral. 2017., p. 4. Disponível em < <https://spirandiopadre.wordpress.com/documento-de-medellin-texto-integral/> >

ser pastores identificados com seu rebanho e querem que sua *Igreja seja servidora e pobre*.⁸⁵

O CELAM de Medellín potencializa esse compromisso de construir uma Igreja servidora aos mais pobres, que corresponda as demandas da realidade latino-americana. Compromisso assumido, primeiramente, por pouco mais de quarenta bispos, e depois por outros quinhentos, ganhou uma dimensão muito maior com o passar dos anos pelo continente. Entre os bispos presentes e comprometidos com os mais pobres, estava Dom Adriano Hypólito, o terceiro bispo da Diocese de Nova Iguaçu.

No próximo capítulo trataremos, mais especificamente, sobre as formas encontradas por Dom Adriano Hypólito de aplicar na Diocese iguaçuana as reflexões ocorridas tanto no Concílio Vaticano II, quanto no CELAM de Medellín. Para isso, o uso de memórias se torna um instrumento singular e indispensável, que permite novos olhares sobre o período.

⁸⁵ BEOZZO, O. **Pacto das Catacumbas: por uma Igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas. 2015, p.6.

2 Memórias das resistências na Diocese de Nova Iguaçu

Neste capítulo discutiremos aspectos da memória do período ditatorial na Baixada Fluminense. Primeiramente, é necessária uma exposição das opções teóricas acerca da utilização e da importância das memórias para esta pesquisa. Em seguida, prosseguiremos discutindo a atuação da Diocese de Nova Iguaçu em plena ditadura brasileira. E pela análise dos textos contidos em algumas edições de *A Folha*, onde é possível apreender parte do pensamento de Dom Adriano Hypólito, que nos ajudará a entender o momento de resistência aos arbítrios ditatoriais entre as décadas de 1970 e 80.

2.1 Monumentos de recordação e o passado

Quando falamos em entender o período ditatorial na Baixada não nos referimos a uma pretensão de restaurar um passado essencialmente verdadeiro. Pois, descrever o passado tal como foi é uma tarefa impossível. Esta seria uma pretensão do que ficou conhecido como historicismo do século XIX. A verdade, como afirma Gagnebin, “não se esgota nos procedimentos de adequação e verificação”.⁸⁶

Mais adiante afirma que,

Preconizar um conceito de referência - de verdade - que dê conta do “enraizamento e da pertença - que precedem a relação de um sujeito a objetos” é uma atitude radicalmente diferente do relativismo complacente, apático, dito pós-moderno que, de fato, nada mais é que a imagem invertida e sem brilho de seu contrário, o positivismo dogmático.⁸⁷

Se por um lado não é possível descrever o passado com precisão, não se pode cair em um relativismo que julga qualquer menção ao passado como correto. Para a autora a tarefa do historiador, estendo aos pesquisadores em geral, é necessário lutar contra “o esquecimento e a denegação, lutar contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade”.⁸⁸

O cientista social Jean Davallon afirma que o aparecimento da imprensa e, mais tarde, dos meios de registro da imagem e do som permitiram o registro dos acontecimentos de maneira tão eficiente que parece ter afastado a necessidade de situar parte da memória social na cabeça de sujeitos. Assim, a memória social estaria inteiramente, e naturalmente, presente nos arquivos de mídia.

⁸⁶ GAGNEBIN, J. M. **Verdade e memória do passado**. Proj. História. São Paulo, (17), nov. 1998. p.217.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 217

⁸⁸ *Ibid.*, p. 219

Em seguida, o autor comenta sobre as diferenças entre memória coletiva e história apoiando-se no pensamento de Maurice Halbwachs, que define a memória como “o que ainda é vivo na memória do grupo para o indivíduo e para a comunidade”.⁸⁹ Davallon sustenta que a memória coletiva possui uma vivacidade que falta a história. Enquanto a história consegue resistir a passagem do tempo melhor que a memória coletiva, pois esta depende da existência dos membros de um grupo para existir em suas memórias.

O autor Davallon faz uma primeira constatação a respeito da relação entre memória social e produções culturais. Ele afirma que “para que haja memória é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância”.⁹⁰ É preciso que esse registro conserve uma força ao longo do tempo. Enquanto a segunda constatação, que complementa a primeira, diz sobre como

lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade societal.⁹¹

Portanto, Jean Davallon explica que essas duas constatações expõem o paradoxo da memória coletiva, ao possuir a capacidade de conservar o passado e que sua fragilidade se dá devido ao desaparecimento do que é vivo na memória do grupo desaparecerá com ele. O autor utiliza a separação entre memória coletiva e história feita por Maurice Halbwachs para considerar o uso dos objetos culturais como operadores da memória social, relacionando memória e história.

O exemplo escolhido pelo autor para fazer esse entrecruzamento entre memória e história é a análise de imagem, sob a justificativa de que ela oferece “um campo histórico que vai do século XVII até os nossos dias [...] ela pode também conservar a força das relações sociais e fará então a impressão sobre o espectador”.⁹² Ele menciona como um exemplo mais específico, uma posse para Presidente da República, cujo registro do acontecimento constrói uma memória, abrindo uma dimensão entre o passado, em que ocorre a cerimônia, e o futuro, que pode se tornar uma comemoração. Isso acontece se esse acontecimento conservar uma força que o tire da indiferença.

⁸⁹ HALBWACHS apud DAVALLON, Jean. A Imagem, uma arte da memória. In: ACHARD. P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. – Campinas, SP: Pontes, 1999, p.

⁹⁰ DAVALLON, Jean. A Imagem, uma arte da memória. In: ACHARD. P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. – Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 25

⁹¹ *Ibid.*, p. 25

⁹² *Ibid.*, p. 27

Segundo Davallon, há uma distância entre o registro da realidade e a memória social, uma separação entre a realidade e o fato de significação. Assim, há uma dupla dimensão da memória social, enquanto fato societal e como fato de significação. Entre o acontecimento de um dado período da história e o objeto que conserva a força e significação do acontecimento para os anos futuros.

Portanto, Jean Davallon está preocupado em pensar uma relação entre memória coletiva e história, um entrecruzamento, onde o “acontecimento se dará em um momento singular do tempo; mas a essência do ato se encontrará para sempre na própria estrutura do objeto que o representará”.⁹³ Se torna, assim, um documento histórico e monumento de recordação, segundo o autor.

A relação entre documento e monumento também é possível na visão do historiador Jacques Le Goff, que define monumento como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”.⁹⁴ Nesse sentido, os documentos históricos escritos podem ser entendidos como monumentos, por sua relação com o passado e permitirem sua recordação duradoura.

Dessa forma, podemos identificar na *Folha* um exemplo de objeto cultural operador de memória social. Ela carrega em si a vivacidade, a essência do momento originário em que foi escrita. Mantém viva as questões para uma realidade que não cessou com o fim da ditadura, mas que ganhou novos contornos décadas depois. Seguindo o pensamento do autor, *A Folha* é um documento histórico e um *monumento de recordação*, pois a essência do momento em que ela foi elaborada e atuava contra a ditadura, permanece na sua estrutura.

Este monumento de recordação, que é *A Folha*, faz parte da resistente atuação da Diocese de Nova Iguaçu contra a ditadura civil-militar brasileira. Pilar Calveiro argumenta sobre a existência de “memórias múltiplas e flexíveis do poder (como o medo), ou da resistência (como as formas de organização, potência e luta)”.⁹⁵ Essa memória da resistência é trabalhada aqui através das entrevistas realizadas e das edições do folheto litúrgico *A Folha*.

⁹³ *Ibid.*, p. 26

⁹⁴ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 462. Entretanto, no texto, é enfatizado que, atualmente, monumento representa além de documentos escritos, podendo ser os vestígios da cultura material, objetos de coleção, tipos de habitação, restos ósseos de animais e de homens etc.

⁹⁵ Tradução nossa. No original: memorias múltiples y flexibles del poder (como el miedo), o de la resistencia (como las formas de organización, potencia y lucha). Ver mais em: CALVEIRO, Pilar. La memoria y el testimonio como asuntos del presente. *Megafón, la batalla de las ideas*. v.16, n.2.. Buenos Aires: CLACSO, setembro 2017. Disponível em https://www.clacso.org.ar/megafon/pdf/Megafon_16_2_Pilar_Calveiro.pdf.

As memórias acerca das ações da Diocese de Nova Iguaçu diante da ditadura se inserem nessa concepção de memória da resistência. Calveiro ainda afirma, que “estas memórias aparecem nos relatos testemunhais, mas sobretudo nas práticas sociais e políticas, desenrolando uma enorme diversidade de experiências e de interpretações das mesmas”.⁹⁶ Quer dizer, São memórias que podem surgir de maneiras diferentes, seja por relatos ou práticas políticas, elas apresentam diferentes experiências e olhares sobre episódios e temas a que se referem.

2.2 Dom Adriano e o surgimento da “Diocese da clandestinidade”⁹⁷

O capítulo anterior foi finalizado enquanto falávamos do Concílio Vaticano II, que impactou a instituição católica, causando um importante processo de mudança. A Diocese de Nova Iguaçu surge dentro desse processo de renovação, rejuvenescimento da Igreja Católica. Através da *Bula Quandoquidem Verbis*, do Papa João XXIII, em 1960. Desmembrada de parte da Diocese de Barra do Piraí, a recém Diocese possuía em sua jurisdição os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, distrito de Conrado (Vassouras) e Paracambi.⁹⁸

O primeiro bispo da Diocese foi Dom Walmor Battú Wichowski foi enviado também por João XXIII. Dom Walmor chegou à Diocese recém criada em 1960, priorizando sua organização e a estruturação⁹⁹ e permaneceu até o ano seguinte. Criou paróquias, como a de Éden, localizada em São João de Meriti.

Dom Honorato Piazero foi quem o substituiu, se tornando o segundo bispo da Diocese até o ano de 1966. Foi responsável por criar paróquias, trouxe padres (maioria era italianos e belgas) e missões para a região. Possuía uma atenção em relação aos mais pobres, desenvolvendo trabalhos que os beneficiassem e esteve à frente de ações em socorro dos atingidos em 1964, quando houve enchentes em diversos municípios da Baixada Fluminense.¹⁰⁰

⁹⁶ Tradução nossa. No original: Estas memorias aparecen en los relatos testimoniales pero sobre todo en las prácticas sociales y políticas, desplegando una enorme diversidad de experiencias y de interpretación de las mismas. *Ibid.*, p.3

⁹⁷ Kenneth Serbin classificou assim a Diocese de Nova Iguaçu por ter sido refúgio de militantes, advogados e outros opositores a ditadura. Ver mais em: SERBIN, K. **Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

⁹⁸ Cedeu Mangaratiba e Itaguaí à Diocese de Itaguaí e o Município de Duque de Caxias à Diocese de Duque de Caxias após os surgimentos destas em 1980. Ver mais em: < [Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ: Diocese de Nova Iguaçu](#) > Acessado em Janeiro de 2022.

⁹⁹ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão (1960-2010)**. 2010.p. 29.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 31.

No ano de 1966 Dom Adriano Hypólito, então Bispo-Auxiliar de Salvador, foi nomeado bispo da Diocese de Nova Iguaçu, pelo papa Paulo VI. Dom Adriano nasceu em Aracaju, Sergipe, em 1918, teve sua educação básica como franciscano, na Província de Santo Antônio, em Recife, “o ginásio cursou em João Pessoa, colégio em Rio Negro, Filosofia no Convento de Olinda e Teologia no Convento de São Francisco, em Salvador”.¹⁰¹

Tendo em vista os temas e preocupações discutidas no Concílio Vaticano II e no CELAM de Medellín, o terceiro bispo buscou aplicar na Diocese as conclusões desses encontros, com o objetivo de solucionar os problemas existentes na região. A construção do Centro de Formação de Líderes (Cenfor) é um exemplo disso, quando o bispo afirma que “como esforço eclesial o Centro quer contribuir para o ‘aggiornamento’, diálogo da Igreja com o mundo secularizado, decisão religiosa, autonomia e maturidade dos leigos”.¹⁰² No entanto, não se pode esperar que seja trabalhado na Diocese uma aplicação exata do que foi discutido nos encontros. Pois, a realidade local possui semelhanças se comparada com a realidade do continente latino – americano, mas também suas especificidades.

Francisco Orofino comenta sobre as principais preocupações de Dom Adriano no início de seu bispado. Logo após sua chegada na Diocese, teve que se preparar para o CELAM de Medellín, de 1968. Vejamos abaixo:

O que que pedia esse documento de Medellín? Primeiro, as igrejas devem surgir nas bases. Surgem então, as Comunidades Eclesiais de Base. Segundo, a igreja deve estar inserida na sociedade. Então, Dom Adriano vai ser um grande incentivador das chamadas Pastorais Sociais. Ou seja, a igreja vai deixar de ser sacramentalista, totalmente voltada aos fieis para oferecer os sacramentos, e vai se tornar um membro efetivo da dinâmica social através das Pastorais Sociais. O que que são as Pastorais Sociais? A Pastoral Operária, a Pastoral da Mulher, a Pastoral das Donas de Casa, a Pastoral das Empregadas Domésticas. Entende? Várias frentes pastorais onde ela vai enfrentar problemas sociais.¹⁰³

É notável a preocupação do bispo com os problemas sociais e econômicos enfrentados pela população da Baixada Fluminense. As Comunidades Eclesiais de Base exemplificam essa preocupação, a medida que se organizavam em pequenos grupos para refletirem sobre a realidade de forma crítica.

Pode-se dizer que a concepção das CEBs se deu pelos anos 50 (com os grupos bíblicos), seu nascimento pelos anos 60 e seu batismo em 68, na conferência de Medellín, esperando-se sua confirmação em Puebla (1969). Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que as CEBs surgiram no seio do grande movimento popular

¹⁰¹ DOM ADRIANO. **Entrevista: Meu sequestro ainda é um mistério**. Revista de Cultura Vozes. ANO 75 – VOLUME LXXVI – Janeiro/fevereiro 1981 – Nº 1.

¹⁰²DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. O centro de Formação de Líderes. **Boletim Diocesano**. Diocese de Nova Iguaçu, nº 55/56, julho e agosto de 1973, p.1.

¹⁰³ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

que sacudiu todo o Brasil na década de 60, sobretudo na zona do campo, através das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.¹⁰⁴

Deste modo, as CEBs fazem parte desse processo de renovação da Igreja iniciado na década de 1950 e oficializado no Concílio Vaticano II. Essas comunidades se desenvolveram durante a ocorrência das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, num diálogo entre membros do clero católico e as populações locais. Além disso, está relacionada as lutas no campo, frequentes nesse contexto de meados do século XX.

São comunidades “com pequenos grupos de pessoas ligadas entre si por relações primárias, em razão da vizinhança geográfica”.¹⁰⁵ Geralmente, 15 a 25 pessoas se reúnem uma vez por semana para discutir passagens da Bíblia em relação com as questões contemporâneas, como explica Scott Mainwaring. Enquanto grande parte das CEBs da América Central foram criadas por padres e feiras, no Brasil elas estavam “intimamente ligadas à Igreja institucional”.¹⁰⁶

Bordin afirma que as CEBs “constituem uma força importante dentro do movimento popular, tornando-se até algumas vezes o grupo hegemônico dentro do processo social”.¹⁰⁷ A entrevistada Maria dos Anjos precisa a importância das CEBs na Baixada Fluminense e como participou da formação de uma delas:

Foi até fácil formar grupos...como eu tava com a experiência de formação de grupos, então eu logo investi em grupos de casais, em grupos de famílias, em organizações de Comunidades Eclesiais de Base, que foi assim de certa maneira um espaço de luz. [...]Então a saída foi logo a gente procurar se agrupar e criar uma Comunidade Eclesial de Base no Moquetá, que era o bairro que a gente morava. E essa comunidade foi muito próspera e era muito assim, acolhedora, muito fraterna. A gente se apoiava em todos os sentidos, desde a educação dos filhos, que tinham vários casais com filhos pequeninhos como eu, e também muita gente casada chegando de novo. Várias amigas casadas mais ou menos da minha faixa etária. Então, com essas amigas que eu tentei organizar logo um grupo de enxoval de neném. Veja bem, até mesmo já falei para o bispo, para os padres, como era que eu tinha começado uma Comunidade Eclesial de Base. Quer dizer, através da realidade, da demanda, da necessidade real das pessoas. Então, eram quatro amigas grávidas, nenhuma sabia costurar e nem bordar. Eu sabia costurar e bordar, porque tinha aprendido no Colégio das Irmãs, em Bananeiras, me preparando para casar e fazendo ginásio. Então foi um aprendizado muito bom.¹⁰⁸

¹⁰⁴ BOFF, L. *apud* BORDIN, L. **O marxismo e a teologia da libertação**. Ed. Dois Pontos. RJ. 1987. p. 57-58

¹⁰⁵ BORDIN. 1987. cit. p. 56.

¹⁰⁶ MAINWARING, 1989, cit. p. 127.

¹⁰⁷ BORDIN, 1987. cit. p. 58.

¹⁰⁸ Nascida em Solânia, na Paraíba, onde viveu até os 21 anos de idade até casar. Chegou em Nova Iguaçu em 1963. Foi professora e participou de movimentos como a Ação Católica e Juventude Agrária Católica - JAC. OLIVEIRA, Maria dos Anjos de. **Entrevista virtual [outubro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

Na fala de Maria dos Anjos é perceptível a importância das necessidades do dia a dia para a criação da CEB de Moquetá, um dos bairros da cidade de Nova Iguaçu. Começou com uma troca de experiências entre amigas e recém migrantes para a região, onde Maria dos Anjos compartilhava conhecimentos adquiridos na vida estudantil, no tempo em que viveu no campo e participando de movimentos da Igreja, como a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Juventude Agrária Católica (JAC).

Criada ainda no século XIX, na Itália, Ação Católica foi “um dos mais importantes movimentos leigos na Igreja contemporânea”¹⁰⁹. Para Mainwaring, o movimento possuía a função de reaver a influência da Igreja sobre a sociedade italiana. A Ação Católica Brasileira surgiu ainda na década de 1920, com forte influência europeia, mas mudou com o passar do tempo. O surgimento da Ação Católica Brasileira ocorreu no contexto do fim do populismo, intensificação do antagonismo entre pequena e média burguesia e setores dominantes da sociedade, burguesia aliada a camponeses e operários por mudanças estruturais.¹¹⁰

Influenciada por tais lutas e movimentos sociais, a Ação Católica, cujos membros, em sua maior parte vinha das classes médias, tornou, a respeito, uma posição ativa e engajada, chegando a ter, muitas vezes, um papel influente e dirigente dentro do movimento estudantil e operário.¹¹¹

Dessa forma, é possível divisar que setores da sociedade faziam parte desse movimento leigo, e que ele foi ganhando contornos mais orientados à esquerda, se posicionando ativamente nas lutas do período, representando a Igreja Católica nos embates e nos ambientes de trabalho das classes mais pobres e nos ambientes estudantis, como podemos perceber abaixo.

Em termos de recrutamento de associados, a ACB deveria dividir-se no interior das dioceses em quatro grupos: Homens da Ação Católica e Liga Feminina de Ação Católica, para os maiores de 30 anos ou casados de qualquer idade, e Juventude Católica Brasileira e Juventude Feminina Católica, para os jovens de 14 a 30 anos. A Juventude Católica deveria compreender ainda os seguintes ramos: a Juventude Estudantil Católica (JEC), para os jovens secundaristas, a Juventude Universitária Católica (JUC), para os universitários, e a Juventude Operária Católica (JOC), para os jovens operários. Logo após a criação da ACB, esses três ramos foram de fato organizados na diocese do Rio de Janeiro.¹¹²

Assim, a esquerda católica estava engajada de diferentes formas entre a juventude brasileira. A Ação Católica Brasileira possuía todos esses ramos de especialidades para atuar em diversos segmentos e gerações da sociedade. Outro movimento que integrou a Ação Católica Brasileira, foi a JAC, da qual fez parte Maria dos Anjos. Esse movimento não foi tão

¹⁰⁹ MAINWARING, 1989, cit, p. 83.

¹¹⁰ BORDIN, 1987, cit. p. 52.

¹¹¹ *Ibid.*, cit. p. 53.

¹¹² Ver mais em: < [Ação Católica Brasileira \(ACB\) | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#) >

expressivo a nível nacional, como a JUC, ficando restrito a algumas dioceses. Após a intensa repressão da ditadura civil-militar brasileira atuar contra a JUC e a JEC, a JAC passou a assumir suas pautas políticas, o que a fez ser perseguida pelos militares.¹¹³

Maria dos Anjos conta que a experiência obtida enquanto fazia parte da JAC foi importante e teve relação com sua atuação na Diocese de Nova Iguaçu. Vejamos abaixo:

Quando a JAC me pegou em Solânia, imediatamente eu já fui para a liderança do grupo, eu já consegui juntar trinta pessoas, eu já juntava comunidades, eu já escrevia naquele momento. O que eu aprendi no ginásio, no Colégio das Irmãs, eu trazia para aqueles grupos: de música bonita, de bordado, de que danado fosse.

Aí a gente criou naquele grupo a *Campanha do Mais 1*. A *Campanha do Mais 1* é o que agora? É o YouTube! Que todo mundo tá ensinando as coisas, aquilo que mais sabe. Era o YouTube da gente hoje. Eu sabia um bordado, ensinava pra uma. Uma sabia o crochê, ensinava. E assim a gente aprendeu a vida em comum e concreta. E isso era o exemplo de Moquetá.¹¹⁴

O conhecimento que Maria dos Anjos tinha adquirido nos anos de JAC foi compartilhado com outras pessoas que chegavam ou já estavam no grupo. Assim, o conhecimento de todos circulava mudando a vida das pessoas que ali estavam e necessitavam. Maria ainda diz que esse tipo de dinâmica era também encontrada na CEB Nossa Senhora das Graças, de Moquetá, que ela ajudou a criar.

Sobre a CEB de Moquetá, ela comenta que:

Aí em Moquetá, que está viva até hoje. Eu levava da Igreja de Solânia, de um sacerdote maravilhoso, missionário a na mesma linha de Jesus de Nazaré da vivência, da justiça, da vivência da fraternidade, da solidariedade, da amizade fraterna. Então eu levava todo um conteúdo evangélico que me ajudou. E desse movimento que eu trabalhei de Juventude Agrária Católica, que era um movimento internacional, que começou na França, com a Juventude operária [...] com isso a gente organizou essa Comunidade, a partir desse bordadinho...organizou aquela Comunidade, a gente criou uma Igreja, fez e construiu... hoje é uma Igreja bastante grande já. Foi aumentando já tem muitos anos, já tem 50 anos. Foi aumentando bastante. E dali muitas outras comunidades surgiram. Muitas vezes eu fui explicar como tínhamos começado a nossa [...] E o Moquetá foi uma comunidade exemplo em mais de 30 ou 40 Comunidades de Base da Diocese de Nova Iguaçu e Duque de Caxias e Volta Redonda. Aquilo tudo era considerado Nova Iguaçu. Itaguaí também... Era um bispo só que era daquela região toda.¹¹⁵

Então é perceptível a importância da Ação Católica no surgimento de CEBs, ao menos em alguns casos na Diocese de Nova Iguaçu. Maria dos Anjos esteve presente no trabalho de base antes mesmo da chegada de Dom Adriano. A CEB Nossa Senhora das Graças foi criada

¹¹³ Ver mais em: < [JUVENTUDE AGRARIA CATOLICA \(JAC\) | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#) >

¹¹⁴ OLIVEIRA, Maria dos Anjos de. **Entrevista virtual [outubro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Maria dos Anjos de. **Entrevista virtual [outubro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

antes da chegada do bispo franciscano, se desenvolveu e influenciou o surgimento de outras, como afirma a entrevistada, ao levar a experiência que teve a outras pessoas que pretendiam edificar novas CEBs na região.

Maria dos Anjos pontua que o bispo tinha uma atenção maior a esses exemplos de trabalhos, diferentemente de seu antecessor, Dom Honorato. Não por acaso que Dom Adriano deu imensa atenção as CEBs na Diocese, se preocupou e impulsionou com a pastoral voltada para a questão social:

O Dom Honorato era mais um bispo mais religioso. Tem bispo que tá mais ligado na área social e tem bispo que só consegue dar conta da organização religiosa da Igreja, do encontro com os padres, do encontro com as freiras, a preocupação com a catequese das crianças, preocupação com os casamentos das pessoas, com as celebrações das missas [...] não sei bem qual foi a formação de Dom Adriano. Ele era franciscano, mas ele era um bispo que, era mais ligado também a questão social, a pobreza das pessoas. E talvez, por ser nordestino e encontrar tantos nordestinos em Nova Iguaçu, ele se sensibilizou com a situação da realidade desses nordestinos que vão pendurados, naquela época, num pau de arara, num ônibus duro, pé duro que chegavam quase mortos no Rio e não tem onde ficar. Vai pra casa de parente, com quarto acomodando dez, doze pessoas.¹¹⁶

Orofino e Maria dos Anjos concordam sobre a ênfase dada pelo terceiro bispo às ações sociais na Diocese. Não por acaso, ele criou espaços para o surgimento das pastorais sociais como Clubes de Mães e a Pastoral Operária. Nilton dos Anjos, comenta sobre a dinâmica de funcionamento do Clube de Mães abaixo.

Os clubes de mães nasceram de uma série de percepções curiosas e sociológicas. E também teológicas. A mulher é o espelho da família, a mulher é mais desamparada, a mulher é dominada economicamente. Que modo podemos fazer com que essas mulheres troquem. [...] E o Clube de Mães era aberto tanto para mães casadas, divorciadas, pra mães solteiras...isso era uma beleza. Não era mãe que tinha que ter marido, podia ser mãe. Por isso Clube de Mães. Não era para tirar do circuito as outras mulheres, mas era ao contrário, perceber que essas mães, seja por falta de condição social ou econômica, ou por estarem detonadas psicologicamente, precisavam se encontrar.¹¹⁷

Portanto, a Diocese de nova Iguaçu destinou atenção às necessidades das mulheres mães da Baixada. A situação econômica do país afetava negativamente diferentes perfis da sociedade, mães desempregadas, recém divorciadas, ou cujo salário do marido não garantisse a quitação das demandas da família no mês, encontraram nos Clubes de Mães uma maneira de adquirir conhecimento que pudesse ser rentável financeiramente para sua família.

Perguntado sobre onde funcionava os Clubes de Mães, Nilton José responde que:

¹¹⁶ OLIVEIRA, Maria dos Anjos de. **Entrevista virtual [outubro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

¹¹⁷ Nilton é filho de Maria dos Anjos e participou da mesma CEB que seus pais em Nova Iguaçu, quando jovem. OLIVEIRA, Nilton José dos Anjos de Oliveira. **Entrevista virtual [setembro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

Eles, os Clubes de Mães, tinham dois espaços comuns dependendo das circunstâncias. Ou eram espaços religiosos ou eram espaços...aí é que vem essa interseção dos movimentos, que é bonito por um lado. Eles se confundem e se ajudam. Os movimentos de bairro, caso a Igreja não tivesse um local, ou não pudesse cedê-lo, os movimentos de bairro ajudavam encontrar espaços alternativos, que podiam ser tanto de associações de moradores como podia ser de uma escola, que fosse uma escola mais envolvida com comunidade.¹¹⁸

Dessa forma, esse trecho da entrevista mostra que os movimentos existentes dialogavam com as ações pastorais da Diocese. Esta conseguiu articular com outros atores importantes da região para atender as demandas da região. A esse esforço é somada a atuação da Pastoral Operária (PO), que Dom Adriano “escolheu como prioridade diocesana”.¹¹⁹ Os Clubes de Mães eram organizados de forma que se engajassem “na linha pastoral ... [operária] da diocese”.¹²⁰ É possível entender, a partir desses casos, que as ações da Diocese dialogavam umas com as outras, garantindo uma certa unidade.

Desde os primeiros anos após a chegada do bispo à Baixada Fluminense é possível perceber essa dedicação aos menos favorecidos, buscando melhorias para o desenvolvimento da região, como podemos observar:

[...]Sem a colaboração da Igreja, colaboração que nunca foi negada e que ainda hoje é oferecida em linha rigorosamente evangélica, a Baixada Fluminense nunca sairá do subdesenvolvimento e do primarismo político, cultural e social. Quer aceitem quer não aceitem essa oferta, temos de realizar, aqui nesta extraordinária paisagem da Baixada Fluminense, onde se constrói a olhos vivos um mundo diferente, um mundo novo, a nossa missão de cidadãos e de cristãos responsáveis.¹²¹

Neste sentido, o terceiro bispo está enfatizando a situação de pobreza em que está inserida a Baixada Fluminense, que a Diocese de Nova Iguaçu pertence, ao classifica-la como subdesenvolvida. Além disso, argumenta que enfrentar essas condições precárias é um exercício daqueles que se consideram cidadãos e cristãos. Se trata de uma crítica a realidade desigual do país em um dia de celebração nacional como o “Dia da Pátria” enquanto expõe os problemas regionais.

Outro momento em que Dom Adriano expôs sua preocupação com os mais pobres ocorreu em uma das entrevistas que concedeu em seu bispado. Sobre a Igreja, ele afirma que “tem de ser uma Igreja do Povo e não uma Igreja das elites, tem de ser uma Igreja dos Pobres,

¹¹⁸ OLIVEIRA, Nilton José dos Anjos de Oliveira. **Entrevista virtual [setembro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

¹¹⁹ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Entrevista: Pastoral Operária. **Informativo**. Nova Iguaçu, Ano 1, nº3, 1977. p. 8.

¹²⁰ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Clube de Mães. **Informativo**. Nova Iguaçu, Ano 1, nº8, 1978. p. 15.

¹²¹ HYPÓLITO, Dom Adriano. Circular 9/69 do Bispo Diocesano sobre o Dia da Pátria. **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, nº 9, 1ºsetembro 1969, p. 1.

dos fracos e dos humildes, não uma Igreja dos ricos, dos fortes e poderosos”.¹²² Portanto, nessa entrevista mais antiga, de 1981, está evidente que a população mais pobre teve a prioridade da linha pastoral diocesana durante todo o período em que foi bispo.

Nesse objetivo de lidar com os problemas enfrentados pelos mais pobres da região da Baixada, D. Adriano tornou a Pastoral Operária prioridade. Uma pastoral que começou a pedido de fiéis da Diocese que participaram de um curso chamado “O Evangelho libertador” e buscavam soluções para os problemas que os assolavam. As poucas pessoas que participaram do curso eram “operários, donas de casa, biscateiros, comerciários”,¹²³ que formaram um grupo de reflexão, buscaram novas lideranças e diálogo com outros grupos da Diocese. Até que os grupos se multiplicaram e passaram a se reunir regularmente para estudar a realidade.

O trabalho da Pastoral Operária consistia em:

[...] tirar do isolamento as várias lutas individuais e, muitas vezes individualistas, daqueles que procuram sobreviver ou “subir na vida”; é desmascarar as falsas promessas de progresso individualista anunciado por um sistema materialista de progresso que escraviza com horas extras, “serão”, FGTS...; e descobrir o valor fundamental do homem e do seu trabalho, etc.¹²⁴

Esse excerto demonstra uma contundente crítica ao modo de vida da sociedade liberal, que estimula o ideal individualista de “subir na vida” de forma simplista e ilusória. Assim, é notável a importância que os problemas enfrentados pelos mais pobres chamam a atenção da Diocese sob a liderança de Dom Adriano. Desde a sua chegada o bispo:

Vai começando a se organizar e a fazer linhas de pastoral, linhas de base e definindo prioridades. E documento, que pode se pesquisar, que a Pastoral Operária era prioridade, a partir do momento e sempre com Dom Adriano, as CEBs...fundamental... a CPT tinha um espaço... a questão do mundo do trabalho tinha um espaço muito prioritário. Então era muita preocupação com a questão do mundo do trabalho. Porque ele sabia que era uma Diocese eminentemente urbana, com alguns nichos rurais... então Clube de Mães e isso tudo tinha tudo a ver com a mesma linha. E a preocupação de como formar e educar para isso.¹²⁵

Nas palavras de Percival Tavares, a prioridade da Pastoral Operária é reafirmada, ao lado da importância das CEBs e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dada a questão fundiária da região ser alarmante que “contribuiu para gerar tensões sociais na luta pela posse da terra”¹²⁶

¹²² HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: “Meu sequestro ainda é um mistério”. **Revista de Cultura Vozes**. Ano 75, n.1, janeiro e fevereiro de 1981.

¹²³ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Experiência de Base: Caminhada na Pastoral Operária. **Informativo**. Nova Iguaçu, Ano 1, nº3, 1977. p. 17.

¹²⁴ *Ibid.*, p.17.

¹²⁵ SILVA, Percival T. da. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹²⁶ GOMES, A. Interdependência entre religião e política no bispado de Dom Adriano Hypólito no âmbito da Ditadura Civil-Militar. In: SALES J.; FORTES, Alexandre (Orgs). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. 1ª Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 101

desde a primeira metade do século XX. O mundo do trabalho na região, rural ou urbano, estava em discussão a todo o momento.

O Movimento Amigos do Bairro (MAB) foi um outro trabalho desenvolvido na Baixada com o apoio da Diocese de Nova Iguaçu. Sua existência é datada em meados dos anos 70, mas tem relação com a tradição de grupos de esquerda dos anos de 1940 na Baixada Fluminense.¹²⁷ Em 1974 dois médicos iniciaram um trabalho de atendimento aos mais pobres na região, que apresentava uma realidade propícia ao desenvolvimento de doenças, como os esgotos abertos, não havia coleta de lixo, pessoas subnutridas. Em 1975 uma filial da instituição internacional chamada Cáritas contratou esses médicos e mais dois, de modo que se iniciou um processo mais amplo atendendo os mais pobres da região. Esse trabalho permitiu a aproximação entre os quatro jovens médicos e Dom Adriano.¹²⁸

Mais tarde, os grupos de amigos de bairros cresceram e se transformaram em associações de moradores paulatinamente, afirma Sótenos. O MAB desenvolveu uma relação muito próxima com a Diocese de Nova Iguaçu, permitindo que eles atuassem juntos criticando a ditadura:

Atuaram conjuntamente elaborando duras críticas a essa conjuntura e promovendo, ao mesmo tempo, o debate sobre as questões em espaços privados, mediante reuniões e assembleias, ou em espaços públicos, sob a forma de passeatas, manifestos escritos e em publicações.¹²⁹

O momento da “abertura lenta, gradual e segura” serviu de contexto para a atuação em conjunta do MAB ao lado da Diocese de Nova Iguaçu. O movimento participou de inúmeras atuações de oposição ao governo ditatorial, se relacionando com instituições e outros grupos do Rio de Janeiro.¹³⁰ A seguir, a discussão segue para os impressos criados pela Diocese com o objetivo de denunciar os problemas enfrentados na região e no país, que foram agravados pela ditadura.

2.3 Órgãos de comunicação da Diocese de Nova Iguaçu

¹²⁷ Desde os anos de 1940 havia tentativas de organização popular em Nova Iguaçu para obter melhores serviços urbanos. As associações de bairros surgiam progressivamente e se expandiam garantindo concessões da prefeitura. As mobilizações populares desse período contaram com atuações de operários, trabalhadores rurais e camponeses. Ver mais em: MAINWARING, 1989, p. 210-211.

¹²⁸ MAINWARING, 1989, p. 213.

¹²⁹ SÓTENOS, Abner. Sob o olhar e o julgamento da repressão: eu os declaro culpados. In: SALES J.; FORTES, Alexandre (Orgs). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. 1ª Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 74.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 80 - 81

A *Folha*, enquanto monumento de recordação, nos permite uma primeira aproximação desse passado de resistência da Diocese. Foi criado no ano de 1972, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, e foi publicada até o ano de 1993, já após o fim da ditadura. Dom Adriano a definia como um dos três órgãos de comunicação da Diocese de Nova Iguaçu, ao lado do *Boletim Diocesano* (BD), criado em 1969, e do *Informativo*, criado em 1977.

O *Boletim Diocesano* era produzido mensalmente, a cada bimestre ou trimestre. Nele eram divulgados assuntos oficiais como diferentes eventos da Igreja Católica na Baixada Fluminense, reuniões, solenidades, avisos urgentes e entrevistas feitas concedidas por Dom Adriano a outros impressos. O *Informativo* era publicado mensalmente e possuía um formato diferente dos outros dois órgãos de comunicação. Ele expressava as mensagens da Diocese de maneira escrita e irônica, mas também era constituído de charges que denunciavam questões problemáticas nas esferas política e econômica do país e da região. A justificativa para sua criação passava pela ideia de complementar os dois órgãos de comunicação já existentes, publicando experiências dos trabalhos de base a nível diocesano.

A *Folha* não possuía imagens em suas denúncias e demais mensagens, como o *Informativo*. De 1972 até meados do ano de 1974, a primeira página das edições trazia textos curtos com posições aleatórias. A partir de 22 de setembro de 1974 o folheto, com quatro páginas, mudou de estrutura, onde a primeira apresentava um artigo escrito pelo bispo sobre um tema da realidade regional ou nacional, contestando os problemas sociais, econômicos e políticos do período. Na parte inferior desta primeira página passou a ter a seção “Catabis & Catacreses”, que é a junção de duas palavras de origens distintas. *Catabi* é característico da tradição nordestina para tratar dos obstáculos, percalços da vida. *Catacrese* já possui uma origem grega, sendo uma figura de linguagem para tratar de uma palavra que é aplicada a outra coisa que não possui nome e que tem característica parecida.¹³¹ A exemplo disso podemos mencionar o uso da palavra “pé”, do ser humano, para dizer “pé de mesa” e “pé de cadeira”. Assim, temos nessa seção assuntos que trazem obstáculos a vida dos mais pobres e mudanças de todos os tipos, como sugere a figura de linguagem. A *Folha* é a fonte referencial, dentre os órgãos de comunicação criados pela DCNI, para a construção desta pesquisa. Os outros dois órgãos serão mencionados em determinados momentos, apenas.

¹³¹ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Catabis & Catacreses: Onde se tenta explicar o explicado. **A Folha**. Nova Iguaçu. 10 de julho de 1977.p. 1.

O folheto era distribuído nas missas e celebrações da Diocese de Nova Iguaçu e também em paróquias e pastorais populares de várias regiões do país. O auge de publicações do folheto ocorreu no ano de 1981, quando alcançou o número de 30 mil exemplares por semana.¹³² Além da distribuição por paróquias era possível ter acesso ao folheto através de assinaturas.

A começar pela primeira página do folheto litúrgico, temos um artigo do bispo, como já foi dito. Ele cobriu toda a página por algumas edições do primeiro ano, mas foi dividindo espaço com outros textos. Na segunda página estava a seção “Imagem”, também escrita pelo bispo Dom Adriano, a respeito de impressões sobre a realidade que o impactaram de alguma forma. O próprio define esse espaço como “qualquer imagem que me agradar, que passe pela fantasia, que a vida projete na minha cara”.¹³³ Ao lado dos artigos, é a uma das seções que existem no folheto desde a primeira edição. Os ritos da missa/celebração para as últimas páginas nessas edições iniciais.

A *Folha* surgiu como um instrumento para melhorar a comunicação da Diocese com a população local. Logo na primeira edição o bispo explica que o folheto:

pretende aparecer semanalmente, para servir de subsídio litúrgico às nossas comunidades cristãs, na celebração da eucarística, e também principalmente, para ajudar a abrir uma janela de reflexão em nossa Baixada, onde a vida é problemática e por vezes aparentemente sem saída. A nossa Folha está nascendo com o desejo de ajudar você, leitor, a não simplesmente engolir tudo o que uma imprensa comercial e enquadrada lança em cima de você, para você se espelhar e encontrar naqueles rimes servidos em manchetes, mas a ler e ouvir tudo o que lhe servirem, retendo porém para você só o que você quiser e lhe for útil.¹³⁴

Assim, é possível entender que o surgimento da *Folha* está ligado a uma crítica ao modelo de imprensa que circula no período, que problematiza da realidade pouco ou nada, apenas expõe o pior que ela produz, a violência. Além disso, o folheto carrega consigo uma preocupação de auxiliar a população local a refletir sobre a região da Baixada, enfatizando a autonomia do leitor em absorver do conteúdo aquilo que desejar. Temos então, ao menos duas funções a serem desempenhadas pela *Folha*, desde seu surgimento, ser uma imprensa alternativa e que proponha uma reflexão a população local.

O semanário litúrgico exemplifica o esforço do bispo Dom Adriano e da Diocese de Nova Iguaçu, em pôr em prática o elemento do diálogo, tão importante para o Concílio Vaticano

¹³² NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **Imagens da Libertação**: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do Jornal A Folha (1974-1981). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. pp. 12-13. Disponível em: [RiUfes: Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha \(1974-1981\)](#)

¹³³ DOM ADRIANO. Imagem. **A Folha**, Nova Iguaçu, 11 de junho de 1972, p. 1.

¹³⁴ *Ibid.*, p.1

II. A *Folha* cumpre o que seria o diálogo externo, no que se refere a relação da Igreja com os fiéis. A mensagem do Concílio e de Medellín tinha de ser enviada para o mundo e essa foi uma das maneiras encontradas pelo bispo de realizar essa tarefa.

A seguir discutiremos temas recorrentes nas variadas edições do folheto litúrgico entre os anos 70 e 80. Não há pretensão de analisar todas as edições que foram lançadas semanalmente, por considerarmos não ser tão relevante para essa pesquisa. Além disso, os assuntos que serão discutidos não estão em ordem cronológica, mas há uma ordem de importância pensada a medida que ocorreram as entrevistas.

2.4 A *Folha* e a desigualdade social¹³⁵

A criação do folheto litúrgico ocorreu durante a década de 1970, com o contexto nacional constituído de crescimento econômico e repressão. A ditadura civil-militar herdou problemas econômicos que urgiam soluções, como a inflação a 90% no último ano do governo Jango. Outro grande desafio para os militares foi solucionar o balanço de pagamentos, com uma desequilibrada entrada e saída de dólares.

A influência dos EUA fez com que o governo de Castelo Branco seja considerado o mais liberal da ditadura, sob o ponto de vista econômico. Ainda teve apoio de lideranças do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), instituição empresarial com participação importante no golpe. Nesse primeiro governo foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) para conter esse alto percentual de inflação.

As medidas liberais foram a negociação favorável ao capital estrangeiro, buscando atrair investimentos externos para melhorar o equilíbrio entre os pagamentos, e a redução da atividade econômica para conter os preços. Obedecendo a instituições internacionais para conter a inflação, o governo reduziu o dinheiro em circulação comprimindo salários e o crédito de empresas, provocando uma recessão econômica na área industrial, quebra de empresas e desempregos.

Ainda para manter os dólares no país, o governo desvalorizou a moeda brasileira, encarecendo as importações e favorecendo as exportações. A estabilidade que os trabalhadores alcançavam após dez anos de trabalho na mesma empresa foi substituída pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), que reunia contribuição patronal e descontos nos

¹³⁵ Este subtítulo está baseado no texto: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O “milagre” econômico e sua herança problemática. In: _____. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, pp. 222-245.

salários os próprios trabalhadores. O valor gerado por esse fundo poderia ser sacado pelo trabalhador em caso de demissão. Assim, ficou mais fácil das empresas demitirem seus funcionários, inclusive baixar salários ao contratar trabalhadores mais novos.

O governo Castelo Branco ainda aplicou uma reforma tributária, criando novos impostos e aperfeiçoando o sistema de arrecadação. Resultou no aumento de recursos a disposição do Estado, mas essa cobrança eficiente e abrangente não foi justa, pois a tributação recaiu mais sobre as classes médias que os mais ricos. A inflação não teve a redução esperada, mas diminuiu para 39% em 1966 e chegou a cerca de 27% no ano seguinte. O balanço de pagamentos melhorou devido o apoio do governo dos EUA.

Os conflitos com o capital estrangeiro foram resolvidos, as condições políticas e institucionais se tornaram favoráveis para a entrada de dólares e as finanças públicas melhoraram. Entretanto, isso resultou na quebra de empresas, desemprego, recessão no setor industrial, redução nos salários reais e extinção dos direitos sociais dos trabalhadores.

O Governo do general de Costa e Silva, observando as críticas da imprensa e insatisfação latente sobre o quadro econômico, nomeou o economista Antônio Delfim Netto para comandar a economia do país enfatizando o crescimento econômico. A partir do ano de 1968 a economia começou a acelerar o ritmo, com o PIB brasileiro chegando à expansão de 10%, 11% em 1971 e 14% em 1973. Os políticos civis foram desprezados pelos militares que preferiram utilizar tecnocratas e militares a serviço da ditadura. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED-1967-70) foi criado com o objetivo de acelerar a industrialização e o desenvolvimento protagonizado pelo Estado.

Entre os setores mais beneficiados por esse crescimento econômico do período está o setor industrial. Seu crescimento foi superior à expansão geral do PIB, houve aumento na produção siderúrgica e de máquinas para a indústria. A área de telecomunicações cresceu disseminando o uso do rádio, da telefonia e da televisão. Isso representou a modernização do setor cultural no Brasil. Outra área em expansão no período foi o ramo de construção civil, devido o financiamento habitacional e às grandes obras encomendadas pelo Estado, como pontes, estradas e hidrelétricas.

Esse crescimento econômico brasileiro teve início no governo de Costa e Silva, mas se consolidou nos anos em que Emílio Garrastazu Médici comandou a presidência da República. No entanto, o governo Geisel lidou com um contexto de crise internacional iniciado em 1973 com a Crise do Petróleo. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) bloqueou

a exportação de combustíveis para pressionar os países ocidentais, principalmente os Estados Unidos, cessar o apoio militar a Israel na Guerra do Yom Kippur.

A partir dessa crise os “30 anos dourados” que os países capitalistas vivenciaram desde o fim da II Guerra mundial chegava ao fim. Uma fase de recessão e inflação assolou Estados Unidos, Europa e também os países da periferia. A solução disseminada foi a adoção de medidas neoliberais como desengajar o aparato estatal da economia, realizar privatizações e diminuir gastos públicos. Geisel, porém, e seus assessores optaram por manter a orientação em voga desde 1967, mesmo com o risco de descontrole da inflação sobre a dívida externa e interna.

Em vista disso, Geisel investiu na área de energia na tentativa de encontrar alternativas para atenuar os efeitos da crise do petróleo. Nesse período 80% do petróleo utilizado pelo Brasil era importado. Teve início a busca por petróleo no leñçol marítimo e o estímulo a participação de empresas estrangeiras na procura por novos poços. Para isso, a Petrobras recebeu grandes investimentos nesse momento.

Entretanto, os esforços do governo de Ernesto Geisel não puderam evitar a queda do crescimento econômico dos últimos anos no Brasil. O primeiro ano de seu governo o índice marcou 8%, abaixo do 14% marcado no último ano de Médici. A queda prosseguiu com 5% em 1975, 4,9% em 1977 e 1978. Apenas o ano de 1976 apresentou determinado crescimento, chegando a 10%, maior percentual comparado aos últimos anos de seu governo. A inflação também cresceu durante o governo de Geisel, de 27% em 1974, chegando a 40% entre 1976 e 1978. Entre os anos de 1969 e 1973 a inflação variava entre 15% e 19%, apesar das contestações de que esses números fossem alterados pelo ministro Delfim Netto.

A comparação com o elevado crescimento do início da década de 1970 ocorreu. Empresários passaram a criticar a expressiva intervenção do Estado na economia, trazendo preocupações para serem apresentadas em público. Os empresários lucraram inúmeras vezes nesse período de crescimento econômico do país durante o período ditatorial associada a repressão às reivindicações dos trabalhadores. Apesar do afastamento dos empresários do governo militar, não houve um rompimento político, o maior grupo, ligado a Fiesp, manteve seu apoio a ditadura.

Normalmente, esse período de crescimento é conhecido como “milagre” econômico, devido ao notável crescimento que teve o Brasil. Mas é preciso acrescentar a essa questão que Japão, Alemanha e outros países obtiveram um crescimento expressivo nesse mesmo período. Além disso, a ditadura se insere em um contexto de crescimento oriundo dos anos de 1940,

ainda na Era Vargas. Nas duas décadas anteriores a ditadura o crescimento do PIB brasileiro foi de 7% em média, tendo o setor industrial como o principal.

Em poucas palavras, o “milagre” econômico da ditadura civil-militar privilegiou poucos, ao concentrar renda e achatar salários. A centralização de recursos públicos fez com que estados e municípios dificultou o investimento na educação pública, comprometendo sua qualidade. Outros impactos sociais das medidas econômicas ditatoriais estão presentes no crescimento urbano desorganizado, transportes e habitações precários, violência urbana, falta de saneamento básico e serviços de saúde. Importante também mencionar os gastos com projetos faraônicos, alguns ainda não concluídos, e com os casos de corrupção.

Todo esse cenário desastroso recaiu sobre a população mais pobres do país. A desigualdade social foi aprofundada pela ditadura, prejudicando inúmeras famílias em território brasileiro. Não foi diferente na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro que carecia de saneamento básico, de organização urbana, à medida que recebia migrantes de outras regiões do país.

Esses problemas cotidianos da Baixada passaram a ser denunciados pelo folheto litúrgico desde o seu primeiro ano. Na edição de 27 de agosto de 1972, na coluna chamada “A *Folha* pergunta ao Bispo Diocesano”, o editorial da *Folha* questionou o bispo sobre a existência de algum critério objetivo para avaliar a autenticidade do desenvolvimento a que o Brasil estava passando. O bispo Dom Adriano responde:

O critério para avaliar o desenvolvimento, se é autêntico, se é integrado, se é construtivo, não está no próprio desenvolvimento mas fora dele. O critério parece-me ser a formação do povo-povo (chamo povo-povo as grandes massas marginalizadas, conservadas na ignorância e anestesiadas) para sua co-responsabilidade, para sua solidariedade, para sua participação. Evidentemente pensamos aqui mais no esforço a ser feito do que nos resultados, talvez durante muito tempo ainda precários. Sem esses traços fundamentais que caracterizam uma comunidade, inclusive a comunidade nacional, sem pelo menos o esforço de despertá-los nos cidadãos, parece que nunca teremos um desenvolvimento orgânico e sólido, parece que nunca sairemos, apesar de certas exceções e de certas aparências, da condição de fornecedores de matéria-prima, caudatários das ideologias dominantes.¹³⁶

Dessa forma, a essa parcela da população, que não participa de um processo de conscientização, que não possui uma participação ativa na sociedade na garantia de seus direitos, é que o bispo chama de “povo-povo”. O bispo chama atenção para a necessidade da participação da população da Baixada e do país para autenticar o desenvolvimento brasileiro do período. Ele destaca a condição de ignorância a que os mais pobres estavam sujeitos durante a

¹³⁶ HYPÓLITO, Dom Adriano. A Folha pergunta ao bispo diocesano. **A Folha**. Nova Iguaçu. 3 de setembro de 1972. p. 1.

ditadura, que mascarava e censurava os números do desenvolvimento e inflação, mesmo nos anos de “milagre”, e que deva haver um esforço para despertá-los. Sem o despertar dos cidadãos para a participação nesse processo, o desenvolvimento não é sólido e nem orgânico.

Na edição de 11 de janeiro de 1976 o artigo escrito por Dom Adriano intitulado de “Pobre é burro de carga” traz um questionamento sobre a existência de ricos e pobres. Utilizando o personagem Jorge Brandão, uma figura pobre que explica a existência dos mais ricos através da sorte de ganhar na loteria ou da vontade de Deus, o texto critica esse modo de pensar a realidade difundido pelos mais pobres, afirmando ser uma das razões do domínio dos mais ricos.

Na mesma edição ele critica notícias publicadas pela imprensa a favor da manutenção da ordem “a ordem atual que divide o mundo entre pobres e ricos. Pede a cooperação para o progresso, isto é, para o progresso da ordem que divide o mundo entre pobres e ricos”.¹³⁷ O artigo é finalizado em tom de ironia comentando as consequências da manutenção da ordem.

Não há exploração. Todas as explicações deste tipo de miséria das massas seriam invencionices de invejosos para perturbar a paz. A igualdade seria impossível e utópica. É profanada por desmiolados, recalçados, fracassados, interesseiros. Se a divisão dos homens em pobres e ricos é natural, é vontade de Deus, então durmamos em paz, com a consciência tranquila, pois ninguém é criminoso.¹³⁸

A ironia do excerto da entrevista destacado acima dialoga diretamente com a ideia de que a desigualdade social seja a vontade de Deus e com as notícias veiculadas pela imprensa. São explicações que carecem de reflexão mais profunda e permite a manutenção da ordem tão criticada pelo bispo no texto. O texto é uma mensagem direta aos leitores do folheto, buscando uma identificação com seu público de maneira ampla, como sugere o nome comum do personagem principal do texto “Jorge” ao mesmo tempo que possui uma relação com o conhecido santo católico.

Em 19 de janeiro de 1976 *A Folha* traz outra edição com uma crítica destinada a desigualdade social do país. O personagem central da vez é Severino Silva, um operário humilde com o sobrenome mais conhecido do Brasil. Severino havia aprendido a cantar o Hino Nacional, especialmente o trecho “Gigante pela própria natureza”. Ao viajar por estados brasileiros como Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Brasília até chegar em Nova Iguaçu, pôde

¹³⁷ HYPÓLITO, Dom Adriano. Pobre é burro de carga. **A Folha**. Nova Iguaçu. 11 de janeiro de 1976. p. 1.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 1

perceber que o território de seu país era ainda maior que imaginava, comentando sobre com suas amigadas de botecos.

Aos poucos percebeu que a sua concepção de grandeza do Brasil era diferente daquela que era apresentada na televisão, como podemos ver abaixo.

Aproveitavam, para dar uma idéia desta grandeza, sobretudo das crianças e dos operários. Grupos de crianças, rosadinhas, gordinhas, correndo num bosque, são a esperança da futura grandeza nacional. Operários suados, arrancando árvores com tratores ou manejando máquinas nas usinas, estão construindo a nossa grandeza. Severino Silva começou a entender que essa grandeza não existia ainda. Era uma meta que se quer alcançar, com muita decisão, porque “ninguém supera esse país”.¹³⁹

Nesse trecho há uma clara relação com o grande investimento em propagandas políticas durante a ditadura civil-militar. O ganho político era um dos objetivos militares que estimularam um patriotismo ufanista através de jingles e músicas. A vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol em 1970 acrescentou uma força maior a esse patriotismo disseminado pela ditadura. A imprensa teve sua participação nessa disseminação seja por meio de publicidade paga ou voluntariamente. Frases semelhantes a essa contida na citação entre aspas foram difundidas: “Eu te amo, meu Brasil, eu te amo”, “Noventa milhões em ação, pra frente Brasil, no meu coração”. Essa propaganda que ecoava uma ideia de o Brasil ser um país em processo de desenvolvimento, um país do futuro, serviu para abafar as consequências negativas do “milagre” econômico.

A concentração de renda nas classes mais abastadas da sociedade foi criticada ainda nesse artigo do bispo. Ao ler uma matéria publicada, Severino se depara com um concurso de cães considerados a elite canina do país, que dispõe de ótima alimentação e vestimenta. Roupas brasileiras e importadas dos EUA eram usadas no desfile pelos cachorros da elite. O preço dos ingressos para o evento e os produtos utilizados pelos cães correspondiam a um alto valor. A crítica do bispo se dá no último parágrafo que mostra o filho de Severino lhe pedindo o dinheiro para comprar o livro para estudar. Ou seja, enquanto a elite sustentava um luxo supérfluo em eventos caninos de moda, a classe trabalhadora do país teria dificuldade para comprar o necessário para uma vida digna, o material escolar.

A contestação a desigualdade social se dava não só em artigos do bispo no folheto litúrgico. Mas também em outras seções do jornal, como acontece nas “Preces da comunidade”

¹³⁹ HYPÓLITO, Dom Adriano. Elite canina para o bom nome do Brasil. **A Folha**. Nova Iguaçu. 19 de janeiro de 1976. p. 1.

da edição de 1º de fevereiro de 1976. A prece é para que “o crescimento da riqueza social, o progresso material e a procura do bem-estar não beneficiem a alguns poucos com prejuízo a maior parte, sobretudo os trabalhadores rurais e urbanos”.

A seção mencionada possui a função de pedidos previamente selecionados para o folheto serem expostos no momento das missas e celebrações. Podendo também a assembleia expor preces espontâneas caso o animador (padre, bispo ou ministro da palavra) permitir. É um momento em que os fiéis pedem a Deus em prol de melhores condições de saúde e demais problemas enfrentados no país, por exemplo. Portanto, a prece em questão foi escolhida previamente pelas pessoas que confeccionam o folheto e foi ouvida pelas pessoas que participaram da missa/celebração. Ou ao menos, foi lida por quem teve contato com o folheto de alguma forma. É evidente a preocupação com a situação precária com que grande parte da população brasileira, em especial da Diocese de Nova Iguaçu, para esse assunto ser incluído nas preces.

Além do setor industrial, já mencionado, a ditadura investiu em projetos para a modernização da agricultura no país buscando atingir interesses estratégicos como a redução de tensões pela disputa por terras em algumas áreas, aumentar a produção na tentativa de baixar as pressões inflacionárias e os preços dos alimentos, além de buscar alternativas de exportação. A reforma agrária foi posta em pauta ainda no governo de Castelo Branco na tentativa de aumentar a produção agrícola e diminuir os conflitos pela terra no país. A reforma agrária tinha apoio de grande parte da população e pelos EUA, que enxergavam como processo de modernização econômica. Mas a ideia foi abandonada devido a oposição dos proprietários rurais, apoiadores do golpe de 1964.

A expansão da fronteira agrícola sobre as regiões Centro-Oeste e sul da Amazônia resultou em grande devastação ambiental. Além do desmatamento a inúmeras áreas, tribos indígenas foram expulsas de suas terras e movidas a reservas criadas pela Funai, órgão que substituiu o Serviço de Proteção ao Índio. Todo esse cenário teve como consequência a violência cultural e um constante sofrimento para as tribos indígenas.

Os investimentos tiveram resultados ainda durante a ditadura se estendendo ao período posterior. Os setores de maior renda da sociedade foram os principais beneficiados, obtendo lucros maiores. Entre os maiores prejudicados estavam os trabalhadores rurais, pois a modernização do campo fez com que parte da população rural migrar para as cidades almejando oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Tais problemas dos trabalhadores rurais e dos indígenas foram abordados também nas páginas do semanário litúrgico. No artigo escrito pelo bispo franciscano classificado como “Justiça na terra para que haja paz aos homens”,¹⁴⁰ a reflexão se dá abordando a predominância de terras destinadas a criação de animais e todo tratamento de luxo que os bois recebem nos latifúndios. Em contraposição é exposta a realidade de que falta terras para o plantio, para os trabalhadores rurais e suas famílias sobreviverem.

O texto é finalizado refletindo sobre a urgência das demandas de subsistência dos indígenas trabalhadores rurais:

Qual será o Natal do camponês, do índio, do operário, do povo pobre? Será a descoberta que seu futuro mais feliz só será construído por ele mesmo, com sua teimosa união e com sua força. Contra toda esperança, a certeza de que a terra ainda será a casa de todos os homens; a certeza de que um dia a vida será caminho da felicidade.¹⁴¹

Isto posto, fragmento acima defende uma união entre os grupos marginalizados da sociedade, camponeses, indígenas e operários. Acredita na possibilidade do cessar dos conflitos por terras, e que elas sejam distribuídas a todos no futuro. É uma visão bastante esperançosa de fato, sendo o destaque a união dos mais pobres o elemento que mais chama atenção.

2.5 A opção preferencial pelos mais pobres

Até o momento discutimos as diversas ações executadas pela Diocese de Nova Iguaçu a partir da chegada de Dom Adriano Hypólito na Baixada Fluminense. As atividades pastorais devem ser entendidas como parte da Igreja servidora que se gestou no Pacto das Catacumbas durante o Concílio Vaticano II e na Conferência Episcopal de Medellín. Eventos esses que Dom Adriano participou ativamente desde que ainda era Bispo Auxiliar de Salvador.

Dito isso, o desafio do bispo foi de compreender as particularidades da realidade de sua jurisdição para entender como aplicar as reflexões desses eventos. Desde sua nomeação a terceiro bispo diocesano de Nova Iguaçu, Dom Adriano expôs que recebeu parabenizações e pêsames, devido a má fama que a região metropolitana do Rio de Janeiro tinha de ser extremamente violenta. Sem dúvidas, a violência representou um grande desafio em seu bispado, entendendo que as principais vítimas eram os mais pobres.

¹⁴⁰ HYPÓLITO, Dom Adriano. Justiça na terra para que haja paz aos homens. **A Folha**. Nova Iguaçu. 25 de dezembro de 1977. p. 1.

¹⁴¹ *Ibid.*, p.1

Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra, Clubes de Mães foram aplicações da opção preferencial aos mais pobres tão discutida em Medellín. A *Folha*, e os demais impressos criados pela Diocese também fazem parte da mesma linha pastoral diocesana. Não por acaso, a opção pelos mais pobres pode ser identificada em diversas edições do folheto litúrgico.

A edição de 7 de março de 1976 discute a mudança da Igreja em relação ao tratamento que sempre desempenhou com ricos e pobres. Por um longo tempo a Igreja teria obedecido aos mandos e desmandos dos mais ricos devido suas contribuições financeiras a instituição religiosa. Mas a mudança ocorreu e:

Nós agora estamos vendo isto mais claro, porque a Igreja está se voltando para os mais pobres e dando direito igual. Os ricos ficam furiosos como se isto fosse rebeldia ou como se vissem invadida uma propriedade que tinham como sua particular. Mas com o Evangelho na mão os pobres descobriram seu título e seu direito.¹⁴²

Assim, a transformação vivida pela Igreja passa a valorizar os mais pobres, porque são as vítimas de todo esse cenário de desigualdade já discutido até aqui. É um período em que a Igreja, ao menos setores considerados progressistas, percebem essa distinção histórica que favorecia as classes mais ricas da sociedade. Os mais ricos passam a se incomodarem com essa mudança, como podemos perceber abaixo.

Andam dizendo que nossa Igreja rejeita os ricos. Não é verdade. Eles continuam com a mesma liberdade de participar. A liberdade que a todos o Evangelho garante, pois nossa Igreja não exclui ninguém, não discrimina. Mas é uma fato que os mais ricos já não se sentem bem dentro de uma reunião onde se lê o Evangelho, onde os lavradores, as lavadeiras, as cozinheiras e os demais pobres tomam a palavra com segurança. Eles sempre acharam que essa gente ignorante nada tinha a dizer. Alguns apelam para que fale o padre, homem estudado, porque acham que do povo só sai bobagem. Quando o padre defende que todos têm o direito de falar, como no Evangelho, o rico não quer reconhecer e vai-se embora irritado.¹⁴³

Então, não há uma exclusão dos mais ricos pela Igreja após essa transformação, ou *aggiornamento*. O bispo esclarece que as reclamações não tem fundamento, pois o tratamento para com os mais abastados não mudou, ainda são acolhidos como todos. A diferença seria que os mais pobres passaram a ter mais voz, maior protagonismo nos espaços da Igreja para expor os problemas da sua realidade desigual. E essa abertura para as demandas dos mais pobres incomodaria os mais ricos, por não valorizarem seus conhecimentos e experiência.

¹⁴² HYPÓLITO, Dom Adriano. A limpeza de terreno. **A Folha**. Nova Iguaçu. 7 de março de 1976. p. 1.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 1

Nas “Preces da Comunidade” da edição de 19 de janeiro de 1976 os mais pobres são lembrados na maioria das preces escolhidas previamente. A primeira se trata de um pedido para que “os sofrimentos dos oprimidos sejam a semente do novo futuro”, outra prece esboça uma crítica aos mais ricos dizendo para “que o abuso do poder, a corrupção dos mais ricos, o mau exemplo dos responsáveis não impeçam o povo de ver a Deus, mas, pelo contrário, o levem ao desejo de lutar pela vinda de um mundo mais justo”.

Fazendo “um salto temporal” direto para o 26 de novembro de 1978, é encontrado no artigo “Poder é poder fora e dentro da Igreja”, uma reflexão sobre a marginalização do povo na história. A começar pela história do país o texto logo caminha para pensar o lugar do pobre na Igreja a partir de um curso intensivo sobre a história da Igreja no Brasil no Centro de Formação de Líderes, atual Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Um dos pontos centrais trabalhados nesse curso foi a falta de participação do povo na história da Igreja. “Na história da Igreja no Brasil o povo não entra, o povo não tem importância e existe como massa de manobra das elites clericais”.¹⁴⁴

Em seguida, o texto aponta a mudança de posição que cresceu na Igreja e busca responder o porquê que o povo é marginalizado na história. Vejamos abaixo:

[...]A marginalização do povo, na história da Igreja, fica ainda mais evidente e estranha, quando esta gloriosamente se autodefine como Povo de Deus. [...] Por que o povo não entra na História? Porque não entra nas decisões. Por mais que, hoje, se fale em democracia e participação, o que sucede, na realidade das pessoas, é sempre a insegurança profunda, que tende a compensar-se através dos sentimentos de posse e poder.¹⁴⁵

O fragmento destaca a falta de participação das pessoas mais pobres nas decisões políticas do país, inclusive durante a ditadura. E tenta esboçar uma relação entre a insegurança que as pessoas, de um modo geral, sentem e tentam se apoiar em riqueza e poder por não conseguir alcançar a felicidade. Interessante notar que o bispo se refere aos mais pobres como “Povo” como sinal de respeito e admiração. Interessante também para nossa discussão aqui vem a seguir, quando o artigo expõe que:

[...]É ingênuo pensar que haverá, algum dia, a distribuição do poder e da riqueza, só pela simples constatação de que todos os homens possuem direitos iguais. Da mesma forma como acontece com dinheiro, quem tem poder quer conservar o poder é aumentar o poder. Quanto mais poder enfeixado nas mãos, mais o poderoso se sente seguro: é preciso então aumentar para não diminuir. Bens necessários à vida,

¹⁴⁴ HYPÓLITO, Dom Adriano. Poder é poder fora e dentro da Igreja. **A Folha**. Nova Iguaçu. 26 de novembro de 1978. p. 1.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 1

participação nas decisões da comunidade, salários que respeitem a dignidade humana, tudo isso nunca foi dado de graça a ninguém. A única maneira do homem comum, esta fração do povo, entrar na posse de seus direitos é a reivindicação: é a união dos mais fracos, a fim de terem força para tomarem os direitos que lhes foram usurpados.¹⁴⁶

Há uma evidente crítica a forma de como acontece a distribuição da riqueza no país mostrando que essa situação não muda pelo simples fato da lei considerar que todos os homens são iguais. Aqueles que detêm a riqueza e o poder na sociedade buscam cada vez mais poder e riqueza, de acordo com o fragmento acima. A mudança nessa realidade só acontecerá se a fração mais pobre da sociedade promover uma união com o objetivo de reivindicar seus direitos para usufruir de uma vida mais digna.

A opção preferencial pelos mais pobres está sendo defendida pela Diocese, mas com a concepção de que os mais pobres devem ter uma posição ativa e que a mudança para condições mais dignas de existência passa pela união dos grupos que compõem as camadas mais pobres da população brasileira, em especial da Baixada Fluminense. Por isso a criação das Comunidades Eclesiais de Base, que compartilhava conhecimento entre os membros de forma que contribuísse para o desenvolvimento de todos os membros. De forma parecida ocorreu com os Clubes de Mães, visando a solução dos seus problemas.

A Pastoral Operária ter se tornado prioridade na linha pastoral da Diocese de Nova Iguaçu sob o bispado de Dom Adriano é reflexo da realização das propostas do Vaticano II e do CELAM de Medellín na Baixada. A Diocese se aproxima dos trabalhadores rurais e urbanos, através dessas pastorais sociais, investindo na produção de conhecimento em conjunto com eles. Daí surge um processo de conscientização, do qual os órgãos de comunicação fazem parte, como veremos a seguir.

2.6 Vale a pena conscientizar os pequenos e humildes

Em 1970 a cidade de Nova Iguaçu possuía uma população de 727.674 e uma densidade demográfica de 952,45 hab/km², com seis distritos (Nova Iguaçu, Belford Roxo, Cava, Japeri, Mesquita e Queimados),¹⁴⁷ ou seja, boa parte da região conhecida hoje como Baixada Fluminense. Na década de 1980 o município alcançou o número de 1.094.650 habitantes e uma

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 1

¹⁴⁷ MATUS, 2018, p. 159.

densidade demográfica de 1. 432, 79.¹⁴⁸ Ao lado do crescimento populacional, problemas da região se faziam presentes, como a falta de saneamento básico, como descreve José Abranches:

A gente ia no Dom Adriano e ele falava assim: vocês sabem que eu não posso ir na frente lá na prefeitura pra pedir nada pra eles. A população toda que tem que se organizar e ter coragem de reivindicar os seus direitos, a educação, a saúde, a melhoria do saneamento básico, o combate às doenças. Morria muita criança. Morria criança, ia para caixa de sapato para enterrar lá. Tinha um homem que trabalhava lá, olhava assim, aquelas quadras novas abertas dentro do cemitério, tudo de criancinha. Morria de nascedouro, depois de sete dias, com as mães fracas sem alimentação, e verme. Porque as águas eram tudo água de poço. As pessoas lavavam a roupa, espirrava e ia lá pra dentro da água. Não tinha nada. O rio continua até hoje sem sanear, sem nada. E meu saneamento, dessa rua aqui, tá com quatro ou cinco anos que isso aí chegou. Ficamos no barro puro aí[...] mais de quarenta anos sem saneamento básico.¹⁴⁹

No trecho acima José Abranches é enfático sobre os problemas enfrentados pela população da Baixada. Sob uma realidade com poucos direitos, as camadas populares deveriam assumir o protagonismo nessa luta, pois o próprio bispo teria limites de atuação. Além disso, como é recorrente em seus discursos e em suas atividades, o bispo diocesano investia num processo de conscientização realizado em conjunto com as pessoas da localidade.

A linha pastoral da Diocese de Nova Iguaçu, do qual *A Folha* faz parte, estimulou a reflexão sobre a realidade violenta e desigual do Brasil, sobretudo na Baixada Fluminense. O conteúdo veiculado pelo folheto litúrgico e pelas demais ações da Diocese, fazem parte de um processo de conscientização elaborado na relação da Diocese com a população local. A entrevistada Sada Baroud David, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz¹⁵⁰ da Diocese, entende a linha pastoral diocesana relacionada a um processo de conscientização:

Havia. Ah, Dom Adriano, era essa a linha dele, processo de conscientização política e engajamento. A Igreja como um instrumento de conscientização do povo. Tanto que Dom Adriano foi cercado por policiais no Centro de Formação, sequestrado, deixado nu no mato. E a gente era da linha dele.¹⁵¹

Então a linha pastoral envolvia conscientização política e engajamento dos leigos. Ela ainda associa a violência sofrida pelo bispo na segunda metade dos anos 70 a esse processo de

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 183.

¹⁴⁹ SOBRINO. José Abranches. **Entrevista presencial [julho de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

¹⁵⁰ Importante organismo criado na Diocese e pelo Brasil para a defesa dos direitos humanos. Era constituída por leigos e ligada a Igreja Católica. Ver mais em: [COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](http://COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br))

¹⁵¹ DAVID. Sada Baroud. **Entrevista presencial [março de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

conscientização do qual a *Folha* faz parte. Na seção “Ministério da Palavra” das edições da *Folha* no mês de setembro de 1979 o tema principal a ser discutido foi a conscientização.

Na edição de 2 de setembro deste mesmo ano o título principal da entrevista foi “Patriotismo e amor a pátria”. Dom Adriano revela lamentar pelas datas festivas que exaltam patriotismo por entender ser um patriotismo vazio. Perguntado sobre o motivo de pensar assim, ele responde que:

A causa mais grave talvez seja a ausência do Povo, como elemento constitutivo da nacionalidade e como propulsor da nossa história. Veja a nossa historiografia. Temos a impressão de que tudo foi feito por alguns grandes homens, por alguns heróis, por alguns chefes militares, enfim, pelas elites do poder. Sem Povo. Tenho pra mim que um autêntico patriotismo só será comunicado à juventude, quando tanto a história como o processo social de nosso tempo aceitarem o Povo como elemento essencial e atuante na vida nacional. O sujeito da história que estamos escrevendo na vida de cada dia não são as elites em primeiro lugar, mas o Povo. E somente quando as elites se integrarem no Povo e do Povo tirarem sua substância política, social e cultural é que o Patriotismo se tornará um elemento formador das novas gerações.¹⁵²

Portanto, a exclusão do povo para as decisões do país representa um elemento definidor do que o bispo considera de importante no patriotismo. A marginalização do povo da história torna a ideia de patriotismo difundido nas festividades nacionais vazio. A história e o processo social precisariam do povo para que novas gerações sejam formadas de forma que contribua significativamente ao país. É o que Dom Adriano argumenta quando perguntado sobre o sinal de um verdadeiro amor a pátria.

Em primeiro lugar na integração do nosso Povo, como o Povo consciente e responsável no processo social. Ou com outras palavras: o melhor sinal e a melhor prova de verdadeiro Patriotismo está em nosso povo se conscientizar para assumir, como sujeito responsável, sua parte consciente no processo histórico, social, econômico, político de nosso país. A esse esforço de conscientização deviam servir as datas nacionais O serviço militar e sobretudo a escola em todos os níveis, também as aulas de Moral e Cívica, se querem conservá-las no currículo.¹⁵³

Na edição seguinte do semanário litúrgico Dom Adriano tenta responder o sentido em que a linha pastoral de sua Diocese procura conscientizar, afirmando que todas as espécies de conscientização têm algo em comum. Mas que em sua opinião a conscientização mais profunda

¹⁵² HYPÓLITO, Dom Adriano. Ministério da Palavra: Patriotismo e amor da pátria. **A Folha**. Nova Iguaçu. 2 de setembro de 1979. p. 4.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 1

é aquela que “atinge a toda a pessoa humana em suas dimensões básicas, inclusive, e de modo muito particular, a dimensão comunitária”.¹⁵⁴

O bispo franciscano explica que o radical nessa mudança de compreensão da pastoral está no sentido de uma “fidelidade maior ao ‘irmão’, sobretudo quando este irmão é um dos menores”. Ele, no entanto, prossegue dizendo que a Igreja crê na presença de Cristo na Eucaristia e isso é referente a fé cristã. Mas se pergunta se isso é tudo que a Igreja ou os cristãos devem fazer, apenas adorar seu Deus. Então, afirmando receber inspiração na tradição de santos da Igreja para uma participação ativa de doação aos irmãos.¹⁵⁵

José Abranches recorda sobre uma reunião que Dom Adriano havia feito com os fiéis a respeito do momento:

Ele falou que a gente tava vivendo um momento de muita dificuldade, que o povo tava sofrendo muito e ainda ia sofrer muito mais, porque estava vivendo um regime ditatorial e que não prestava para o povo e isso ia trazer sérias consequências.

Terminou a falação dele, ele disse assim: gente, eu posso contar com vocês? Eu pensava comigo “contar com vocês pra que?” Aí eu comecei a perceber que ele sofria alguma coisa aqui. Aí eu comecei a pensar que deve ser por causa do editorial da Folha. Embora ele escrevia seus textos e agia na Diocese, mas ele deixava que o povo aprendesse por conta própria. Ele nunca falava.¹⁵⁶

A lembrança do entrevistado é importante por mostrar um exemplo de conscientização para além do que está escrito, impresso. O bispo advertia as pessoas sobre o momento de violência exercida pela ditadura, o que foi relacionado por José Abranches imediatamente ao que *A Folha* havia publicado. É possível entender que algo não foi compreendido de maneira imediata por ele, mas na conversa com o bispo pode compreender. Entretanto, a parte final do trecho é algo descreve a maneira de conduzir o processo de conscientização, permitindo que os leitores do folheto tenham autonomia no processo.

A concepção de conscientização defendida pelo bispo e praticada pela linha pastoral da Diocese é que:

Conscientizar é tornar a pessoa consciente, acordada nos mais completos aspectos de sua natureza e do seu comportamento, como pessoa e como membro da comunidade. Conscientizar é tornar a pessoa consciente para a comunidade humana e para o mundo, para os valores da natureza e dos irmãos. No nosso esforço de conscientização

¹⁵⁴ HYPÓLITO, Dom Adriano. Ministério da Palavra: Conscientização. **A Folha**. Nova Iguaçu. 9 de setembro de 1979. p. 4.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 4

¹⁵⁶ SOBRINO, José Abranches. **Entrevista presencial [julho de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

devemos partir desta visão grandiosa e global, embora saibamos que a maioria das pessoas, por isso ou por aquilo, nunca chegarão a uma tal profundidade e larguesa.¹⁵⁷

Portanto, há uma preocupação em conscientizar nas atuações da pastoral diocesana de Nova Iguaçu, diante do que está exposto na fala do bispo. De forma que esse esforço de conscientização esteja relacionado ao pertencimento a uma comunidade, que o indivíduo faz parte de um coletivo e está inserido numa realidade que não cessa nele. Mais adiante o bispo menciona elementos importante para esse esforço:

O primeiro deles seria o conhecimento claro da realidade, daquilo que acontece em torno de nós, e também o conhecimento de suas causas mais importantes. Já que se vê que pertence à conscientização um outro elemento de grande valor: a consciência crítica. Não basta descobrir as causas. Precisamos de tomar uma atitude crítica. Precisamos olhar os fatos, as coisas e as causas com visão crítica, com olhos críticos. Para isto devemos fazer um esforço corajoso. Mas é possível até certo ponto aprender a tomar atitudes críticas.¹⁵⁸

Assim, Dom Adriano chama atenção para a necessidade de se conhecer melhor a realidade em que vive e identificar as causas daquilo que afeta essa realidade. O segundo elemento é a consciência crítica para analisar os fatos, as causas que movem a realidade. Refletir sobre a realidade exige coragem para e estar aberto a tomar atitudes sobre essa mesma realidade em que se vive. Ele prossegue em sua fala afirmando que a visão crítica gera contestação, protesto muitas vezes, por isso que “regimes e grupos autoritários receiam a conscientização e a crítica”.¹⁵⁹

“Conscientização inclui conhecimento claro da realidade, investigação das causas, visão crítica, co - responsabilidade, solidariedade e participação. Tudo isso pertence ao processo de amadurecimento do filho de Deus. Tudo isso pertence à Pastoral”.¹⁶⁰ É o que afirma o bispo finalizando a entrevista dessa edição. Nessa síntese do que ele compreende como conscientização menciona a participação, pois não considera os leitores do folheto e todos aqueles que participam de alguma forma das atividades pastorais como indivíduos passivos nesse processo de conscientização. Ressalta que é necessária a sua participação ativa diante da realidade.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 4

¹⁵⁸ HYPÓLITO, Dom Adriano. Ministério da Palavra: Fé e conscientização. **A Folha**. Nova Iguaçu. 16 de setembro de 1979. p. 4.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 4

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 4

Na edição de 23 de setembro de 1979 a entrevista com o bispo acerca do tema da conscientização tem continuidade. Ele começa distinguindo sua pastoral de pastorais existentes, que segundo ele, “justificam plenamente a frase tremenda de Marx: ‘A religião é o ópio do Povo’. Há tipos de pastorais que são alienantes. Que fazem o jogo do poder”. No entanto, sua pastoral estaria em estreita relação com o Vaticano II, que permitiu aos leigos mais participação na Igreja.

A partir desta colocação fundamental – Igreja -Povo de Deus – quantos aspectos mudaram nas estruturas e na ação da Igreja! E quanto falta ainda mudar, numa mesma linha de coerência com o Vaticano II. Nesta visão da Igreja e da Pastoral se funda a conscientização que colocamos como alvo da Pastoral.¹⁶¹

Dessa forma, o bispo franciscano explica que a sua linha pastoral é diferente de outros modos de conscientização por buscar manter proximidade com as propostas do Vaticano II. Há uma preocupação de fazer da Diocese de Nova Iguaçu uma Igreja próxima aos mais pobres, aplicando as mudanças estruturais ocorridas desde o Concílio.

O entrevistado Percival Tavares da Silva esboça sua compreensão acerca da conscientização ao dizer que:

Conscientização tem a palavra consciência e ação. É um termo próprio cunhado por nós e pelo Paulo Freire e que não existe esse termo em outra língua, pelo menos não tenho conhecimento. Parece que é próprio daqui da nossa realidade. Eu traduziria como práxis. Ação e reflexão se... eu diria que uma dá força para outra. A sua ação, refletida, pensada é potencializada por uma reflexão sobre a própria ação. Esse é o processo. E quando você, por mais simples que seja, descobre o fio da meada, não tem nem como reverter a situação. Quando você descobre que é senhor da própria história e que tem que lutar pela própria história e que nada vai vir pronto, quando você descobre que o mundo não era assim ele foi feito assim pelo próprio homem e não por Deus - Deus deixou o homem para construir o mundo – quando você descobre, diz “opa”... é complicado.¹⁶²

É possível perceber uma proximidade entre a definição de conscientização feita por Percival e o entendimento do conceito por Dom Adriano que foi discutido até o momento. Em ambas definições há a necessidade de se ter consciência e agir, estando as duas atividades imbricadas. Além disso, concordam sobre o processo de conscientização tornar a pessoa sujeito de sua própria história.

¹⁶¹ HYPÓLITO, Dom Adriano. Ministério da Palavra: A importância da conscientização na pastoral. **A Folha**. Nova Iguaçu. 23 de setembro de 1979. p. 4.

¹⁶² SILVA, Percival T. da. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

Percival também chama atenção para o autor responsável por popularizar o termo conscientização, Paulo Freire. Ele prossegue:

Se você ler os folhetos, você vê que ele faz referência a Paulo Freire. Eu vi isso. Paulo Freire já veio fazer palestra aqui. Eu não tenho esses dados e data. A Baixada Fluminense foi um celeiro de coisas. Paulo Freire veio, não lembro se foi antes ou depois. Acho que foi depois da abertura. Mas tem referências a Paulo Freire na Baixada, em algum lugar eu já vi isso. Agora eu não saberia precisar...A linha Paulo Freire, outros que desenvolvem o trabalho de Paulo freire estavam aí também. A Pastoral Operária bebe muito em Paulo Freire. Paulo Freire é cristão. A diferença está aí. A grande sacada. Ele é cristão.¹⁶³

Interessante notar que muitas das atividades diocesanas que tem relação com o pensamento de Paulo Freire, enquanto conscientização, na visão de Percival. Entre elas a Pastoral Operária e *A Folha*, que tem como uma de suas funções fazer o diálogo entre a Igreja e a assembleia e demais leitores do folheto. Como já foi mencionado, ela traz artigos escritos pelo bispo diocesano criticando a realidade de desigualdade social e demais problemas que afligem os mais pobres no país, e principalmente na Baixada Fluminense, durante a ditadura. A Pastoral Operária, “por meio de cartilhas ilustradas e apostilas retrata a relação entre capital e trabalho”,¹⁶⁴ contribuindo para esse processo de conscientização.

Paulo Freire não é o criador do termo conscientização, mas é comumente associado a ele devido a importância dada pelo pensador a este termo, que julga ser tão profundo. Ao refletir sobre a relação entre alfabetização e conscientização ele afirma que a realidade não é um objeto cognoscível para o homem num primeiro momento. Freire entende que o processo de “conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”.¹⁶⁵

A palavra conscientização evoca os termos “consciência e “processo”. [...]não acaba na tomada de consciência, mas se afirma na elaboração crítica dela. Implica ir além da espontaneidade na aproximação à realidade cognoscível para buscar uma dimensão crítica que penetre em sua essência, gerando uma nova realidade, tornando-se um ato criativo.¹⁶⁶

¹⁶³ SILVA, Percival T. da. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁶⁴ GOMES, Alexander. **Religião – Política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito**. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 165.

¹⁶⁵ FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. In: _____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire**; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. p. 15.

¹⁶⁶ VITTORIA, Paolo. A práxis poética. In: _____. **Narrando Paulo Freire: por uma pedagogia do diálogo**. Tradução Márcia Wolf. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. pp. 138-139.

Refletindo sobre essas palavras e o que foi explicado por Percival, é possível tecer uma relação entre a conscientização entendida por Paulo Freire e aquela defendida pela linha pastoral da Diocese durante o bispado de Dom Adriano. A começar pela ênfase na tomada de consciência e na necessidade de criticar as causas que moldam a realidade. É importante mencionar o Projeto Educar, que foi criado para a alfabetização de adultos em diversas comunidades utilizando a pedagogia de Paulo Freire e que atendeu a 177 turmas pela Diocese de Nova Iguaçu.¹⁶⁷ Além disso, *A Folha* traz em todas as edições discussões que partem da realidade das camadas mais pobres do país e da região da qual a Diocese faz parte. Portanto, chama a atenção de seus leitores para saírem de uma postura ingênua diante da realidade para uma visão mais crítica e que tenha coragem a agir.

Outra relação possível é o uso dos nomes dos personagens utilizados nos artigos escritos pelo bispo. Brasilino, Jorge Brandão, Severino Silva, entre outros nomes possibilitam uma identificação do leitor com o conteúdo que está sendo discutido. Assim, o leitor pode se perceber no lugar dos personagens que vivem e sofrem a mesma realidade desigual e violenta a que eles são acometidos.

Apesar da *Folha* objetivar, no início de sua atuação, a comunicação no interior da Diocese. Gradualmente passou formar um processo de conscientização em conjunto com a população local, que protagonizou lutas por melhores condições de vida décadas anteriores ao surgimento da Diocese de Nova Iguaçu. Assim, “a conscientização não ocorria num sentido vertical, da Igreja Católica para o povo, mas era um processo que relacionava ambos horizontalmente”.¹⁶⁸

O próximo capítulo traz a discussão sobre a relação do bispado de Dom Adriano com o surgimento da Teologia da Libertação. O que foi essa corrente teológica tão importante para o período e para esta pesquisa, bem como sua relação com o marxismo. Aliás, também será tratado as acusações da ditadura feitas a Dom Adriano e à Diocese de serem adeptos do comunismo. E como a repressão ditatorial se impôs ao bispo na Diocese devido a sua atuação em favor dos mais pobres. Há ainda os impactos do CELAM de Puebla em relação com o fim da ditadura no Brasil e a migração de lideranças pastorais para a política nacional.

¹⁶⁷DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Centenário Dom Adriano Hypólito: profeta da Baixada**. Nova Iguaçu – RJ. 2018, p. 10.

¹⁶⁸ SAMPAIO, Matheus S.; ILIESCU, Diana. De folheto litúrgico a ocupação cultural – práticas de resistência contra autoritarismos. In: **Revista Mosaico**. FGV, RJ, Vol 11, n17. 2019, pp. 86-104.

3 Espaço de justiça e repressão

“Os teólogos da libertação sonham com um mundo nem sempre possível aos pastores”

Dom Adriano Hypólito, segundo o entrevistado Nilton José dos Anjos de Oliveira

“A história é feita pelos homens e não pela força cega que nos esmaga”

Dom Adriano Hypólito

3.1 Os bispos “libertadores” do Leste Zero

Está sendo discutido até o momento como Dom Adriano mobilizou diversas frentes de resistências a ditadura civil-militar brasileira e contestação da realidade social da Baixada Fluminense. No entanto, ele não estava sozinho neste enfrentamento contra a ditadura e a favor dos mais pobres, pois outros bispos e dioceses tiveram atuações importantes nesse contexto de arbítrio. Dom Waldyr Calheiros, da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Dom Vital João Geraldo Wilderink, da Diocese de Itaguaí e Dom Mauro Morelli, da Diocese de Duque de Caxias. De acordo com Francisco Orofino, esse grupo de bispos constituíram o que ficou conhecido como *Leste Zero*.

É necessário entender um pouco da administração eclesiástica católica no Brasil para uma melhor compreensão deste nome:

A CNBB divide as dioceses brasileiras em Regionais segundo a geopolítica do país. Assim as dioceses do Rio de Janeiro formam o Regional Leste 1. Este Regional possui duas Províncias, conforme a tradicional divisão eclesiástica: a Província do Rio de Janeiro e suas dioceses sufragâneas (Itaguaí, Volta Redonda, Valença, Nova Iguaçu e Dq de Caxias) e Niterói e suas dioceses (Petrópolis, Nova Friburgo e Campos).¹⁶⁹

O nome Leste Zero “era uma ironia, já que estes bispos eram marginalizados nas reuniões oficiais do oficial Leste 1”,¹⁷⁰ afirma Orofino. Ele continua:

Acontece que o Vaticano, por isso ele tem dois mil anos, ele busca equilibrar. Como Dom Eugênio era muito numa linha, o Vaticano cercou a província dele com bispos numa outra linha. Então, Itaguaí com Dom Vital, Duque de Caxias com Dom Mauro Morelli -até hoje ninguém entende porque o Vaticano pegou o bispo mais progressista, Dom Paulo Evaristo Arns, e colocou nas barbas de Dom Eugênio. E Dom Eugênio teve que engolir – depois vem o Dom Waldyr, Dom Adriano. Aí depois surge de Valença, Dom Elias.

¹⁶⁹ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁷⁰ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

Ora, esses bispos perceberam que não tinha diálogo nenhum com esse arcebispo, que deveria ser o coordenador da província. Eles, então, se uniram e criaram o famoso Leste Zero, que eram as práticas pastorais dentro do Vaticano II, Medellín e Puebla, que articulava as dioceses de Itaguaí, Volta Redonda, Valença, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.¹⁷¹

Dessa forma, esses excertos mostram que havia divergências entre o arcebispo Dom Eugênio Sales, considerado conservador, e os bispos das dioceses sufragâneas da Província do Rio de Janeiro. Esse grupo de bispos progressistas não teriam uma relação fácil com o arcebispo, então criaram o Leste Zero. Com o objetivo de realizar as propostas do Concílio Vaticano II e do CELAM de Medellín em suas dioceses.

Não há precisão sobre quando surgiu esse grupo, mas sua existência está entre os anos 70, 80 e 90, pois alguns bispos mencionados já atuavam nas respectivas Dioceses desde os anos 60, como é o caso de Dom Adriano Hypólito e Dom Waldyr Calheiros, e Dom Elias, bispo de Valença entre 1990 e 2014. Os bispos chegaram em momentos diferentes em dioceses que já existiam ou recém criadas.

A Diocese de Barra do Piraí foi criada em 4 de dezembro de 1922 pelo Papa Pio XI. Devido ao Decreto Consistorial de janeiro de 1965, a Diocese passou a ser chamada de Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda.¹⁷² Dom Waldyr Calheiros se tornou bispo da Diocese em 1966, mesmo ano em que Dom Adriano se tornara bispo de Nova Iguaçu. No mesmo período, a Diocese de Valença também foi criada, em 1925, desmembrada das Dioceses de Niterói e da Diocese de Barra do Piraí.

Os esforços de Dom Waldyr Calheiros e de Dom Adriano para que a Igreja acompanhasse o processo de crescimento populacional e industrial na região foram significativos para o surgimento da Diocese de Itaguaí.¹⁷³ O Papa João Paulo II a criou em 14 de março de 1980, através da *Bula Gravíssimus Supremi*. Ela foi desmembrada da Diocese de Nova Iguaçu, que cedeu os municípios de Itaguaí e Mangaratiba, e da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, que cedeu os municípios de Angra dos Reis e Paraty. Dom Vital atuava como vigário episcopal e depois bispo auxiliar de Dom Waldyr, “atendia a área do litoral da

¹⁷¹ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁷² Atualmente, a Diocese compreende os municípios: Volta Redonda, Barra do Piraí, Resende, Barra Mansa, Itatiaia, Quatis, Porto Real, Rio Claro, Pinheiral, Mendes, Paulo de Frontin e Piraí. Ver mais em: [Institucional | Portal Diocese \(diocesevr.com.br\)](http://Institucional.PortalDiocese(diocesevr.com.br))

¹⁷³ Ver mais sobre a história da Diocese de Itaguaí em: [Diocese de Itaguaí | Diocese de Itaguaí \(dioceseitaguaui.org.br\)](http://Diocese.de.Itaguaí|Diocese.de.Itaguaí(dioceseitaguaui.org.br))

diocese (Angra dos Reis) e juntamente com o litoral da diocese de Nova Iguaçu (Itaguaí)”,¹⁷⁴ até se tornar o primeiro bispo da Diocese de Itaguaí.

Em 1981 foi criada a Diocese de Duque de Caxias, cujo primeiro bispo foi Dom Mauro Morelli. Ele conta que a Diocese não tinha uma estrutura quando chegou lá, a “Diocese quando foi implantada, não tinha um tostão em caixa, tinha só um padre e ninguém sabia onde eu ia morar”.¹⁷⁵ Roma, então, fez um acordo com o Convento de Santo Antônio dos franciscanos para que funcionasse como Catedral por cinco anos.¹⁷⁶

Francisco Orofino relaciona Dom Adriano e Dom Waldyr como bispos de perfil coronelistas, pois, saídos de Sergipe e Alagoas respectivamente, eram “bispos aguerridos, muito ciosos no seu terreno, no seu poder. O mesmo valia para Dom Eugênio”.¹⁷⁷ Ou seja, os bispos buscavam ter forte controle do que acontecia na jurisdição de seus bispados. Isso, talvez, corrobore com a ideia de que Dom Eugênio, um bispo “bastante conservador”,¹⁷⁸ tenha dificultado as atividades pastorais das dioceses de sua jurisdição. Vejamos abaixo:

Dom Adriano sempre foi uma pessoa profundamente colegial. Ele era autoritário? Era porque era um “coronel nordestino”. Era o perfil dele. Ele era um sergipano daqueles assim brabo. Que quando ele fincava o pé numa coisa ele ia. Na verdade, todos os conflitos daqui do Leste, eram três coronéis nordestinos. Era o alagoano em Volta Redonda e o sergipano em Nova Iguaçu lutando contra o potiguar no Rio de Janeiro. Todos os três tinham uma mentalidade coronelística bem nordestina, o Calheiros, o Adriano e Eugênio Sales. Ou seja, não se meta na minha “fazenda”. Ou seja, nem os do regional poderiam interferir no Rio de Janeiro, nem os do Rio de Janeiro tinham a coragem de interferir, seja em Nova Iguaçu ou seja em Volta Redonda.¹⁷⁹

Quando afirma que Dom Adriano era “colegial”, Orofino ressalta que Dom Adriano investia na participação, fazendo com que todas as decisões da Diocese fossem colegiadas. Para o entrevistado, apesar do bispo ser “coronel” contra a intervenção de outros em sua jurisdição diocesana, ele dialogava com os conselhos de sua Diocese antes de qualquer decisão. Percival Tavares já não tem a mesma leitura de Orofino sobre o perfil coronelista de Dom Adriano:

¹⁷⁴ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁷⁵ WOLFART, Graziela; MACHADO, Ricardo. O incansável Dom Mauro Morelli. Entrevista com Dom Mauro Morelli. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos ON-LINE**, Edição 429, 15 de outubro de 2013. Disponível em: [IHU Online - O incansável Dom Mauro Morelli \(unisinos.br\)](http://ihuonline.com.br).

¹⁷⁶ *Ibid.*

¹⁷⁷ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁷⁸ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁷⁹ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

Coronel? Não vejo ele como coronel não. Eu vejo ele como, a hora que precisava brigar ele brigava. [...]Então alguém que não tem nada a ver vai se meter e atrapalhar o serviço? Internamente tem o diálogo, conciliação. Não existe diálogo em tudo não. Dialogo tem um limite, diálogo é quando o outro quer dialogar. Quando o outro quer te agredir é complicado. Então você tem que tomar posição.

Dom Adriano era muito paizão. Muito paizão. Eu sei que no trato com os funcionários. Tanto que ele levava bolada nas costas, entendeu? Porque tratava bem as pessoas mas nem todo mundo é merecedor.¹⁸⁰

Neste ponto as memórias conflitam sobre o perfil do bispo, o que interessa bastante a pesquisa. Pilar Calveiro fornece instrumentos necessários para pensar esse conflito e destaca que as memórias revelam a diversidade de experiências e interpretações sobre si mesmas e sobre as práticas sociais e políticas, como já foi mencionado no capítulo anterior. Em outro momento a autora ainda acrescenta que certamente, “a sociedade era toda, de alguma maneira, sobrevivente e protagonista e, nesse sentido, a memória foi se construindo como um trabalho a partir da diversidade de experiências vividas e suas diferentes interpretações”.¹⁸¹

Nesse sentido, a construção da memória se dá, também, através de diferentes interpretações, como é o caso entre os relatos de Orofino e Percival. No assunto em questão, elas são diferentes e contrárias no que se refere ao perfil coronelista do bispo Dom Adriano. Percival ainda acrescenta a boa relação que ele tinha com os funcionários da Diocese, um tratamento fraterno que parte do bispo.

Entretanto, ambos apresentam interpretações semelhantes sobre a questão da relação entre o bispo conservador Dom Eugênio Sales e as dioceses comandadas por ele, jurisdição de bispos progressistas, segundo destaca Orofino. Por fazerem parte da Província Eclesiástica do Rio de Janeiro, essas dioceses progressistas tinham de dialogar com o arcebispo Dom Eugênio. Essa seria a tensão que Orofino enfatiza, sobretudo com a presença de Dom Mauro Morelli, considerado por ele, o mais progressista entre os demais dentre os bispos do Leste Zero.

Esse diálogo entre o arcebispo e os demais bispos não é tão destacado por Percival, mas concorda sobre a dificuldade existente dizendo que:

¹⁸⁰ SILVA, Percival T. da. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁸¹ Tradução nossa. No original: la sociedad toda era, de alguna manera, sobreviviente y protagonista y, en esse sentido, la memoria se fue construyendo como un trabajo a partir de la diversidad de experiencias vividas y sus diferentes interpretaciones. Ver mais em: CALVEIRO, Pilar. Testimonio y memoria em el relato histórico. **Acta Poética** 27 (2) – OTOÑO, 2006, p. 70. Disponível em: [Testimonio y memoria en el relato histórico | Calveiro | Acta Poética \(unam.mx\)](#)

Olha, tem um limite de diálogo. Você não vai levar tudo. Você pode ter posição firme na hora mas não pode levar tudo.

Como se pode dialogar com um general, apesar de capelão?! É difícil em tudo. Mas por outro lado Dom Adriano deve ter tido momentos de se posicionar firme sobre algumas atitudes. Ele pode ter tido essa atitude, mas ele não quis conflitos, coisas complicadas na Diocese dele. [Grifo nosso]¹⁸²

Esse consenso entre as interpretações revelam as dificuldades da articulação na região para promover trabalhos pastorais que atendam as demandas da população mais pobre. Na frase grifada é possível perceber que Percival descreve a postura de Dom Eugênio como um obstáculo, como um militar no interior da Igreja.

Diante da presença de Dom Eugênio Sales, o Leste Zero foi criado quando os:

[...]bispos "libertadores" começaram a se reunir a fazer projetos pastorais numa linha libertadora. Estas reuniões entre eles começaram a ser chamadas de "reuniões do Leste Zero". Muitos destes projetos se realizaram na diocese de Nova Iguaçu por ser a mais central e a que tinha uma melhor infraestrutura. O Seminário Interdiocesano Paulo VI formava o clero das dioceses do Leste Zero. Vários encontros de lideranças pastorais destas dioceses aconteciam no CENFOR.¹⁸³

Os bispos libertadores eram Dom Adriano, Dom Waldyr, Dom Vital, Dom Mauro Morelli e Dom Elias. Como afirmado por Orofino, as reuniões do grupo aconteciam no Centro de Formação de Líderes (Cenfor)¹⁸⁴ da Diocese de Nova Iguaçu. Pois, Dom Adriano detinha auxílio financeiro de instituições católicas existentes na Alemanha.

Francisco Orofino conta que desde o início da fase republicana do Brasil existem duas províncias franciscanas, uma ao Norte, com sede em Salvador, e outra ao Sul, com sede no Rio de Janeiro. Elas foram restauradas e tinham o alemão como idioma padrão entre seus muros, o que propiciou a Dom Adriano aprender a língua assim que começou seus estudos no local. Mais tarde, em meados do século passado, o franciscano precisou coordenar casas alemãs na Alemanha, permitindo a ele tecer as redes de influência que o auxiliaria financeiramente nas atividades pastorais no futuro, segundo Orofino.

[...]Então, além de falar alemão fluentemente, ele conseguiu criar uma rede, que ele financiou depois a Diocese. Tudo vinha da Alemanha.

Tu entra na capela do Seminário Paulo VI, num calor brutal de um país tropical, e não tem uma janela. Porque a planta veio da Alemanha. Na Alemanha não tem janela por causa do frio. Um forno aquilo lá. Por que? Porque até a capela do seminário Dom Adriano ganhava de presente dos alemães. Então, essa verba alemã fez com que Dom

¹⁸² SILVA, Percival T. da. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁸³ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁸⁴ É um espaço de formação da Diocese, responsável pelas realizações de diversas reuniões pastorais e formações de líderes desde o bispado de Dom Adriano. Inaugurado entre os dias 21/22 de julho de 1973 hoje é chamado de Centro de Formação apenas. É a localização da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e do Arquivo Diocesano.

Adriano tivesse tudo. Por isso que ele tava a frente, porque qualquer projeto que o Leste Zero fazia vai ser em Nova Iguaçu. Por que? Porque Dom Adriano consegue dinheiro na Alemanha.¹⁸⁵

A Diocese de Nova Iguaçu ocupava, então, uma posição central nessa articulação entre os bispos do Leste Zero. Pois, as atividades das suas pastorais sociais dependiam da estrutura e do apoio financeiro que só Dom Adriano conseguia dispor, graças a sua rede de influências que formou fora do Brasil. Sem dúvidas, essa questão é mister para se compreender como a Diocese de Nova Iguaçu conseguiu desenvolver inúmeros trabalhos pastorais e sustentar a produção da *Folha* entre 1972-1993. Tudo isso devia ser muito custoso, em comparação a realidade de outras dioceses do Leste Zero e de todo o país.

Nilton dos Anjos também comenta abaixo sobre a capacidade de Dom Adriano de captar recursos e que ele foi criticado por isso.

Nesse aspecto, Dom Adriano foi um grande captador de recursos, principalmente da Alemanha. Tanto é que o pessoal mais conservador dizia que Dom Adriano, [...] acho que era uma forma de crítica pelo menos curiosa, tinha um beneditino que escrevia no *Jornal do Brasil*, acho que todos os domingos, e eu não vou lembrar o nome dele agora [...] dizia que dos quatro evangelistas, certamente Dom Adriano gostava de São Marcos, e “Marcos” na época era o dinheiro da Alemanha. Então ele queria ser jocoso, brincando com Dom Adriano, dizendo que Dom Adriano era muito “interesseiro” e que trazia verba. Mas a questão de fundo não era o fato da desconfiança contra a verba que Dom Adriano trazia, mas era o motivo pelo qual ele trazia. Ou seja, no fundo ele queria fazer uma crítica e queria expor Dom Adriano como se fosse cometer uma ilicitude, quando na verdade ele ficava pé da vida por Dom Adriano conseguir captar muita verba, trazer muita verba, para fazer construções, que no entender dele, eram construções importantes para o trabalho pastoral. Vide o Centro de Formação de Líderes, que ele ajudou a crescer, vide a Casa de Oração, vide a própria construção do CDDH, que foi feita ainda no final da gestão dele boa parte da captação de recursos.¹⁸⁶

A ajuda financeira conseguida fora do Brasil pelo bispo franciscano promovia construções estruturais para a Diocese de Nova Iguaçu e trabalhos importantes para a atuação da Diocese e dos projetos do Leste Zero, mas atraía críticas que membros internos a própria Igreja. Esses recursos permitiram ainda a construção do Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), importante instituição criada em 1993, em preocupação com a violação dos direitos humanos na região.

¹⁸⁵ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Nilton José dos Anjos de. **Entrevista virtual [setembro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

No trabalho pastoral de Dom Waldyr Calheiros a Pastoral Operária é destacada, por Orofino. Enquanto chama atenção para o perfil da Diocese de Itaguaí:

É o seguinte, o Dom Vital de Itaguaí era o responsável nacional pela linha catequética. A diocese de Itaguaí sempre foi uma diocese na linha catequética avançadíssima, coisa que acabou quando Dom Vital caiu fora. [...]Depois tinha Dom Waldyr na Pastoral Operária, tinha Dom Mauro Morelli com toda a experiência que ele tinha. Eram bispos que sabiam articular muito.¹⁸⁷

Assim, temos a Diocese de Nova Iguaçu produzindo os trabalhos das pastorais sociais, Clubes de Mães, CEBs, Sindicato das Domésticas, MAB e os órgãos de comunicação. A Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda se destacava pelos trabalhos da Pastoral Operária, na visão de Orofino. A Diocese de Itaguaí, com uma linha catequética importante para a formação do clero da região. Ou seja, cada diocese tinha seus trabalhos em comum, como a Pastoral Operária em nova Iguaçu e Volta Redonda, mas se destacavam em alguns pontos.

Orofino comenta sobre o grande projeto do Leste Zero:

E o grande projeto deste Leste Zero eram projetos formativos. O Seminário Paulo VI, embora fosse Nova Iguaçu, ele era o seminário do Leste 0. Ele criava o clero dentro de uma linha dentro da teologia da libertação. Ele criava o clero das dioceses de Itaguaí, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Valença e Duque de Caxias. Por isso uma das grandes metas de quando Dom Adriano saiu, a primeira coisa foi “acabar” com o Paulo VI. Era um projeto que tava deixando...não só Dom Eugênio, como o Vaticano... tanto que teve uma intervenção no seminário Paulo VI.¹⁸⁸

A preocupação com a formação do clero na linha pastoral do Leste Zero estava entre as prioridades desses bispos. É possível entender que a formação do laicato também está incluída nesse processo, basta relacionar o trabalho de conscientização construído na Diocese de Nova Iguaçu, sobretudo através da *Folha*. Não é o foco desta pesquisa, mas há de se imaginar que as outras dioceses também tenham investido na formação do laicato. Pois, dar mais importância a eles está nas propostas do Vaticano II.

A relação entre essas dioceses dos bispos “libertadores” era de uma proximidade de extrema importância para alcançarem seus objetivos. “Então esse projeto formativo articulou as dioceses. Então, havia uma troca muito grande de experiências. [...] todos os padres dessas dioceses faziam encontro anual para trocar experiência. Era um intercâmbio muito intenso”.¹⁸⁹

¹⁸⁷ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁸⁸ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁸⁹ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

Veremos a seguir que os bispos do Leste Zero foram de extrema importância para o período, pois suas práticas pastorais serviram de influências para o surgimento da Teologia da Libertação.

3.2 Teologia da Libertação e a Diocese de Nova Iguaçu

A epígrafe do início deste capítulo expressa bem a relação de bispos do Leste Zero com a Teologia da Libertação. Ela surge na entrevista com Nilton dos Anjos e é atribuída a Dom Adriano Hypólito. O entrevistado estava traçando relações e limites entre os papéis dos sacerdotes com habilidades de pastoreio - para as atividades diárias de paróquias e dioceses - e aqueles que se tornaram teólogos, intelectuais da Igreja.

Achei a frase interessante, no sentido de que a própria teologia, enquanto discursividade, ela pode colocar no papel aquilo que ela sonhar. Mas para você executar isso, seja numa diocese, numa igreja ou em qualquer outro canto, isso é coisa do pastor, não do teólogo. Então, veja, ele se achava pastor e a função dele, fundamental, era de pastoreio. Nesse aspecto que eu achava que ele fazia um trabalho pastoral interessante.¹⁹⁰

Nilton dos Anjos descreve o bispo como aquele com habilidade de lidar com o cotidiano da Diocese, administrando as demandas dos fiéis ao mesmo tempo que busca criar soluções para elas. O pastor precisa lidar com a realidade que se impõe sobre si, e no caso do bispo Dom Adriano, criar meios de superar os problemas sociais que afligem os mais pobres da região. Os teólogos possuiriam uma margem de liberdade maior para elaborar as soluções, mas que nem sempre são aplicáveis a realidade.

Essa distinção entre pastores e teólogos está presente na visão de Francisco Orofino também. Para ele, Dom Adriano e os demais bispos do Leste Zero não são teólogos da libertação, mas sim pastores. E ele explica:

Não, Dom Adriano nunca foi teólogo. Ele não tem formação teológica além da formação teológica necessária para a ordenação. Ele nunca teve uma formação acadêmica, ele nunca fez um livro. Ele escreveu seus artigos. Nenhum desses bispos eram teólogos formados. Dom Waldyr Calheiros não era teólogo, Dom Adriano, Dom Pedro Casaldáliga era um poeta, Dom Fragofo era um roceiro. Dom Helder, Dom Helder, era um grande escritor mas também não tinha formação teológica. Eles eram grandes pastoralistas. Isso sim. Eles eram grandes pastoralistas! Todos eles!¹⁹¹

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Nilton José dos Anjos de. **Entrevista virtual [setembro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

¹⁹¹ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

Então, nenhum desses bispos tinham uma formação teológica além do necessário para que fossem ordenados, na ótica de Orofino. Poderiam ter escritos, como no caso de Dom Adriano, mas uma produção e atuação diferente de outros que possuem uma vasta e profunda formação teológica. Perguntado sobre esses bispos serem influenciados pela Teologia da Libertação, o entrevistado é enfático ao dizer:

Não! Eles criaram a Teologia da Libertação através das suas opções pastorais. A Teologia da Libertação é uma reflexão teórica a partir de uma prática. Qual é essa prática? A prática pastoral da Igreja nos meios sociais. Então todos esses bispos que a partir de 1968 começaram a implementar as práticas de pastorais sociais, perceberam, evidentemente, uma carência de fundamentação teológica que a teologia europeia não dava. Então, aos poucos foram surgindo, no campo da bíblia - a leitura popular da Bíblia, principalmente com o Frei Carlos Mesters, com o frei Gilberto Borbulho. Frei Gilberto Borbulho foi o grande assessor pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns. Ah, Dom Paulo Evaristo Arns sim. Esse foi um grande teólogo com doutorado na Sorbonne.¹⁹²

Aqui é possível perceber uma afirmação de grande importância, pois ele põe Dom Adriano, Dom Waldyr Calheiros e outros bispos como criadores da Teologia da Libertação.¹⁹³ As práticas pastorais que desempenharam desde fins dos anos 60 teriam exigido uma reflexão teológica. Portanto, esses bispos não seriam apenas influenciados ou adeptos, mas estão entre os responsáveis pelo surgimento desta teologia, como assinala Francisco Orofino. Ele desenvolve melhor essa questão abaixo:

Ou seja, a medida que a Igreja vai assumindo práticas pastorais a partir de Medellín, eles vão... evidentemente que depois eles se tornam defensores da teologia da libertação, já como bispos. E também vão formar o seu clérigo dentro da Teologia da Libertação. Agora dizer que Dom Adriano foi um teólogo da libertação, não! A prática pastoral dele que vai permitir, junto com outros, evidentemente. Aí é que entra o protagonismo da CNBB. Esse grupo aglutinado na CNBB q vai dar a diretriz para o Brasil.

Agora, evidentemente que é uma coisa dialética. A medida que a reflexão vai surgindo, vai influenciando a postura. Mas aí, evidente, é um processo dialético. Existe um diálogo entre corpo episcopal e corpo teológico. Eles não se confundem. Poucos são os bispos que tem uma formação teológica, poucos os teólogos que acabaram se tornando bispos.¹⁹⁴

¹⁹² OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁹³ Francisco Orofino faz uma distinção entre os bispos do Leste Zero ao afirmar que entende que Dom Adriano e Dom Waldyr são criadores da Teologia da Libertação por conta dos planos pastorais de suas dioceses. Ambas as dioceses contavam com assessorias externas de pastoralistas, antropólogos e sociólogos. Além disso, menciona que a Diocese de Nova Iguaçu tinha quase um intercâmbio com a PUC. E vários jesuítas fizeram estágio na Diocese. Os demais bispos do Leste Zero – Dom Vital, Dom Mauro e Dom Elias – teriam encontrado o “caminho já aberto”, então não tem a mesma relação com a criação da Teologia da Libertação.

¹⁹⁴ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

Com o surgimento da Teologia da Libertação é que passa a ser construída uma relação dialética entre ela e os trabalhos pastorais desses bispos. Esta teologia surge das práticas das pastorais sociais realizadas nas dioceses da América Latina. Dom Adriano e Dom Waldyr são dois dos pastores que contribuíram para seu surgimento. E essa afirmação Orofino encontra apoio nos relatos de Percival Tavares, que diz:

Assino embaixo! O que eu vou dizer? O que vem primeiro, o ovo ou a galinha? Veja, a teoria é fruto da realidade. Teoria na nuvem não existe. Aquilo é idealista, divagação. Onde é que Gutierrez vai se basear para a construção da sua teologia, da teologia da libertação, primeira expressão? Na prática! Nos documentos acumulados, na experiência bíblica, na realidade latino-americana. Não tem como. O cara vai tirar de onde?

Ele vai vindo das expressões que vão acontecendo a partir do Vaticano II, não só...Antes do Vaticano II, na expressão da realidade. Tanto assim que o João XXIII, que foi escolhido como Papa.¹⁹⁵

Além de confirmar a importância de Dom Adriano e de sua atuação pela Diocese de Nova Iguaçu, Percival acrescenta o advento de João XXIII a esse movimento que motivou o surgimento da Teologia da Libertação. Gustavo Gutierrez e os demais teólogos teriam se inspirado nesses trabalhos de décadas anteriores para escreverem suas reflexões. Tanto que Orofino assinala que:

a guinada pastoral precede a reflexão teológica. Então, se Medellín é de 1968, a Teologia da Libertação começa a surgir a partir de 1975/76. O livro Jesus Cristo Libertador de Leonardo Boff é de 1973/74, mas no livro você percebe que o Leonardo Boff ainda traz a Teologia europeia. O Jesus Cristo Libertador é um livro de guinada, metade dele é teologia europeia, a outra metade é que começa a teologia latino-americana.

Ela começa, a reflexão, digamos assim, a expressão Teologia da Libertação de Gustavo Gutierrez é final dos anos 60 tudo bem. Mas quando surge o pensamento sistemático, através da articulação, através de teólogos latino-americanos, isso daí é anos 70. Então o Leonardo Boff sozinho não faria nada, o Gustavo Gutierrez sozinho também não faria nada.¹⁹⁶

Ele reforça a ideia de que as atividades pastorais vieram antes da reflexão teológica, que apesar de estar sendo desenvolvida nos escritos de Gutierrez no fim dos anos 60, ela só surge sistematizada a partir de 1975. Leonardo Boff, Gutierrez e outros teólogos não teriam feito tais reflexões sem a existência das experiências realizadas pelos diversos bispos latino-americanos.

Michel Löwy localiza o surgimento desse movimento por volta dos anos 60 e reafirma que é uma reflexão posterior a *práxis*. Para ele o surgimento dessa nova teologia pode ser

¹⁹⁵ SILVA, Percival T. da. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

¹⁹⁶ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

explicado a partir da convergência de diferentes elementos internos e externos à Igreja, e que a mudança fez um movimento da periferia até o centro da instituição.¹⁹⁷ Entre os elementos internos estaria o surgimento de novas correntes teológicas após a II Guerra Mundial, na Alemanha, na França. Também novas formas de cristianismo social, uma maior atenção e abertura a filosofia moderna e às ciências sociais. Löwy explica que:

A mudança interna afetou a Igreja Católica como um todo: foi o desenvolvimento, desde a Segunda Guerra Mundial, de novas correntes teológicas, especialmente na Alemanha (Bultmann, Moltmann, Metz, Rahner) e na França (Calvez, Congar, Lubac, Chenu, Duquoc), novas formas de cristianismo social (os padres operários, a economia humanista do Padre Lebret), uma abertura crescente às preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais. O pontificado de João XXIII (1958-63) e o Concílio Vaticano II (1962-1965) legitimaram e sistematizaram essas novas orientações, lançando as bases para uma nova era na história da Igreja.¹⁹⁸

É possível identificar que essas mudanças são oficializadas pelo Concílio Vaticano II e não inauguradas a partir dele. Em seguida ele comenta sobre os elementos externos:

Ao mesmo tempo, uma mudança social e política devastadora estava a caminho na América Latina: 1) a partir dos anos 1950 em diante, a industrialização do continente, sob a hegemonia do capital multinacional, “desenvolveu o subdesenvolvimento” – na fórmula hoje famosa de André Gunder Frank – isto é, promoveu ainda maior dependência, aprofundou as divisões sociais, estimulou o êxodo rural e o crescimento urbano e concentrou uma nova classe trabalhadora bem como um imenso “pobretariado”¹² nas cidades maiores; 2) Com a Revolução Cubana em 1959, um novo período histórico abria-se na América Latina, caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento de movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político.¹⁹⁹

Portanto, aos elementos internos da Igreja responsáveis pelo surgimento dessa nova corrente teológica se encontram os elementos externos: a industrialização do continente latino-americano, que aprofundou a desigualdade social, e a Revolução Cubana, ocorrida em plena Guerra Fria, período em que houve a intensificação de lutas sociais e golpes militares em diversos países da América Latina.

A relação de fatores internos e externos como responsáveis pela nova identidade da instituição católica pode ser vista também nos escritos de outro autor referência no tema da história da Igreja no Brasil. A Teologia da Libertação, alerta Scott Mainwaring, não pode ser explicada apenas pela intenção de proteger interesses institucionais e nem pelo processo

¹⁹⁷ LÖWY, M. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. 2 Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016, p. 84.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 84.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 84.

político, mas sim como “uma nova identidade institucional e de novas condições econômicas, políticas e sociais que a explica”.²⁰⁰

Michael Löwy argumenta que os termos “Teologia da Libertação” e “Igreja dos Pobres” não dão conta da dimensão do movimento social/religioso ocorrido. Pois, os teólogos participantes foram poucos, se comparados com os demais agentes históricos (movimentos laicos, ordens religiosas, padres estrangeiros) que atuaram influenciados por essa nova forma de concepção e atuação cristã. Por isso, ele defende que seja chamado de Cristianismo da Libertação, por abarcar “tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática”.²⁰¹

A Teologia da Libertação foi elaborada em escritos clássicos que datam de fim dos anos 60 e início dos anos 70. O Brasileiro Hugo Assman, em *Opressão-Liberación: Desafío a los Cristianos*, o peruano Gustavo Gutierrez, em *Theology of Liberation* e Leonardo Boff, que escreveu *Jesus Cristo, Libertador*, foram alguns dos nomes responsáveis por pensar e escrever sobre essa prática e nova identidade.²⁰²

Ao falar da enorme desigualdade social existente entre pobres e ricos nos países latino-americanos, a posição da teologia fica definida, como mostra o trecho abaixo:

Ahora bien, en nuestra realidad latinoamericana la escandalosa brecha entre ricos y pobres empujó a descubrir el rostro sufriente de Cristo en los pobres y situar así correctamente la perspectiva teológica. La teología no es la palabra primera. Es acto segundo. La palabra primera está en la vida del pueblo, cuya fe opera por la caridad.²⁰³

Dessa forma, a nova identidade cristã começa na percepção da distância entre ricos e pobres, cujo sofrimento destes é relacionado ao sofrimento de Cristo. A prática de uma minoria de membros do clero católico somada aos esforços de leigos passa a exigir uma reflexão sobre ela. Nessa necessidade está colocada, em parte, a importância dos escritos de autores clássicos mencionados. A Teologia da Libertação não é o que surge primeiro, não é a palavra primeira, mas a reflexão sobre a vida dos mais pobres.

A nova teologia esteve direcionada a análise da realidade concreta desde a sua gênese. E para isso, precisou se utilizar do referencial teórico marxista que pudesse dar instrumentos próprios a essa tarefa. A partir deste aspecto é possível notar um consenso entre a bibliografia²⁰⁴ sobre a relação entre a Teologia da Libertação e o marxismo.

²⁰⁰ MAINWARING, S. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Pietro São Paulo, Brasiliense, 1989. p. 134.

²⁰¹ LÖWY, 2016, p. 74

²⁰² MAINWARING, 1989, p. 133.

²⁰³ OLIVEROS, R. História de la teología de la Liberación. In: ELLACURIA, I.; SOBRINO, J. **Mysterium liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación I**. Editorial Trotta. Madrid.1990. p. 27.

²⁰⁴ DUSSEL, Enrique; LÖWY, Michael; PAGANELLI, Pia; BORDIN, Luigi; são alguns exemplos.

Enrique Dussel comenta sobre essa relação abaixo:

Anticipando las conclusiones finales, podemos indicar que, como puede observarse, la teología de la liberación usa un certo marxismo de una cierta manera, nunca incompatible con los fundamentos de la fe. Algunos tienen una posición más claramente «clasista»; otros más cercanamente «populista»; algunos usan sólo el instrumental de la crítica ideológica, otros social, y aun propiamente económica — como veremos en el parágrafo IV—.

Algunos, también, se oponen al marxismo globalmente —aunque les resultará difícil definirse como miembros del movimiento teológico—. Algunos se inspiran en una corriente más francesa del marxismo, otros en la italiana o alemana, en la mayoría de los casos simultáneamente en varias de ellas; todos, sin embargo, asumen las tesis de la corriente latinoamericana de la dependencia —definida con mucho cuidado, teniendo conciencia de las críticas levantadas en este aspecto—. ²⁰⁵

Dessa forma, a Teologia da Libertação e seu contato com o marxismo varia de acordo com que corrente marxista foi escolhida para construir seu pensamento. Mas todos assumem a tese da teoria da dependência, uma corrente marxista latino-americana. Luigi Bordin explica que os teólogos da libertação utilizam o marxismo na elaboração de sua teologia apenas como teoria científica para a análise sócio analítica. ²⁰⁶

Alguns pontos levantados por Michael Löwy ajudam a identificar a atuação de D. Adriano e da Diocese de Nova Iguaçu a essa teologia advinda. ²⁰⁷ Primeiramente, temos a luta contra a idolatria, representada também nos “Bens Materiais, Riqueza, o Mercado, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a “Civilização Ocidental Cristã””. ²⁰⁸ Em diversos escritos do bispo em edições de *A Folha* é possível identificar críticas profundas ao governo ditatorial, que se apoiava na ideia de Segurança Nacional para exercer suas arbitrariedades. Criticava também os problemas econômicos decorrentes da desigualdade social do período, que precarizava a vida de muitas famílias na Baixada Fluminense. Outra crítica importante é feita ao modelo de Igreja que sempre esteve associada às elites do país.

A segunda característica que Michel Löwy identifica nos escritos dos teólogos da libertação é a “Libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus”. Ora, em sua entrevista Dom Adriano comenta sobre sua vinda para a Baixada Fluminense, acompanhando o sofrimento ao entrar em contato com o povo, ao mesmo tempo em que percebe a fé dessas pessoas, momento em que teria percebido a importância do seu

²⁰⁵ DUSSEL, Enrique. Teología de la liberación y marxismo. In: ELLACURIA, I.; SOBRINO, J. **Mysterium liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación II**. Editorial Trotta. Madrid.1990. p. 132.

²⁰⁶ BORDIN, Luigi. A racionalidade marxista como suporte filosófico-científico da Teologia da Libertação. **O marxismo e a Teologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.p. 95-96

²⁰⁷ Esses pontos levantados por Löwy estão elencados em: LÖWY, 2016, p. 77.

²⁰⁸ LÖWY, 2016, p. 77.

sacerdócio em serviço aos mais pobres e “o papel libertador da Igreja para um Povo oprimido e marginalizado, a esperança que o Povo põe na Igreja”.²⁰⁹

Outra característica é “Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de *pecado estrutural*”. A crítica ao capitalismo é desenvolvida por Dom Adriano em diversos momentos no folheto litúrgico. Na edição de 15 de fevereiro de 1976 do folheto, Dom Adriano expressa que vemos “em torno de nós a incapacidade do Liberalismo/Capitalismo em resolver os problemas da pessoa e da comunidade. [...] De ano para ano cresce a distância entre os povos ricos e os povos pobres”.²¹⁰ Ou seja, o bispo, que se colocou ao lado dos mais pobres desde os primeiros anos de seu bispado, entende clara relação entre a precária condição de vida deles e o capitalismo, que distancia pobres e ricos. A relação entre as ações e pensamentos do bispo com essa característica apontada por Lowy é possível de ser identificada também na seção do capítulo anterior sobre a desigualdade social.

“A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação” é mais uma característica levantada pelo autor e que também pode ser relacionada as ações de Dom Adriano no subtítulo de mesmo tema do capítulo anterior. Por fim, o “desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista” é outra característica citada por Löwy e que também está presente na atuação da Diocese de Nova Iguaçu, como já foi abordado aqui quando falamos das CEBs.

3.3 Justiça para todos

“Los pobres nos enseñan a releer las sagradas Escrituras” é uma expressão que sintetiza o método teológico conciliar, que foi enriquecido após os pobres e suas causas se tornarem um lugar teológico privilegiado. A partir desse momento, os diversos temas teológicos ganham uma releitura como acontece com o tema da “justiça”. Roberto Oliveros comenta melhor sobre isso abaixo:

Con esta riqueza, con estos ojos nuevos, se ve y retoma el saber bíblico, la tradición, el dogma y magisterio, el servicio y sistematizaciones teológicas pasadas y presentes. Los aportes y necesidades del exegeta y del trabajo teológico académico se aprecian, enriquecen y sitúan correctamente. Se supera el reducir la teología a las universidades,

²⁰⁹ HYPÓLITO, D. Adriano. Dom Adriano exclusivo: Meu sequestro ainda é um mistério. **REVISTA DE CULTURA VOZES**. ANO 75, n.1, janeiro e fevereiro de 1981. p. 66

²¹⁰ HYPÓLITO, Dom Adriano. Ministério da Palavra: Fracasso do Capitalismo? Marcha do Socialismo? **A Folha**. Nova Iguaçu. 15 de fevereiro de 1976. p. 4.

a los libros. Esto es útil y necesario en la reflexión teológica. Pero también el pueblo es teólogo. En él se expresa la voz de Dios. El pueblo también hace teología en sus cantos, en sus oraciones, en sus reflexiones vertidas en su lenguaje popular.²¹¹

Assim, esse novo olhar sobre os escritos bíblicos, a tradição, os dogmas e o serviço possibilitam uma nova interpretação sobre eles. Para Oliveros a teologia não pode ser reduzida às universidades, a academia, mas está presente também no cotidiano dos mais pobres. Michael Löwy também menciona essa nova leitura da Bíblia como uma das características que ele identifica nos escritos dos teólogos da libertação, citando o Êxodo como uma das passagens em que se nota isso. Exatamente o que podemos perceber abaixo:

El libro del Éxodo describe todos los mecanismos clásicos de opresión cuando presenta la situación de los hebreos como proletarios al servicio de las obras imperiales del faraón: les imponen trabajos cada vez más pesados, intentan controlar su peligroso crecimiento demográfico, interpretan como vagancia sus ansias de libertad y les aumentan frenéticamente el ritmo de producción (Ex 1-5).²¹²

Nesse sentido, é perceptível que a relação entre egípcios e hebreus é interpretada enfatizando a relação política e violenta dos primeiros sobre os últimos. A dominação egípcia vai de imposição de trabalhos desgastantes até controle do crescimento demográfico dos hebreus. Há uma proximidade com as relações trabalhistas do mundo contemporâneo do século XX quando o autor faz uma relação entre os hebreus e o termo “proletários”, que é bem próximo do mundo pós-revolução industrial.

Em 12 de fevereiro de 1978, durante a abertura da Campanha da Fraternidade, através do Decreto 01/1978, Dom Adriano instalou a Comissão de Justiça e Paz. O Objetivo era defender os direitos humanos, pois Dom Adriano acreditava que “em certos lugares, em determinadas épocas, ser cristão significa correr riscos”.²¹³ A partir desse momento, a vigilância ao bispo aumentou, com os deslocamentos feitos por ele entre as comunidades e visitas a outros bispos regionais sendo vigiados, inclusive por helicóptero.²¹⁴

O tema da justiça é amplamente abordado pelo folheto litúrgico nos anos 70. Logo no primeiro ano de sua existência discutia o assunto de diferentes maneiras, mas com cuidados. Por ser o primeiro ano, é possível que o bispo e a Diocese tenham tido a intenção de ocupar o espaço de forma progressiva, analisando a reação que os militares teriam. Um exemplo disso pode ser encontrado na edição de 3 de setembro de 1972, quando puseram na mesma página o texto “Uma Igreja incômoda”, que discutia a atuação de uma vertente católica latino-americana

²¹¹ OLIVEROS, 1990, p. 29.

²¹² AGUIRRE, R. VITORIA, F. J. Justicia. In: ELLACURIA, I.; SOBRINO, J. **Mysterium liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación II**. Editorial Trotta. Madrid.1990. p. 541.

²¹³ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Centenário Dom Adriano Hypólito: profeta da Baixada**. Nova Iguaçu – RJ. 2018.p. 8.

²¹⁴ *Ibid.*, p.8

preocupada com os problemas sociais e sendo chamada de “subversiva”. Enquanto isso, na coluna abaixo, o bispo Dom Adriano respondia um questionamento do folheto sobre o futuro do país, onde ele comentou que as “Forças Armadas, pelas suas elites, querem também a normalização democrática”.²¹⁵

Em 25 de março de 1973 a seção apresentou mais uma entrevista com o bispo Dom Adriano Hypólito, desta vez com o título “Quem pensa nas vítimas da injustiça?”.²¹⁶ Nesta entrevista ele é questionado sobre de que forma a Diocese de Nova Iguaçu fornece auxílio aos mais pobres da Baixada. Ele inicia sua resposta afirmando que a Diocese faz pouco diante das demandas e que a “ação social” faz parte da essência da Igreja. Ele entende a ação social como “a procura de condições mais humanas para o homem se realizar”.²¹⁷ E explica que a Diocese ajuda de diferentes maneiras: Irmãs de Caridade atuando em escolas, em um pequeno ambulatório, tomam conta de hospital aulas de corte e costura, em Mangaratiba, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Itaguaí. Além disso, “os Clubes de Mães que passam de 30 e têm produzido ótimos resultados com seus cursos de corte e costura, arte culinária, higiene, artesanato subsidiário, puericultura, formação moral e religiosa”.²¹⁸ Portanto, aqui temos o bispo afirmando sucesso nas atividades desempenhadas pela Diocese contra as injustiças que acometem os mais pobres, mas ele ainda lamenta por achar que deveria fazer mais.

O ano de 1978 é muito importante para a reflexão da questão da justiça tão defendida pela Diocese. Neste ano o tema da Campanha da Fraternidade²¹⁹ foi “Fraternidade no Mundo do Trabalho”, cujo lema foi “Trabalho e Justiça para todos”²²⁰. Esse tema foi discutido a partir de fevereiro do ano de 1978 e continuou por algumas edições até o fim do mês de março do mesmo ano. Dom Adriano comenta o motivo da escolha do tema mostrando que o trabalho é a realidade humana, importante para realização da comunidade e pessoal. Em seguida ele trata de deformações que enxerga nas relações de trabalhos do período, como o “egoísmo, ambição, exploração e injustiça social”.²²¹ Ele prossegue dizendo que:

O homem que trabalha não vale como pessoa humana e sim como fator de produção, valendo portanto pelo que produz. Numa tentativa de superar essa distorção a

²¹⁵ HYPÓLITO, D. Adriano. Mais uma pergunta ao bispo diocesano. **A Folha**. Nova Iguaçu. 3 de setembro de 1972, p. 2.

²¹⁶ HYPÓLITO, D. Adriano. Quem pensa nas vítimas da injustiça? **A Folha**. Nova Iguaçu. 25 de março de 1973, p. 2.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 2.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 2.

²¹⁹ Se inicia todos os anos durante o período da Quaresma, trazendo para a discussão com os fiéis católicos temas relevantes para a sociedade, que interligam as esferas social, política, econômica e religiosa.

²²⁰ HYPÓLITO, D. Adriano. Ministério da palavra: Fraternidade no Mundo do Trabalho. **A Folha**. Nova Iguaçu. 12 de fevereiro de 1978, p. 4.

²²¹ *Ibid.*, p.4

Campanha da Fraternidade de 1978 nos grita que o mundo do trabalho deve ser marcado pela fraternidade cristã.²²²

Esse excerto evidencia que as relações de trabalho do período desumanizam o ser humano, condicionando seu valor ao que produz no exercício de sua produção. O que seria uma distorção, nas palavras do bispo franciscano. Essa desumanização se aproxima das condições de trabalho mencionadas quando foi falado sobre o Êxodo, à medida que aborda também uma espécie de exploração do trabalhador. A Campanha teria a função de chamar a atenção para essa realidade de injustiça social.

O bispo ainda relaciona a desumanização do trabalho a escolha das empresas de privilegiar o lucro:

A questão crucial está no valor hierárquico que se dá ao lucro. Para o materialismo de todos os matizes o valor supremo é a produção enquanto fonte de maior lucro. A pessoa humana vê-se jogada para longe, ocupa um lugar secundário como fator de produção. Se o lucro for guinado à condição de valor supremo numa empresa, seguem daí numerosos excessos: salários de fome, horas extras mal remuneradas, exploração da criança e da mulher, suborno de organismos oficiais, transgressões das leis trabalhistas, etc., etc. Numa visão cristã do trabalho a importância do lucro deve ser subordinada à importância da pessoa humana.²²³

É notável a crítica do bispo as condições de trabalho as que os mais pobres estão sujeitos no mundo capitalista. Ele aborda a proeminência do lucro nos interesses das empresas e mostra que salários baixos, não cumprimento das leis trabalhistas, exploração de minorias como crianças e mulheres são consequências disso. Além disso, há a valorização da pessoa humana em detrimento do lucro.

Na edição seguinte, de 19 de fevereiro de 1978 há a seção intitulada de “Mensagem para a vida”. Nela há uma clara discussão sobre trabalho e injustiça:

A transfiguração das criaturas e adoração suprema do criador passaram pela cruz. O cumprimento pleno do trabalho humano, como aliás de toda vocação humana só se realiza plenamente em Cristo. Daí a necessidade de assumirmos com ele a cruz. Por ela Jesus aniquilou a morte e a humilhação das criaturas; e fez resplandecer a vida ressuscitada cuja amostra nos é dada hoje na transfiguração. A cruz de Cristo não é resignação passiva. É luta ativa contra o mal, o pecado, a injustiça, a opressão, a exploração, a marginalização. Ela é o caminho da Vitória. O Cristo transfigurado é modelo do que há de vir: o homem renovado a nova criatura. Por isso, os apóstolos se empolgaram: "É bom estarmos aqui!" Mas Cristo é divertido que é preciso antes enfrentar a luta. O filho do homem e todos nós, seus seguidores, temos de padecer, lutar e sofrer, antes de tomarmos posse da glória.²²⁴

²²² *Ibid.*, p.4

²²³ *Ibid.*, p.4

²²⁴ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Mensagem para a vida. **A Folha**. Nova Iguaçu, 19 fevereiro de 1978, p.3

Aqui é reafirmado o que já tratamos anteriormente sobre não haver uma distinção clara entre religião e política nas páginas do folheto litúrgico, nas ações do bispo e da Diocese no período. Elas se misturam e a falsa impressão de que apenas os escritos das primeiras e últimas páginas sejam discussões políticas enquanto as duas páginas internas, por se tratar de cantos e orações, sejam próprias da esfera religiosa. O excerto acima está no interior da edição do dia 19 de fevereiro, e está chamando os leitores a saírem da passividade para lutarem contra a injustiça, a opressão, a exploração e a marginalização. Ora, são condições comuns naquele contexto ditatorial, que há má distribuição de renda e aumento da desigualdade social, como vimos, sobretudo após a crise de 1973.

O mesmo ocorre se olharmos atentamente as orações do “Canto da Comunhão” nesta mesma edição:

Na justiça e no trabalho/ povo santo, caminhei / com Jesus ressuscitado / demos novo mundo ao Pai.
 Não se ponha o sol da tarde / sobre a ira e a opressão / O trabalho e a justiça / deve haver pra todo irmão.²²⁵

Os versos mencionados trazem novamente os temas “justiça” e “trabalho” em destaque. Esses versos pertencem a música “novamente nos unimos”, ela está alinhada ao tema da Campanha da Fraternidade do ano de 1978, assim como a interpretação feita que pode ser feita das leituras bíblicas do dia em que está sendo celebrada a missa ou celebração, que depende do padre, bispo ou celebrante responsável pela função no momento. Então, todas as seções do folheto estão intencionalmente alinhadas com o tema a ser discutido no dia. O que endossa a importância de analisar as partes internas e externas da *Folha* sem fazer distinção do que é propriamente político ou religioso.

A seguir, veremos que as consequências da atuação do bispo através da Diocese serão de grandes proporções. A ditadura era regida por um corpo teórico conhecido como Doutrina de Segurança Nacional, que difundiu uma ideia de inimigo interno a ser combatido a todo custo. O espaço de resistência que a Diocese se tornou também é um espaço de repressão, de violência do Estado ditatorial brasileiro.

²²⁵ CORO EDIPAUL. Novamente nos unimos. **Campanha da Fraternidade, vol 1 (Memória histórica: 1970-1983)**, 1978. A música se encontra em: DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Canto da Comunhão. **A Folha**. Nova Iguaçu. 19 de fevereiro de 1978, p. 4.

3.4 Oposições e repressão

As ditaduras latino-americanas foram influenciadas por uma teoria conhecida como Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Enrique Padrós explica que:

Uma das principais premissas da doutrina de segurança nacional (DSN), marco de diretrizes gerais presentes nas ditaduras da região, é a rejeição da idéia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas.²²⁶

Assim, a doutrina tem como um dos objetivos principais evitar a divisão da sociedade, inclusive em classes. Ela preza pela unidade política evitando conflitos entre grupos da sociedade em que está sendo aplicada. A satisfação do indivíduo nessa visão teórica está no pertencimento a uma comunidade nacional, não no sucesso individual ou no pertencimento a uma classe. Quaisquer formas de antagonismos que surjam no interior da sociedade devem ser reprimidas imediatamente nessa perspectiva.

As ideologias externas são tratadas como um perigo, “aqueles cidadãos que acabaram identificados internamente com essas ‘ideologias estranhas’ foram tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional”.²²⁷ Não por acaso, o anticomunismo foi tão característico do período para a perseguição a inúmeros opositores da ditadura civil – militar brasileira. A DSN identificava os cidadãos adeptos do comunismo, socialismo e anarquismo como “subversivos”, por se oporem a ordem vigente.

À DSN se soma uma tradição anticomunista no Brasil que data desde os anos 30 e que ganha força no contexto em que a Guerra Fria polariza o mundo entre EUA e URSS. Havia discursos anticomunistas e já no século XIX, mas uma tradição se consolida a partir da Revolução Russa de 1917 e através da Intentona Comunista, de 1935, como argumenta Rodrigo Patto Sá Motta:

“A ‘Intentona Comunista’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática, com monumentos e paradas cívicas de caráter marcadamente militar. A violência do episódio e os objetivos dos revolucionários foram exagerados e caricaturados, para aumentar o impacto da propaganda e insuflar o medo. Foram muitas décadas de

²²⁶ PADRÓS, Enrique S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas Repressão e violência. In: FICO, Carlos. [et al.] Orgs. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas** — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 144

²²⁷ *Ibid.*, p. 144.

intensa campanha anticomunista, com destaque para representações negativas sobre a União Soviética e demais países socialistas[...].”²²⁸

O anticomunismo ganhou cada vez mais espaço após a insurreição, alimentando as propagandas de grupos anticomunistas com o intuito de difundir o medo na sociedade. As representações contrárias a essa ideologia de esquerda tinham três matrizes diferentes: liberalismo, nacionalismo e cristianismo.

A começar pelo liberalismo, que divergia do comunismo por este sufocar a liberdade a favor do autoritarismo político e destruir a propriedade privada desapossando e estatizando bens particulares.²²⁹ O liberalismo predominante no Brasil com pouco apreço com as práticas democráticas, se importando mais com lutar contra a intervenção estatal do que com a participação política, afirma Rodrigo Sá Motta.

O nacionalismo se aproxima do que Enrique Padrós explicou sobre a Doutrina de Segurança Nacional. Os modelos conservadores de nacionalismo estão na origem do nacionalismo de vertente direitista e anticomunista, que visa a nação “como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social”.²³⁰ Assim como a doutrina, nessa valorização da identidade nacional há uma preocupação intensa com cidadãos que abalem essa ordem estabelecida, essa unidade nacional, a partir de um conflito ideológico por “subversivos”.

Por último, mas extremamente importante, há a matriz do cristianismo. Ela entende o comunismo como um concorrente que apresenta valores e uma visão de mundo conflitante com a que a religião cristã propõe. Algumas delas são: “negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; [...]”.²³¹ Ou seja, essa matriz do cristianismo construiu e propagou um discurso caracterizando os comunistas como subversores da ordem social estabelecida pelos valores cristãos.

Diante disso, é possível compreender a possibilidade de golpes ao longo da história republicana brasileira a partir dos anos 30. A ditadura de 1964 se apoiou nesse discurso de uma suposta ameaça comunista ao país para fundar um regime ditatorial que durou vinte e um anos. Essa tradição anticomunista serviu de justificativa para realizar violências e censuras contra

²²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: _____. [et al]. Orgs. **Pensar as direitas na América Latina**. 1ª Ed – São Paulo. Alameda. 2019, p. 79.

²²⁹ *Ibid.*, p. 81.

²³⁰ *Ibid.*, p. 81

²³¹ *Ibid.*, p. 80

instituições, grupos e pessoas que defendessem causas dos mais pobres, como é expresso na fala de Dom Hélder Câmara: “Se dou pão aos pobres, todos me chamam de santo. Se mostro por que os pobres não têm pão, me chamam de comunista e subversivo”.²³² Durante a ditadura Igreja vai oscilar entre apoios a ditadura e proximidades com a subversão.

Como foi comentado por Francisco Orofino anteriormente, a Igreja Católica existe por tanto tempo e consegue manter-se apesar das diversas vertentes cristãs que existe em seu interior, como fazer com que bispos progressistas e conservadores tenham de dialogar. Como foi o caso de nomear Dom Eugênio Sales como arcebispo da Província Eclesial do Rio de Janeiro, e os bispos progressistas do Leste Zero nas suas dioceses sufragâneas.

Esse contraste pode ser observado também nas posições diferentes que a instituição católica exerceu em relação ao regime ditatorial em determinados momentos dessas duas décadas de arbítrio. Foi admitido pela CNBB que setores da Igreja apoiaram a ditadura e que ela lamenta o ocorrido, como podemos ver no trecho abaixo:

Se é verdade que, no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada “revolução” com vistas a combater o comunismo, também é verdade que a Igreja não se omitiu diante da repressão tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos.²³³

Nesta declaração a instituição reconhece o apoio cedido de parte da Igreja a ditadura que durou vinte e um anos e que vitimou inúmeras pessoas no país. E ressalta que se posicionou contra a repressão realizada pelos militares no período, que violou os direitos humanos no Brasil. Essas posturas em diferentes não foram unânimes na Igreja, como demonstra Paulo César Gomes.

Possibilita-nos afirmar que, não obstante o apoio da CNBB ao golpe de 1964 e, em seguida, a oposição ao regime militar na década de 1970, essa postura não se deu de maneira unânime e sem disputas internas. Obviamente, a Conferência tinha interesses institucionais, mas há que se considerar que estava inserida em determinado tempo histórico, marcado por certas conformações estruturais. Tampouco se pode ignorar que os bispos, individualmente, também tiveram seu papel nos rumos que a instituição tomou naquele momento, fosse opondo-se ao governo, fosse atuando pela conciliação, ou ainda atuando entre essas duas posições.²³⁴

²³² Ver mais em: [Dom Hélder Câmara - Memórias da ditadura \(memoriasdaditadura.org.br\)](http://memoriasdaditadura.org.br)

²³³ CNBB. **Declaração por tempos novos, com liberdade e democracia**. Disponível em: [CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar - CNBB](#)

²³⁴ GOMES, Paulo C. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira. In: _____. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 13

Além de afirmar que o apoio e oposição não foram unânimes, ele entende que sua contestação a ditadura é caracterizada na década de 1970, pelo menos. Nota-se que as posições distintas estão relacionadas com os momentos e os bispos tiveram importância individuais, seja no apoio ou na oposição. Sobre a oposição, o caso de Dom Adriano Hypólito é representativo devido suas denúncias na *Folha*, no Informativo e no seu apoio aos movimentos locais e nas pastorais sociais.

O bispo diocesano de Nova Iguaçu adquiriu atenção dos militares devido a suas diferentes atuações do período, como foi dito. Mas é importante comentar que essa atenção também está relacionada a interpretação que eles fizeram sobre o brasão de Dom Adriano constituído por uma foice com um cabo no formato de uma cruz com o lema: “*Mandai, ó Senhor, operários*”.

A explicação do bispo para a escolha do brasão é a seguinte:

Lema e escudo inspiram-se no Evangelho: rogai ao senhor da messe que mande operários para sua messe (Mt. 9,38)...

*A foice, instrumento do ceifador, exprime os recursos que Jesus Cristo deu à sua Igreja. Começa em cruz porque é da cruz de Cristo e da cruz carregada com Cristo que os ceifadores e sua ação pastoral tiram a força de salvação. [Grifo do autor]*²³⁵

Apesar da explicação do bispo, a tradição anticomunista existente no Brasil há décadas, associada ao contexto da Guerra Fria, influenciaram na interpretação negativa por parte dos agentes do Departamento de Ordem política e Social (DOPs),²³⁶ que descreveu a combinação entre a foice e a cruz do brasão, entendidos pelo bispo como símbolos de sua pastoral seria uma síntese do “*progressismo católico-marxista*”²³⁷ que ele faria parte.

Traçando um caminho do brasão episcopal passando pela linha pastoral, considerada progressista, até o apoio a movimentos de bairro, os órgãos de comunicação que denunciavam as inúmeras violências, os militares entendiam que o posicionamento do bispo Dom Adriano e da Diocese era político, não religioso. O que exige uma reflexão necessária sobre os limites entre a esfera religiosa e a esfera política.

²³⁵ SCJARRETTA, M. O “68” do Catolicismo Brasileiro e sua Atualidade: o exemplo da Diocese de Nova Iguaçu. In: *Caminhos* (Goiânia. Online), v. 10, pp. 5-18, 2012. p. 9. Disponível em: [| Scjarretta | Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião \(pucgoias.edu.br\)](http://www.pucgoias.edu.br/revista-caminhos)

²³⁶ Além do DOPs, outros órgãos de vigilância e repressão foram criados ou reforçados pela ditadura, como: o Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Polícia Federal (DPF), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), o Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI- CODI). Ver mais em: MOTTA, 2021, p. 104.

²³⁷ SCJARRETTA, 2012, p. 9.

Na *Folha*, Dom Adriano discutia democracia, autoritarismo, socialismo, nazismo, comunismo, capitalismo e outros temas que fazem parte da esfera política. Apesar disso, sempre enfatizou que suas reflexões e atuações nada tem de ideologia política, mas que sua inspiração seria o Evangelho. No entanto, suas críticas a ditadura faziam os militares enxergarem o bispo e a Diocese como contestadores.

Como primeiro exemplo de uma crítica direta ao regime ditatorial podemos citar o texto intitulado de “Contraste”, publicado na edição de 18 de abril de 1976, mesmo ano em que o bispo foi sequestrado. O texto é um artigo escrito por Tristão de Athayde publicado no Jornal do Brasil, onde ele faz uma comparação com do documento *Reconciliação* escrito pelo Papa Paulo VI com as ações da ditadura iniciada em 1964. Vejamos abaixo:

Paulo VI fala da Reconciliação. Ora o que se vem fazendo oficialmente, durante esses últimos anos, é precisamente dividir os brasileiros entre fiéis e infiéis ao “Espírito da Revolução”. [...] Enquanto Paulo VI proclama: nada de represálias, nada de vinganças, cria-se um Estado Policial, em que a caça aos comunistas, a repressão e à “repressão”, a tolerância com a tortura, a recusa a distinguir crimes políticos de crimes comuns, representam pontos capitais do sistema institucional vigente, baseado na onipotência do Poder Executivo, armado com o execrável AI-5.²³⁸

É interessante notar que mesmo que esse artigo não seja do bispo diocesano, ele escolhe publicar por servir bem a linha pastoral de criticar todas as formas de violência, inclusive a violência de Estado. A escolha de confrontar as palavras do Papa Paulo VI com as ações da ditadura representa uma estratégia importante na tentativa de amenizar possíveis arbitrariedades, pois são frases retiradas da obra do próprio Papa, demonstrando que a linha pastoral da Diocese está alinhada com o Pontífice. Além disso, há uma enfática crítica ao aparato repressivo que se construiu no Brasil, principalmente após o AI-5.

O texto ainda traz críticas a teoria da Segurança Nacional, associando-a às ações dos governos de Hitler e Stalin, que teria dividido a população entre amigos e inimigos. Em seguida, críticas são feitas também ao Milagre Econômico e ao nacionalismo exacerbado. O contraste se dá em Paulo VI defender uma sociedade apoiada na união e na recusa ao armamento e violência, tão defendida e exercida constantemente pelo Estado brasileiro.

Na edição de 22 de setembro de 1974 Dom Adriano concede uma entrevista ao editorial da *Folha* sobre a possibilidade de ser bom católico e bom brasileiro concomitantemente. O bispo menciona momentos antigos e situações diferentes em que a religião teve algumas

²³⁸ HYPÓLITO, Dom Adriano. Contraste. **A Folha**. Nova Iguaçu, 18 de abril de 1976, p. 1.

tensões. E não deixou de mencionar a relação entre a Igreja e o Estado no momento em que estava inserido, polarização da Guerra Fria e em meio a ditadura.

O Estado moderno, apesar de todo o liberalismo, apesar de toda a democracia, tem assumido elementos dos regimes totalitários de esquerda ou direita, tem procurado fortificar sobretudo o poder executivo. Daí muitas vezes a incompreensão para a missão profética da Igreja. Da tentativa de enquadrar a Igreja no regime ou no sistema político. Daí as acusações de subversão lançadas contra os cristãos, clérigos ou leigos.²³⁹

Neste momento, o trecho sugere um comentário do bispo acerca de acontecimentos internos e externos em relação ao Brasil. Na década de 1970 bispos da Amazônia, do Pará e da região Norte fizeram críticas enérgicas ao governo,²⁴⁰ bispos da Região Sul da CNBB (São Paulo) denunciavam torturas que estavam acontecendo, mesmo que estivesse previsto na constituição a ilicitude de atos violentos como esse,²⁴¹ então, a democracia e os valores liberais que garantem os direitos civis estavam sendo violados. Isso porque havia a incompreensão da atuação da Igreja, forçando ao clero a se enquadrar as leis do governo ditatorial. Aqueles que se recusassem, são alvos de repressão estatal.

De 9 de julho de 1978 a 13 de agosto deste mesmo ano, a seção “Ministério da Palavra” ficou reservada a discutir a relação entre Igreja, política e Estado. Nesse intervalo de publicações Dom Adriano revela sua noção de política:

Todo relacionamento social é necessariamente político, importa num dar e receber que inclui concessões, respeito, serviço mútuo. Daí nasce o que chamamos de política partidária: pessoas que pensam igual e por isso se associam para realizar os fins comuns. [...] Toda política partidária visa a tomar o poder, para realizar os fins comuns.

A Igreja tem de ser política na sua atuação pastoral, pois se ocupa com a dimensão comunitária das pessoas. Não pode deixar de ser assim. O espiritual, que preocupa a Igreja, é sempre um espiritual encarnado na realidade concreta da pessoa humana e da comunidade. Não existe espiritual abstrato, aéreo, assim como não existe criatura humana que não seja ligada às dimensões de tempo e espaço.²⁴²

Esse excerto é importante para uma melhor compreensão do trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu nesse período. Há na fala do bispo uma distinção clara entre dois modos de fazer política: a partidária e a política relacionada a sua pastoral. A partidária está

²³⁹ HYPÓLITO, Dom Adriano. Ministério da palavra: É possível ser bom católico e bom brasileiro?. **A Folha**. Nova Iguaçu. 22 de setembro de 1974. p.4

²⁴⁰ GOMES, 2014, s/p.

²⁴¹ HYPÓLITO, Dom Adriano. Bispos denunciam prisões e torturas. **A Folha**. Nova Iguaçu. 23 de julho de 1974. p.2.

²⁴² HYPÓLITO, Dom Adriano. Ministério da Palavra: por que o senhor se preocupa com a política?. **A Folha**. Nova Iguaçu. 06 de agosto de 1978. p.4.

associada a necessidade de poder, enquanto a atuação política que acredita desempenhar na sua pastoral visa uma dimensão comunitária, presente nas trocas entre as relações. Aqui também ele responde ao senso comum de que a Igreja lida apenas com o espiritual. O bispo discorda disso demonstrando que enxerga o ser humano de forma concreta, ligado ao tempo e ao espaço.

Perguntado sobre a atuação do bispo e da Diocese ser política ou religiosa, Percival Tavares responde que “não dá para separar uma coisa da outra [...] eu lembro de uma frase muito cara a Dom Pedro Casaldáliga [...] ‘tudo é política, mas política não é tudo’”.²⁴³ Percival explica que a frase expressa uma ideia de que independente da pessoa se posicionar politicamente à direita ou à esquerda, um discurso qualquer dela ainda vai possuir um caráter político. Outro exemplo mencionado pelo entrevistado foi um cântico religioso, que pode apresentar um posicionamento político. Como o “Canto de Comunhão” que mencionamos anteriormente, que demonstra uma concepção de justiça e críticas a ditadura.

Francisco Orofino também entende que não havia uma separação na atuação da Diocese. Ele afirma que a formação “era completa. [...] Era uma formação humana, social e teológica. Era uma formação que não conheço. E olha que já viajei para fora e eu nunca conheci uma diocese em que houvesse um projeto formativo tão completo”. Interessante como as palavras de Orofino são bem parecidas com as que Dom Adriano utilizou. Ele reafirma a atenção do bispo e da Diocese para com a questão social, além da espiritual.

Nilton dos Anjos é outro entrevistado a concordar que não há separação:

Olha, eu acho que, a questão brasileira, acho que é quase uma ingenuidade separar religião de política. Não no sentido partidário! não no sentido partidário! Mas acho que qualquer profissão de fé que você faça e dependendo das causas que você lute, é já uma opção política. O que eu acho que já não dá para se confundir, é achar que toda experiência religiosa seja necessariamente política.

Para mim, Dom Adriano sempre fez política. Só que nunca foi partidário. Diferentemente de outros, que tem outros bispos que além de fazer política, faziam política partidária. Seja da Igreja progressista, seja da parte mais conservadora.²⁴⁴

Aqui outro aspecto da fala do bispo que foi abordada, a diferença entre política partidária e o que Dom Adriano chama de fazer política na pastoral. Nilton enfatiza que o franciscano não exercia política partidária, mas sim outra forma de política em suas atuações. Assim, se torna

²⁴³ SILVA, Percival T. da. **Entrevista virtual [fevereiro de 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

²⁴⁴ OLIVEIRA, Nilton José dos Anjos de. **Entrevista virtual [setembro de 2021]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2021.

mais claro que política e religião sempre estiveram entrelaçadas na linha pastoral da Diocese, desde os primeiros anos do bispado de Dom Adriano Hypólito. Tanto que ele estava sendo observado pela comunidade de informação da ditadura, mesmo que sua forma de fazer política não fosse partidária.

Abner Sótenos analisa relatórios de espionagem e revela que desde o ano de 1968 o trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu sob o bispado de Dom Adriano estava sendo acompanhado e que em 1974 o SNI/RJ teria recomendado o mesmo pelos órgãos de comunicação.²⁴⁵ Inclusive, *A Folha* foi compreendida por esses serviços de espionagem como método de sedução da população pela Diocese.²⁴⁶

A julgar pelos antecedentes subversivos do bispo de Nova Iguaçu – como se pode verificar na leitura da informação supra – nº 503, de 20.08.75, da Agência Central do SNI e em outros documentos que temo sobre esse cidadão – sua visita ao governador, cuja audiência teria sido devida ao [...] aparecimento de cadáveres nos municípios da Baixada Fluminense, e com que tanto destaque foi noticiado [...] servirá, pela repercussão que o assunto em tela envolve, como mais um elemento do qual se valerá o PCB para alimentar a campanha que move contra a SSP/RJ. e D. Adriano capitalizará para a campanha que, pessoalmente, move contra o governo.²⁴⁷

Abner Sótenos afirma que reiterar é a principal técnica que inculpação da comunidade de informações, como ocorre no trecho acima do relatório produzido pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), de 1978. Ainda é perceptível a classificação feita de Dom Adriano como subversivo, novamente uma relação com a visão da DSN. O autor ainda identifica nos documentos que a comunidade de informações fazia uma distinção entre oposição não subversiva e a prática da subversão. Esta última é entendida por essa comunidade como interessada em transformar a sociedade moralmente conduzindo a uma revolução socialista e visando a derrubada do governo ditatorial.²⁴⁸

Em 1976 a situação se agravou na Diocese de Nova Iguaçu, quando o bispo Dom Adriano foi sequestrado na noite de 22 de setembro por seis homens. “Eles puseram um capuz na minha cabeça e me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar o meu corpo. Estava certo de que iam me matar”²⁴⁹. O bispo comenta que começou a refletir sobre os motivos para que estivessem fazendo tal violência com ele, até

²⁴⁵ SÓTENOS, 2016. p. 74.

²⁴⁶ *Ibid.*, 74.

²⁴⁷ Informação SNI nº. 503/19/AC/75. APERJ: série Informações, pasta 155, fol. 66-71.1978). Ver mais em: SÓTENOS, 2016, p. 75.

²⁴⁸ SÓTENOS, 2016, p. 85.

²⁴⁹ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Dom Adriano: o terceiro bispo. In: **Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão 1960 – 2010**. Nova Iguaçu. 2010, p. 37.

perceber que é devido sua atuação diante da Diocese.²⁵⁰ Neste dia ele foi pintado de vermelho, largado nú em Jacarepaguá e seu carro foi levado e “explodiu na porta da sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Largo da Glória, no centro do Rio de Janeiro. Ninguém foi punido pelo sequestro. Depois, o jornal O Movimento denunciou o Tenente-Coronel do Exército José Ribamar Zamith pelos crimes.

A edição de 19 de dezembro de 1976 da *Folha* apresenta a entrevista do bispo pelo folheto. Nesta entrevista, ele relaciona o episódio com a Questão Religiosa, ocorrida no século XIX, quando a maçonaria teria utilizado de todos os recursos para condenar legalmente membros da Igreja. A diferença estaria na forma de atuar nas sombras, como aconteceu em seu sequestro e não legalmente como no século passado. Comenta ainda que o objetivo do crime que sofreu seria por vingança, tentativa de o humilhar e de o desmoralizar.

Na mesma entrevista ele denuncia a minimização do ocorrido e a incessante condução da investigação em considerar o crime resultado de vingança pessoal. Afirma que a Igreja sempre incomodou os poderosos ao longo da história, incomoda e sempre incomodará. Uma Igreja que se posiciona “abertamente a favor dos direitos humanos, não como abstração filosófica e teoria, mas como realidade concreta, constantemente profanados e violados, é uma Igreja incômoda que se deveria amordaçar”.²⁵¹

Essa questão da tentativa de desmoralizar o bispo é discutida por Abner Sótenos a partir dos documentos a que teve acesso. Ele conclui que há relatórios da comunidade de informações culpando o bispo pelo ocorrido, descreviam a que Igreja teria planejado e executado o sequestro e que havia claro propósito da ditadura em expor o bispo franciscano como capaz de elaborar um projeto de derrubada do governo, visando construir uma ditadura de esquerda.²⁵²

No ano seguinte a edição da *Folha* de 29 de maio foi substituída por uma versão falsificada, que continha uma entrevista²⁵³ do então bispo de Diamantina, Dom Proença Sigaud acusando os bispos da Prelazia de São Félix do Araguaia e de Goiás Velho, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino respectivamente, de comunistas. Segundo D. Adriano, a falsificação teve vários exemplares distribuídos em igrejas de Nova Iguaçu, na Baixada

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 37

²⁵¹ HYPÓLITO, Dom Adriano. Sentido de um sequestro. **A Folha**. Nova Iguaçu. 19 de dezembro de 1976, p. 4

²⁵² SÓTENOS, 2016, p. 76-77.

²⁵³ A entrevista foi dada ao Jornal do Brasil, em 04 de maio de 1977.

Fluminense e no Rio de Janeiro. E outros exemplares avulsos foram enviados para outras dioceses.²⁵⁴

O assunto foi abordado no Boletim Diocesano de 1º de julho de 1977 sob um tom de denúncia e condenação. A mensagem explica o conteúdo dessa edição clandestina que foi distribuída e afirma que a intenção por trás dessa atitude de “elementos desconhecidos” seria de “criar confusão nos fiéis e difamar a linha pastoral de nossa Diocese e do nosso bispo”.²⁵⁵ A mensagem é concluída prestando solidariedade a CNBB e a Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino e adverte aos fiéis sobre os ataques que a Diocese e o bispo têm sofrido.

Na mesma edição e página do Boletim Diocesano foi escrita por Dom Adriano uma nota oficial da Diocese a respeito da intervenção do Exército que impediu a conferência de direitos humanos no Cenfor, marcada para o dia 19 de junho. Nesse texto há uma tentativa de esclarecer que não havia qualquer aspecto contestatório na conferência, que apenas se trata de um tema cristão, importante. O bispo prossegue dizendo que desde o sábado, dia 18, que o Exército e a Polícia apareceram inúmeras vezes ao Centro de Formação de Líderes com variados pretextos utilizando metralhadoras e rondando o local. No dia da conferência pessoas apareceram para o evento devido a dificuldade de avisá-las. O cancelamento foi determinado pelo “Sr. Comandante do 1º Exército e, transmitida pelo Sr. Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales”.²⁵⁶

Os meses finais de 1979 trouxeram ameaças ao bispo diocesano Dom Adriano Hypólito. “O bispo não aprendeu a lição e por isso receberá um castigo ainda mais violento que a primeira vez” dizia uma ameaça por telefone. Em novembro do mesmo ano a Catedral, a Igreja Santo Antônio da Prata e a Igreja de Santa Rita amanheceram pichadas com ofensas ao bispo.²⁵⁷

Em 20 de dezembro de 1979 outro ataque foi feito ao bispo diocesano explodindo uma bomba na Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, localizada no centro de Nova Iguaçu. A explosão foi ouvida a 2km de distância pela cidade, destruiu o sacrário e não houve mortes. Até o dia da publicação no *Boletim Diocesano* ainda não era conhecido o tipo de bomba que foi

²⁵⁴ O bispo Dom Adriano explicou que houve acusações de oficiais da Vila Militar de Realengo, subúrbio do Rio de Janeiro. A Folha era chamada de “jornal comunista”, inclusive. Ver mais em: HYPÓLITO, Dom Adriano. Um pouco de história de A Folha. **A Folha**. Nova Iguaçu. 21 de novembro de 1993, p. 1

²⁵⁵ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Mitra diocesana de Nova Iguaçu: sobre uma edição clandestina de A Folha. **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, nº 103, 1º de julho de 1977. p. 8

²⁵⁶ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Conferência sobre “Direitos Humanos”: Nota oficial da Diocese de Nova Iguaçu. **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, nº 103, 1º de julho de 1977. p. 8 – 9.

²⁵⁷ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Centenário Dom Adriano Hypólito: profeta da Baixada**. Nova Iguaçu – RJ. 2018, p. 9

armada. Mas na entrevista concedida pelo bispo a *Voices* em 1981 a bomba foi classificada como “Trótil”, de uso exclusivo das Forças Armadas.²⁵⁸

Todas as paróquias amanheceram fechadas no dia 23 de dezembro em sinal de protesto. No dia 30 de dezembro do mesmo ano uma multidão de cerca de 10 mil pessoas se reuniu em procissão pela cidade iguaçuana como sinal de apoio ao bispo e a Diocese expondo o sentimento de desagravo pelo atentado.²⁵⁹ Autoridades civis e eclesiásticas participaram do ato como representantes de instituições como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre outras.²⁶⁰

Todos esses casos de repressão na Diocese de Nova Iguaçu, como foi visto, estão relacionados a interpretação dos órgãos de espionagem de que o bispo e a atuação de sua Diocese exercessem práticas de subversão. Em plena ditadura civil-militar e no contexto da Guerra Fria fazer críticas a ações repressivas, a censura e aos problemas de ordem política e econômica do país permanecendo ao lado dos mais pobres, é uma atitude compreendida como subversiva pelos militares. Anteriormente, mencionamos Dom Helder Câmara comentado sobre isso em sua célebre frase. Outro caso que pode ser incluído aí o caso de Dom Waldyr Calheiros, que denunciou ao núncio apostólico Dom Mozzoni, a tortura de membros da JOC presos em Barra Mansa, pelo 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB). O comandante do batalhão negou as denúncias e o presidente Médici encorajou o prosseguimento de investigações contra Dom Waldir, que já existia pelo IPM desde o ano anterior.²⁶¹

Entretanto a oposição ao trabalho da Diocese de Nova Iguaçu não era apenas externa, mas interna também. Isso quer dizer que membros da Igreja também chegaram a atuar contra a linha pastoral de Dom Adriano. Já mencionamos Dom Eugênio Sales, que dificultava o trabalho pastoral do Leste Zero. Além disso, teve relação com o cancelamento da conferência sobre direitos humanos no Cenfor, interdita pelo Exército. Sótenos afirma que houve uma dupla intervenção nesse momento: uma pelo comando militar regional e outra pelo setor que se opõe ao modelo de Igreja exercido pela Diocese, representado no cardeal Dom Eugênio Sales.²⁶²

²⁵⁸ HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: “Meu sequestro ainda é um mistério”. **Revista de Cultura Voices**. Ano 75, n.1, janeiro e fevereiro de 1981.p. 54.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 54

²⁶⁰ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Centenário Dom Adriano Hypólito: profeta da Baixada**. Nova Iguaçu – RJ. 2018.p. 9

²⁶¹ GOMES, 2014, s/p

²⁶² SÓTENOS, 2016, p. 83.

Inclusive, Orofino comenta que, em 1970 ocorreu a morte do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. Então, um grande número de padres da arquidiocese do Rio de Janeiro se articulou para trazer um novo bispo chamado Dom Aloísio Lorscheider. Mas Roma recuou devido à forte pressão do governo ditatorial e nomeou ao cargo Dom Eugênio Sales, advindo de Salvador. Mais tarde, ele teria expulsado da arquidiocese todos aqueles que assinaram a lista para que Dom Aloísio viesse e assumisse o cargo, como ato de vingança. Dom Adriano, por sua vez, acolheu esses padres expulsos e foi criando um corpo para alimentar a linha pastoral da Diocese. Pe. Agostinho Pretto e Pe. Bruno são dois desses novos membros acolhidos pelo bispo. “Por isso a grande resistência do regime militar a pastoral de Dom Adriano”.²⁶³

O bispo franciscano teve de lidar com uma oposição religiosa ainda mais próxima que aquela representada por Dom Eugênio Sales. Isso porque houve um descontentamento de parte do clero católico com posicionamentos exercidos pelo bispo e pela Diocese. A Igreja Católica é uma instituição milenar e plural, reunindo diversas visões do que é ser cristão em seu interior. Portanto:

Dentro da diocese existem muitas concepções conflitantes sobre o papel da Igreja, sua relação com a política e, portanto, sua relação com os movimentos populares. A tendência é de apoiar o MAB, mas uma parte do clero se opôs ao movimento. Até alguns católicos progressistas achavam que a esquerda pouco fizera na organização das bases e, portanto, não deveria conduzir o movimento. Dentro de sua visão, o povo, não os intelectuais, deveria liderar os movimentos populares.²⁶⁴

Diante do trecho acima é notável uma divisão de opiniões no interior da Diocese acerca da existência do MAB e até de quem deveria liderar. O que mostra uma complexidade para um melhor entendimento das realizações da Diocese de Nova Iguaçu. Há posicionamentos de padres e de agentes da pastoral da Diocese que se opuseram a organização da população, com objetivos políticos, dentro da Igreja local.²⁶⁵

Havia também conflitos entre o clero conservador e o MAB, além desses conflitos entre o clero progressista e o movimento. Mainwaring menciona um padre de uma linha moderada, mas que possuía atitudes autoritárias e paternalistas desestimulando pessoas que faziam parte da paróquia e dos clubes de mães a não participar do MAB.

²⁶³ OROFINO, Francisco. **Entrevista virtual [fevereiro 2022]**. Entrevistador: Matheus da Silva Sampaio. Nova Iguaçu, 2022.

²⁶⁴ MAINWARING, 1989, p. 226.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 226.

O MAB foi uma iniciativa de fora. Começou aqui, na minha paróquia, mas escapou das minhas mãos. Eram uns médicos do Rio que queriam fazer algo para a miséria da Baixada. Desligamos porque era gente que vinha de fora. A gente não entendia para onde caminhava. Era aproveitar um trabalho de base que a gente tinha feito. Eu tenho receio. Atrás do MAB eu vejo uma ideologia que não é cem por cento minha e os operários não têm uma maneira de defesa contra essa ideologia, não tem elementos para captar essa ideologia.²⁶⁶

A partir do relato acima, é compreensível as divergências que haviam no interior da Diocese de Nova Iguaçu, e que segundo Mainwaring, reflete conflitos e debates em toda a Igreja do Brasil e da América Latina. No caso mencionado, há uma crítica aos médicos e pessoas que vinham de fora da Igreja para fazer parte do MAB. Há um receio sobre o direcionamento do movimento, o que resulta no afastamento do entrevistado e na sua preocupação em estimular outros membros da Igreja local a abandonarem o MAB.

Outro caso de oposição encontrado na Diocese de Nova Iguaçu, é possível visualizar na contestação de Pe. Valdir Ros sobre algumas decisões e atuações de Dom Adriano. O padre chegou acompanhado de quinze jovens à Diocese, em 1968, num momento de sua estruturação, necessitando aumentar a quantidade do clero para atender a população local. Ele chegou a região e atuava como “reitor” do Seminário Estrela Missionária, apesar de Dom Adriano seja o fundador do Instituto Estrela Missionária (IEM).²⁶⁷

O conflito entre o bispo diocesano e pe. Valdir Ros teria início a partir da doação da casa paroquial para o IEM feita pelo padre José Beste, que retornou para a Alemanha. Segundo padre Ros, padre Beste teria pedido a Dom Adriano que entregasse a casa aos cuidados do IEM, mas o bispo nomeou padre Antônio Laranjeiras como vigário. Em 1979, foi criado o ramo feminino do IEM, mas o conflito entre o bispo diocesano e pe. Valdir Ros teria influenciado a decisão do bispo em não autorizar a instalação do seminário na casa doada pelo padre José Beste.

Em 1980, devido aos conflitos frequentes, Dom Adriano convocou os padres Valdir Ros e Fernando Gomes para uma reunião na casa episcopal. Pe. Ros relata que o bispo teria feito três exigências para a permanência do IEM na Diocese: que o IEM lhe vendesse a casa de Belford Roxo; que cedesse o Pe. Ari Antunes para a Diocese; que o IEM assumisse a linha

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 226-227.

²⁶⁷ O conflito aqui discutido entre padre Valdir Ros e Dom Adriano está baseado no texto: SERAFIM, Adriana. “Guerra do Riachão”: conflito religioso e disputa política na Diocese de nova Iguaçu (1982). In: SALES J.; FORTES, Alexandre (Orgs). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. 1ª Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

pastoral diocesana. Pe. Ros teria deixado de seguir a hierarquia católica desde 1977, por ter percebido, segundo ele, uma “infiltração comunista na Diocese de Nova Iguaçu”.

Em uma carta ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, ainda em 1980, padre Ros declarou não concordar com as exigências do bispo, afirmando ter recebido a casa por doação e, portanto, não podendo vendê-la. Além disso, disse que também não poderia ceder padres do IEM a Diocese, pois assim deixaria de ser um instituto missionário. Posteriormente, o sacerdote Valdir Ros foi aconselhado por Dom Eduardo Pironio, Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos do Vaticano a criar uma casa do Instituto em outra diocese, pois buscar elevá-lo a Instituto de Direito Pontifício. O que tornaria a instituição subordinada apenas à Santa Sé e ao padre Valdir Ros. No entanto, no ano seguinte, uma carta foi assinada pelos membros do Conselho Presbiteral e do Conselho Diocesano e enviada a todos os bispos do Brasil e de outros países, divulgando a versão da Diocese de Nova Iguaçu. A carta trazia argumentos que o padre Valdir Ros estimulava escândalos, que o IEM estaria prejudicando a Igreja Católica, pois estaria dividindo as pessoas e que não estava seguindo a linha pastoral diocesana. Assim, o Conselho pedia na carta, que nenhum passo fosse dado pelo clero católico que permitisse ao instituto se tornar uma fundação religiosa.

Segundo o bispo diocesano, padre Ros pediu para que enviasse outro vigário para o Riachão, pois iria transferir o ramo masculino do IEM para a Diocese de Ponta Grossa, no Paraná. Padre Agostinho Pretto foi o indicado para ser vigário. Ele que, no fim dos anos 60 tinha sido nomeado assistente nacional da Juventude Operária Católica (JOC) e foi preso e torturado pela ditadura. No entanto, seu mandato no Riachão foi cumprido por apenas três meses, pois teria sofrido uma agressão na igreja da Palhada 1, por ações do padre Valdir Ros e pessoas próximas a ele. As agressões teriam revivido o drama das torturas a pe. Agostinho Pretto.

Em 1981 O Instituto estrela Missionária do Riachão deixa de fazer parte da Diocese de Nova Iguaçu, de mudança para Ponta Grossa. O padre Fernando Gomes de Melo definiu os detalhes da mudança enquanto o pe. Valdir Ros viajava para a Alemanha, sem a permissão de Dom Adriano, para arrecadar recursos para o novo seminário. No entanto, Ros se descontentou com a informação de que Dom Geraldo Pellanda, bispo de Ponta Grossa, seria o diretor do IEM, o que o fez desejar o retorno do Instituto para Nova Iguaçu. Em discordância com os outros membros, os expulsou da Instituição e retornou sozinho para Nova Iguaçu, em 1982. No prédio do seminário, no bairro do Riachão, novamente sem a permissão de Dom Adriano, arrombou a porta da Igreja e expulsou o vigário. Sob o argumento de que o bispo era comunista, mobilizou

fiéis, ocupando mais de vinte templos em diferentes bairros, levando a discordância a uma discussão sobre um possível cisma, com o objetivo de criar outra diocese. Os acontecimentos ganharam tamanha proporção que se tornaram notícias na imprensa, que relatou xingamentos e vaias entre fiéis em determinados momentos.

Dom Adriano justificava as atitudes do padre relacionando a esquizofrenia. Em setembro de 1981, Valdir Ros tinha sido internado numa clínica para doenças mentais, por outros padres não identificados. Mas Dom Adriano também que pessoas enxergavam no comportamento de Ros interesses de dificultar a atuação da linha pastoral da Diocese, e que sua mentalidade correspondia a de grupos radicais de direita. No entanto, ele não possuía provas para corroborar essas afirmações. O convívio entre ambos não havia alcançado esse nível em anos, até a linha pastoral diocesana aplicar propostas do Concílio Vaticano II. Pe. Valdir Ros foi um dos clérigos que tiveram uma formação diferente e anterior ao que é proposto no Concílio, o que ajuda a entender, em parte, as dificuldades que diversas dioceses pelo país tiveram de aplicar ideias conciliares em suas jurisdições, inclusive a Diocese de Nova Iguaçu.

Por fim, há relatos de que o padre Valdir Ros recebe apoio do mesmo grupo que esteve envolvido no sequestro do bispo diocesano em 1976. Proprietários de jornais também cederam recursos financeiros para o padre manter a ocupação nos templos. O que demonstra uma diversidade na oposição ao trabalho pastoral liderado por Dom Adriano, que vai do interior da Igreja como, Dom Eugênio Sales, pe. Valdir Ros e outros membros conservadores do clero, até empresários e militares. No início do bispado de Dom Adriano a elite iguaçuana estava ao seu lado, mas ao perceberem que os discursos do bispo privilegiavam os interesses dos mais pobres ela teria se afastado, segundo Antônio Lacerda, responsável pelo Arquivo Diocesano.²⁶⁸

²⁶⁸ Ver mais em: GOMES, 2017, p. 174.

4 Considerações finais

Diante do que foi exposto é possível compreender como ocorreu a organização da Diocese de Nova Iguaçu sob o bispado de Dom Adriano Hypólito. Desde 1966 na Baixada, presenciou a realidade de desigualdade que assolava a região e soube criar pastorais sociais que responderam a esses problemas, como: as Comunidades Eclesiais de Base, Clubes de Mães, Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra e Sindicato das Domésticas. Pastorais que lidavam com a demanda material de subsistência daquela população. Além disso, a Diocese apoiou movimentos sociais leigos que possuem origens antes mesmo do seu surgimento.

É interessante refletir sobre este ponto porque o processo de conscientização tão enfatizado pela Diocese e por Dom Adriano não é um esforço que parte da Diocese para conscientizar os fiéis. Não existe conscientizador e conscientizado, como demonstra Paulo Freire. A região já possuía um histórico de luta popular antes mesmo da Diocese surgir, como é o caso do MAB. Antes mesmo da postura da Igreja local mudar de um mero assistencialismo para uma linha pastoral em que os mais pobres são protagonistas.

Esse processo de conscientização está relacionado ao pensamento de Paulo Freire, que influenciou a atuação da Diocese de Nova Iguaçu nesse período. A pedagogia freiriana valoriza a realidade daquele que está em processo de alfabetização e ela foi utilizada pela Diocese no Projeto Educar, cujo público alvo era alfabetizar adultos de várias comunidades. A realidade do mais pobre é também trabalhada do folheto litúrgico *A Folha*, um dos três órgãos de comunicação da Diocese iguaçuana.

A Folha tece uma identificação espontânea com o leitor da realidade sofredora, que era comum na Baixada Fluminense. “Severino”, “dona Maria”, “Zé da Silva”, “Brasilino” são nomes presentes em textos do folheto utilizados para descrever a realidade desigual em que estavam sujeitos. E são nomes comuns ou que remetem a uma identidade nacional, com o objetivo de fazer o leitor se identificar com a realidade desses personagens. Ou seja, “Maria” um nome muito popularizado no Brasil com o catolicismo, como “Zé da Silva”. “Maria” é mãe do filho do Deus cristão e “Zé” é uma redução de “José”, obviamente uma referência católica e popular, e “Silva” um sobrenome dos mais populares do Brasil, se não o mais popular.

O personagem “Brasilino” é uma clara referência ao Brasil, que se torna um nome próprio masculino nas denúncias do semanário. O leitor consegue se identificar com cada um

dos personagens a partir do nome, seguindo pelo conteúdo veiculado nas páginas do semanário. O processo de conscientização se passa por esses artigos e adentram nas páginas da Folha, passando por “Ato Penitencial”, “Orações”, “Preces”, “Cantos de Comunhão”, “Mensagens para a Vida”, “Ministério da Palavra”, “Catabis & Catacreses” e outras seções do folheto. O que demonstra uma forte relação entre política e religião nessas páginas a ponto de não ser possível distinguir onde termina a esfera política e onde começa a esfera religiosa, e vice-versa.

Assim são as interpretações do bispo em suas entrevistas acerca da sua atuação e da Diocese, que identificamos também nas memórias dos entrevistados que tivemos contato. Cada qual com sua participação singular, mais próximo ou não, não enxergam uma clara divisão entre ambos. Os entrevistados, o bispo e as pessoas do período não enxergavam suas atuações como excesso daquilo que o cristão deva fazer. Em suas visões, são protagonistas da história e devem garantir o Reino de Deus no mundo temporal. Fazer com que a realidade terrena deixe de ser um local de opressão, desigualdade e injusto, para se tornar um lugar cujo referencial é o amor ao próximo, principalmente aos pequenos e oprimidos.

Além de um dos instrumentos do processo de conscientização realizado na Diocese de Nova Iguaçu entendemos o folheto como um objeto operador da memória social. Ora, ele conserva a essência do passado em que os embates entre a linha pastoral da Diocese, com apoio movimentos sociais, e a ditadura ocorriam. Ele conserva esse passado caracterizado pelas injustiças, desigualdade social, violência, o surgimento da Teologia da Libertação como elementos de extrema importância para a compreensão do período complexo das décadas de 1970 e 80. Nele é possível identificar as complexidades comuns entre a região da Baixada, representada pela Diocese de Nova Iguaçu e o cenário nacional, guardando suas singularidades. Por conservar essa essência de um período histórico, de resistência à ditadura como demonstra essa pesquisa, A Folha é tratada como um documento histórico e monumento de recordação, de acordo com o pensamento de Jean Davallon.

Justiça é um dos temas centrais para se pensar a atuação da linha pastoral da Diocese desenvolvida por Dom Adriano. Podemos perceber que é um termo reinterpretado nas escrituras cristãs a luz da realidade dos mais pobres. Assim, a realidade de injustiça que permeia o cenário nacional e regional são amplamente criticadas nas páginas do folheto, por exemplo. A opção preferencial pelos pobres resulta em todas as frentes de resistências criadas e organizadas pela Diocese.

A *Folha* está inserida aqui como uma das fontes principais da pesquisa, ao lado das memórias dos entrevistados. As duas fontes compõem o que entendemos como *memórias da resistência*, por inspiração dos escritos de Pilar Calveiro. A variedade dessas memórias, que conflitam entre si e diante de arquivos e bibliografias, é característica dessas memórias. Elas permitem reunir fragmentos do passado de forma que se relacionam de acordo com as necessidades do presente. Não há a intenção de recuperar o passado intacto a partir dessas memórias e do objeto de recordação, mas o que é possível de ser recuperável. Um exemplo disso, é a composição e demais questões acerca do Leste Zero, um grupo fundado sob as inspirações do Concílio Vaticano II, dos CELAMs de Medellín e de Puebla, e da Teologia da Libertação, ao mesmo tempo que influenciava esses eventos e corrente teológica numa relação dialética. A existência do grupo não foi encontrada nas várias pesquisas e obras já publicadas, que tivemos acesso, sobre a atuação de Dom Adriano ou da Diocese de Nova Iguaçu durante a segunda metade do século XX. Portanto, apenas a partir da entrevista de Orofino que foi possível conhecer importantes informações sobre ele. Percival já teve contato através das conversas que teve com Pe Agostinho Preto. Então, se trata de uma lacuna nesse passado da Diocese que a bibliografia ainda não preencheu até o momento. Não se sabe com precisão o início, o fim e maiores detalhes a respeito do Leste Zero, o que permanece como possibilidade para futuras pesquisas ao lado de outras questões.

Por fim, outra perspectiva importante assumida nesta pesquisa e que não encontramos em outras pesquisas é a interpretação de que Dom Adriano e Dom Waldyr Calheiros contribuíram para o surgimento da Teologia da Libertação através das linhas pastorais em suas dioceses. Novamente, Francisco Orofino trouxe essa questão que não é abordada em outros trabalhos conhecidos sobre as atuações do bispo e da Diocese até o presente momento. Portanto, as memórias das resistências contribuem para uma composição do passado com fragmentos como esses. Mesmo que deixem lacunas sobre quando surgiu o Leste Zero e quando foi finalizado, ainda preenchem outros espaços importantes desse passado.

5 Referências

Fontes impressas e digitais

- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu. 1 de Janeiro de 1969. p. 1.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu 1969-1992. Disponível em: [Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ: Boletim Diocesano da Diocese de Nova Iguaçu](#).
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1972.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1973.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1974.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1976.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1977.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1978.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1979.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **A Folha**, Nova Iguaçu, 1993.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Centenário Dom Adriano Hypólito: profeta da Baixada**. Nova Iguaçu – RJ. 2018.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Entrevista. **Informativo**. Nova Iguaçu, Ano 1, nº3, 1977. Disponível em: [Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ: Informativos da Diocese de Nova Iguaçu](#).
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão 1960 – 2010**. Nova Iguaçu. 2010.
- HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: “Meu sequestro ainda é um mistério”. **Revista de Cultura Vozes**. Ano 75, n.1, janeiro e fevereiro de 1981.
- MEDELLÍN. Documento de Medellín - **Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II**. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de 1968. Texto Integral. 2017., p. 4. Disponível em < <https://spirandiopadre.wordpress.com/documento-de-medellin-texto-integral/> >

Bibliografias

- ALVES, José Claudio. **Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- BEOZZO, José O. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia 1959-1965**. Tese de doutorado. USP. São Paulo 2001.
- _____; LORSCHIEDER, Aloísio. **500 Anos de Evangelização da América Latina**. Petrópolis. Editora Vozes. 2ª edição, 1992.

CALVEIRO, Pilar. Testimonio y memoria em el relato histórico. **Acta Poética**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, v.27, n°2 – OTOÑO, 2006, p. 70. Disponível em: [Testimonio y memoria en el relato histórico | Calveiro | Acta Poética \(unam.mx\)](#)

_____; La memoria y el testimonio como asuntos del presente. **Megafón, la batalla de las ideas**. v.16, n°2. Buenos Aires: CLACSO, setembro 2017. [Acessado em 10 maio 2021]. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/megafon/pdf/Megafon_16_2_Pilar_Calveiro.pdf.

COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ) – De cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970**. Tese de doutorado. UFF, 2009.

DAVALLON, Jean. A Imagem, uma arte da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. – Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 23-38.

ENNE, A. L. S. *Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações*. **Ciberlegenda** (UFF), n.n.14, 2004. [Acessado em Fevereiro 2020] Disponível em: <[Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações | C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual \(uff.br\)](#)>.

ELLACURIA, I.; SOBRINO, J. **Mysterium liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación I y II**. Editorial Trotta. Madrid.1990.

FORTES, Maria do Calmo Cavalcanti (1986), Tenório, o Homem e o Mito. Rio de Janeiro, Record. *apud* GRYNSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 14, ano 5, out./1990.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 1, p. 97-112, 2009. [Acessado em 20 Novembro 2021] Disponível em: <[Freguesias fluminenses ao final do Setecentos | Revista do Instituto de Estudos Brasileiros \(usp.br\)](#)>

GAGNEBIN, J. M. Verdade e memória do passado. **Proj. História**. São Paulo, (17), nov. 1998. pp.207. [Acessado em 20 Novembro 2021] Disponível em:< [VERDADE E MEMÓRIA DO PASSADO | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(pucsp.br\)](#) >

GEIGER, Pedro Pichas; SANTOS, Ruth Lyra. **Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Separata da Revista Brasileira de Geografia, n.3, ano XVI, jul/set. 1954.

GOMES, Paulo C. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira. In:_____. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem** – 1ª. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOMES, Alexander. **Religião – Política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito**. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2017.

GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

_____. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 33, nº 2, 1990, p. 285-310. [Acessado 29 Novembro 2021]. Disponível em: < [Edições - Dados \(uerj.br\)](#) >.

_____. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 14, ano 5, out./1990. [Acessado 29 Novembro 2021]. Disponível em: < [OS IDIOMAS DA PATRONAGEM: \(anpocs.com\)](#) >.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996, pp. 535-550.

LÖWY, M. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. 2 Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MAINWARING, S. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

MATUS, Moduan. **História de Nova Iguaçu: recortes de uma cronologia ilustrada de 510 anos**. Ed. Traço & Texto. 1ª Ed – Nova Iguaçu, RJ. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: _____. [et al.]. Orgs. **Pensar as direitas na América Latina**. 1ª Ed – São Paulo. Alameda. 2019, pp. 75-97.

_____. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PADRÓS, Enrique S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latinoamericanas Repressão e violência. In: FICO, Carlos. [et al.] Orgs. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas** — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp. 143-178

SALES J.; FORTES, Alexandre (Orgs). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. 1ª Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SAMPAIO, Matheus S.; ILIESCU, Diana. De folheto litúrgico a ocupação cultural – práticas de resistência contra autoritarismos. In: **Revista Mosaico**. FGV, RJ, Vol 11, n17. 2019, pp. 86-104. Disponível em: [v. 11 n. 17 \(2019\): Violência política: as múltiplas faces do Estado e as suas formas de agressão | Mosaico \(fgv.br\)](#)

SCIARRETTA, M. O “68” do Catolicismo Brasileiro e sua Atualidade: o exemplo da Diocese de Nova Iguaçu. In: **Caminhos** (Goiânia. Online), v. 10, pp. 5-18, 2012. [Acessado 11 Novembro 2021]. Disponível em: [| Sciarretta | Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião \(pucgoias.edu.br\)](#)

SILVA, Lúcia. *De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história*. **Recôncavo Revista de História da UNIABEU**, v. 3, p. 47-63, 2013. [Acessado 30 Novembro 2021]. Disponível em: < [De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História | Silva | Recôncavo: Revista de História da UNIABEU](#) >.

_____. A invenção da Baixada Fluminense: UIIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região. In: **Anais do XVI ENANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, v. 16. pp. 1-15, 2015. [Acessado 11 Novembro 2021] Disponível em < [ST 8 A invenção da Baixada Fluminense: UIIO da FUNDREM \(1975/89\) e a representação de uma região | Anais ENANPUR](#) >

_____. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense. **Revista de História da UNIABEU**. Belford Roxo: Uniabeu, v.9 pp. 123-137. 21 JANEIRO-ABRIL de 2016. [Acessado 10 Novembro 2021]. Disponível em: < [freguesia de Santo Antonio de Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense | Silva | Revista Uniabeu](#) >.

_____. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguazu (1890/1910). **Revista Brasileira de Estudos de População [online]**. 2017, v. 34, n. 02 [Acessado 30 Novembro 2021], pp. 415-425. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0024>>. Epub May-Aug 2017. ISSN 1980-5519.

_____. De Grande Iguazu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas De Grande Iguazu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região**. 2017, pp. 1 – 12 Disponível em: < [44 De Grande Iguazu à Baixada Fluminense Formação econômica e urbana de uma região.pdf \(abphe.org.br\)](#) >

SIMÕES, M R. **A cidade estilhaçada: Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Tese de doutorado em Geografia. UFF: Niterói, 2006.

VITTORIA, Paolo. **Narrando Paulo Freire: por uma pedagogia do diálogo**. Tradução Márcia Wolf. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.